

Suellen Oliveira Duarte Ramos Próspero

**UMA OU MUITAS, DISCURSEM FEMINISTAS, DISCURSEM!
MARCANDO AUTORIAS NOS BLOGS "ESCREVA LOLA
ESCREVA" E "BLOGUEIRAS FEMINISTAS"**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bergamo Idalgo

Florianópolis, SC
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Próspero, Suellen Oliveira Duarte Ramos
UMA OU MUITAS, DISCURSEM FEMINISTAS, DISCURSEM!
MARCANDO AUTORIAS NOS BLOGS "ESCREVA LOLA ESCREVA"
E "BLOGUEIRAS FEMINISTAS" / Suellen Oliveira Duarte
Ramos Próspero ; orientador, Prof. Dr. Alexandre
Bergamo Idargo, 2017.
155 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Feminismo. 3. Blogs.
4. Autoria. 5. Sociologia da Cultura. I. Idargo, Prof.
Dr. Alexandre Bergamo . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.

Suellen Oliveira Duarte Ramos Próspero

**UMA OU MUITAS, DISCURSEM FEMINISTAS, DISCURSEM!
MARCANDO AUTORIAS NOS BLOGS "ESCREVA LOLA
ESCREVA" E "BLOGUEIRAS FEMINISTAS"**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Local, 4 de abril de 2017.

Prof.^a Dr.^a Márcia Grissoti
Coordenadora do PPSP

Banca Examinadora:

Dr. Alexandre Bergamo Idargo– Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Dr. Jacques Mick
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Dr.^a Simone Pereira Schmidt–
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Dr.^a Andrea Borges Leão
Universidade Federal do Ceará -UF

Ao seu Mário e à Dona Margarida, com
todo o amor e gratidão deste mundo.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi, sem dúvida, umas das caminhadas mais difíceis que eu já tive de percorrer, mas ela sem dúvida teria sido impossível sem as tantas que, simbolicamente, escreveram essa dissertação junto comigo.

Quando escrevi os agradecimentos do meu Trabalho de Conclusão de Curso, disse nessa mesma sessão que tudo de bom que eu já havia feito na vida, de uma maneira ou de outra, era fruto dos meus pais. Dedicar esse trabalho a eles seria pouco, então reitero aqui minha profunda gratidão por todos os esforços que eles depositaram nessa etapa, e em tudo mais que eu me prestar a fazer de coração.

Ao Cláudio Lucas, pela nossa história, pelo que de bom ficar e há de vir.

As minhas parceiras de vida Flávia, Ingrid e Gabriela, por serem, cada uma à sua maneira, pedacinhos dos meus lares espalhados por aí. Obrigada por me lembrarem, sempre que eu me esqueço de quem sou, que nada é tão ruim quando se tem amigas como vocês.

Ao Bruno, pelas sugestões que enriqueceram este texto, por me encher de orgulho sempre e trazer para vida acadêmica um sopro de esperança com a sua postura e o seu trabalho.

À minha avó Eunice, tias Neuza e Faíde, e tia Elô, pelo encorajamento, carinho e pequenos mimos que me deram ânimo para continuar.

Ao meu orientador, Alexandre Bergamo, por me apontar todas as possibilidades que eu não conseguia enxergar, pela confiança na viabilidade desse trabalho e pela serenidade tão necessária que dispensou à ele nos seus últimos arranjos.

À Lara, minha maior conquista nesse mestrado, por ter me ensinado a viver as primeiras etapas dessa nova fase acadêmica, e também aquelas mais difíceis da vida de gente grande. Dividir uma parede com você foi uma das coisas mais legais que já me aconteceu.

À Jéssica, por me assegurar sempre, de maneira tão carinhosa, que a gente ia dar conta. Pela ajuda pontual nos correres deste trabalho, e por ser a babá de gato mais querida desse mundo.

À Camila, pelo encorajamento e pela amizade que há tantos anos me traz as melhores risadas. Obrigada pelo cuidado, ainda que distante as vezes, que você não esquece de me prestar.

À Thaysa e à Tati, por serem exemplos de resistência.

À Márcia, Natália e toda equipe da Aliança Francesa de Campo Grande, pela compreensão imprescindível sem a qual eu não teria

condições de finalizar este trabalho. À Dona Arlete, em especial, todo meu carinho e admiração. À Isabelle, pelo carinho com a versão final deste trabalho e para comigo. Merci.

Por último, mas não menos importante, à Deus, por me dar todos esses motivos para agradecer, e por, creio eu, me sustentar igualmente quando eu por vezes me esqueço dele.

RESUMO

Considerando que o advento das novas tecnologias de comunicação e informação oportunizou ao movimento feminista reinventar seus instrumentos de militância e vocalização em uma nova ordem comunicacional, a presente pesquisa busca compreender como, no âmbito dos *blogs* feministas “Escreva Lola Escreva” e “Blogueiras Feministas”, marcadores feministas de seus discursos se articulam com a questão da autoria individual e da autoria coletiva, bem como quais são os elementos que reconhecem e legitimam esses discursos e quem os anuncia.

Palavras-chave: Feminismo. Blogs. Autoria. Sociologia da Cultura.

ABSTRACT

Considering that the advent of new technologies of communication and information enabled the feminist movement to reinvent its instruments of militancy and vocalization in a new communication order, the present research seeks to understand how, in the context of the feminist blogs "Escreva Lola Escreva" and "Blogueiras Feministas" , feminist markers of its discourses are articulated with the question of individual authorship and collective authorship, as well as which elements recognize and legitimize these discourses and those who announces them.

Keywords: Feminism. Blogs. Authorship. Sociology of Culture.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Página Inicial do Blog Escreva Lola Escreva | 91 |
| Figura 2 – Página Inicial do blog Blogueiras Feministas | 92 |
| Figura 3 – Exemplo de <i>post</i> assinado por uma autora em nome de um coletivo ou organização..... | 133 |
| Figura 4 – Exemplo de <i>post</i> assinado por uma autora convidada (leia-se: cujo texto deve ser submetido à avaliação). | 133 |
| Figura 5 – Exemplo de <i>post</i> assinado coletivamente, em nome da equipe fixa do Blogueiras Feministas | 133 |
| Figura 6 – Exemplo de <i>post</i> alocado na <i>tag</i> “Living La Vida Lola” do <i>blog Escreva Lola Escreva</i> , destinada a <i>posts</i> mais íntimos de Lola | 134 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| FBPF | Federação Brasileira pelo Progresso Feminino |
| IRC | Internet Relay Chat |
| LGBT | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros |
| NOW | National Organization of Women |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PRF | Partido Republicano Feminino |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UFU | Universidade Federal de Uberlândia |
| Unicamp | Universidade de Campinas |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 19 |
| 2.DE VISLUMBRES PONTUAIS À FORÇA CONSOLIDADA: AS TRAJETÓRIAS FEMINISTAS | 25 |
| 2.1 TEORIA POLÍTICA E FEMINISMO: PONTOS NEVRÁLGICOS..... | 31 |
| 2.1.1 O feminismo e o problema dos sujeitos múltiplos | 37 |
| 2.1.2 Novas armas, velhos embates | 46 |
| 3 A REDUNDÂNCIA DOS COMEÇOS | 53 |
| 3.1 AO INFINITO E (QUASE) ALÉM: O ALCANCE DAS REDES . 53 | |
| 3.2.DO TECLADO PRIVADO PARA O MUNDO: OS <i>BLOGS</i> E A DESMONOPOLIZAÇÃO DE CONTEÚDO | 65 |
| 3.3 PAVIMENTANDO CAMINHOS | 71 |
| 3.3.1 Do papel ao <i>touch</i> : leituras e leitores revolucionados | 76 |
| 3.3.2 As mulheres e suas escritas inscritas | 79 |
| 3.3.3 Transpondo páginas: a palavra feminina do papel ao computador | 83 |
| 4 NEGOCIANDO PERTENCIMENTOS: AS MARCAS DO DISCURSO FEMINISTA | 87 |
| 4.1 DEMARCANDO FRONTEIRAS..... | 87 |
| 4.2 ELA E ELAS ESCREVEM | 90 |
| 4.3 O QUE ELAS ESCREVEM | 94 |
| 5.O QUE BLOGAR QUER DIZER: A AUTORIA FEMINISTA E O RECONHECIMENTO DE SEUS MARCADORES | 127 |
| REFERÊNCIAS | 148 |

1 INTRODUÇÃO

Muito antes de se tornarem aportes teóricos de minhas pesquisas acadêmicas, as questões de gênero e feministas, ainda que eu não soubesse, eram preocupações que norteavam minha existência desde o Ensino Médio, e foi um processo natural que durante o tempo de graduação em Ciências Sociais eu procurasse desenvolver tais interesses no âmbito acadêmico. Assim sendo, realizei pesquisas sobre violência doméstica, sobre a categoria gênero e seus usos nas últimas décadas, sobre o movimento feminista em si e também sobre a importância dos movimentos sociais no combate ao preconceito de gênero. Apesar disso, nenhuma dessas abordagens parecia responder satisfatoriamente à necessidade que eu enxergava de uma reinvenção das práticas e teorias feministas, para que estas pudessem extrapolar o ambiente acadêmico e serem problematizadas por mulheres que não necessariamente estivessem inseridas neste meio. Meu olhar, guiado tanto pela experiência quanto pelo desejo de escrutinar academicamente um tema que se encaixasse nestes quesitos, procurou, por muito tempo, sem sucesso, um título, um livro, uma tese ou qualquer outro material que me ajudasse a encontrar o que viria a ser uma proposta de projeto de pesquisa para o Programa de Pós-graduação em Sociologia Política no ano de 2011.

Por conta das releituras de rotas da vida, somente no final de 2013 me candidatei a uma vaga no Programa, e durante este tempo fiquei completamente afastada de qualquer atividade acadêmica, de modo que meu único contato com as questões de gênero e feministas se dava via *internet*. Por meio de redes sociais e fóruns que debatiam os mais diversos temas, sempre com um recorte feminista, me inteirava das principais pautas e assuntos do momento, debatia com pessoas de diversas partes do país e atualizava minhas perspectivas como mulher e futura pesquisadora (agora devidamente reiterada) feminista. Mas o que mais me chamava a atenção era o fato de que, no espaço da *internet*, a formação de uma consciência feminista e a interação de pessoas para este fim parecia ser mais profícua nos objetivos a que se propunham, a saber, o debate, a problematização e a propagação de ideias feministas no intuito de fazer frente aos preconceitos de gênero, bem como empoderar mulheres para o enfrentamento de suas lutas, sejam elas pessoais ou políticas. Ao mesmo tempo, questionava-me se tal hipótese realmente procedia, uma vez que minha geração não presenciou o surgimento dos movimentos sociais a partir da década de 1970, no seio dos quais o movimento feminista foi articulado e propagado como uma agenda política. Ainda assim, os discursos operacionalizados pelo feminismo praticado “virtualmente”

davam-me a impressão de que existiu uma reinvenção deste se comparado àquele que servia de base para o projeto de militância feminista predecessor das transformações tecnológicas que pavimentaram o caminho das conexões em rede. Para mim, o dizer-se feminista agora ia além de um posicionamento político em que estavam circunscritas as mais diversas demandas para as mulheres: parecia significar uma identidade, uma parte constitutiva de ser mulher em um contexto desfavorável a tal condição, que não poderia ser dissociada das outras partes da minha vida e daquelas que também assumiam para si esse título.

Naquela época, os lugares virtuais em que pude encontrar expressões mais nítidas deste tipo de manifestação feminista foram os *blogs*. Mesmo as redes sociais sendo mais populares, elas não permitiam o desenvolvimento de uma argumentação mais aprofundada e um recorte específico de público, já que seu conteúdo era publicado a pessoas que não tinham exatamente a escolha de acesso a ele. Através de *blogs* como o *Ativismo de sofá*, *Blogueiras Negras*, *Feminismo sem Demagogia* e outros, que não especificamente tratavam de questões feministas, mas as apoiavam, como *Socialista Morena*, *Blog do Sakamoto*, cheguei aos dois *blogs* objetos desta pesquisa, o *Escreva Lola Escreva* (ELE) e o *Blogueiras Feministas*.

Minha atenção se voltou com mais interesse para esses dois *blogs*, em primeiro lugar, devido às inúmeras referências que outros *blogs* faziam a eles; segundo, porque possuíam número bem maior de acessos do que outros do mesmo tipo, com exceção do *Blogueiras Negras*. Cheguei a cogitar inseri-lo no escopo de minha proposta de pesquisa, mas minha falta de familiaridade com o recorte de raça nas questões de gênero fez com que eu temesse não conseguir desenvolver uma pesquisa satisfatória no âmbito do que seriam três objetos de pesquisa. Isso não quer dizer que eu não acredite na importância da abordagem das questões raciais pelo feminismo, muito menos que pretendo negligenciá-las nesta pesquisa. Pelo contrário - e pretendo esmiuçar este problema em outro momento do trabalho -, creio que a grande falha do feminismo, hoje, seja sua dificuldade de problematizar questões como as de classe, raça, geração, entre outras, o que acaba por excluir de seus discursos mulheres em situações de vulnerabilidade social das mais diversas, em favor de uma teoria pretensamente universalizante.

O primeiro dos dois *blogs* com o qual tive contato no ano de 2011 foi o *Escreva Lola Escreva*, criado pela professora e Doutora em Literatura e Língua Inglesa Lola Aronovich em 2008, cuja linguagem clara e direta, aliada à sua personalidade marcante, eram aparentemente eficazes em seus objetivos de promover o feminismo pela *internet*.

Segundo Lola em *post* de janeiro de 2016, o marcador interno do *blogspot* acusa que o número de visualizações do *blog* oscilou entre 610 mil (em novembro de 2015) a 450 mil (janeiro de 2016). Se considerado o período entre 2010 e 2016, quando o *blog* já tinha dois anos de existência, esse número sobe para 29 milhões e meio. Quanto à contabilização dos comentários, no início de 2016 o *blog* computava um total de 235.200¹ manifestações dessa natureza.

Em contrapartida, chamou-me a atenção que outro *blog* feminista, o *Blogueiras Feministas*, fosse igualmente eficaz no mesmo objetivo (até o final de 2013, segundo dados do próprio *blog*, sua página computava mais de 1.600.000 visualizações)²³, mas lançando mão de recursos muito diferentes, em termos discursivos, do *Escreva Lola Escreva*. Delineou-se para mim, então, a possibilidade de investigá-los como instrumentos para o empoderamento de mulheres que atuavam no espaço virtual. Entretanto o andamento da pesquisa frustrou estas expectativas à medida que percebi que a mensuração deste pressuposto empoderamento não era possível, ao menos dentro do tempo e dos recursos de pesquisa disponíveis.

De todo modo, dei início a pesquisa mesmo sem ter delineado claramente o problema sobre o qual iria me debruçar, até que ele se apresentou a partir das articulações que eu havia proposto entre os principais pontos norteadores do feminismo e o estudo das práticas de escrita e leitura reconfigurados pelas novas tecnologias de informação e comunicação. A partir destas últimas e do escrutínio de conceitos como rede, comunidade, novos suportes de leitura, entre outros, ficou claro que

¹ ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/search/label/blog?updated-max=2016-05-15T17:46:00-03:00&max-results=20&start=11&by-date=false>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

² BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/textos-lidos-de-2013/>>. Acesso em: jan. 2014.

³ O monitoramento das atividades e acessos do *blog* é uma tarefa contínua por parte do blogueiro, que por meio de ferramentas e serviços disponíveis na *web* pode contabilizar e tornar público dados pormenorizados sobre a quantidade de acessos ao *blog* durante determinado período, considerando apenas um acesso por identificação de IP. Além das visitas únicas, é possível ter acesso a dados como visitas totais e visitas originadas de links externos ao *blog*, ou qual a ferramenta de busca utilizada que levou ao endereço do *blog*. Todas essas informações, ainda que bastante imprecisas se considerarmos diversos problemas metodológicos que poderiam implicar, são as únicas disponíveis em termos numéricos, já que seu acesso não é público (MÁXIMO, 2006).

as articulações entre os diferentes suportes de leitura, sua apropriação por mulheres feministas que escrevem em *blogs* e seus efeitos na sociedade não permitiam análises que dissociassem forma e conteúdo dos processos de comunicação. Na qualidade de disseminadores dos conhecimentos produzidos por uma sociedade, estes novos suportes, representados principalmente pelo computador, produzem novos leitores, que dão novos sentidos aos textos, o que, por sua vez, produz novos autores, na lógica proposta por Roger Chartier, segundo a qual materialidade e discurso são indissociáveis. Por essa razão, o segundo capítulo desta dissertação propõe-se a escrutinar as novas tecnologias de informação e comunicação, a maneira como elas foram apropriadas neste século e como transformaram os signos de escrita e leitura, principalmente para as mulheres e o feminismo.

Posto esse recorte de gênero, as análises acima descritas estão precedidas pelo primeiro capítulo, no qual propomos uma breve retomada histórica da trajetória feminista sob algumas perspectivas teóricas oferecidas pela teoria política, a fim de esboçar os principais pontos norteadores do feminismo. A escolha por este movimento justifica-se pelo fato de que muitos pontos norteadores são retomados nos discursos circulados em nossos objetos de pesquisa e mobilizados a partir do que chamamos, no terceiro capítulo, de marcadores feministas do discurso.

A análise desses marcadores, tidos aqui como as representações sociais do mundo capazes de agir sobre ele e seus agentes, são perpetradas no terceiro capítulo, através de trechos selecionados das postagens do *Escreva Lola Escreva* e do *Blogueiras Feministas*. Neles, privilegiamos os marcadores textuais e gráficos expressos através de temáticas, termos e posicionamentos recorrentes nos discursos proferidos tanto pelas autoras quanto pelo público que com elas interagiu por meio de seus comentários, objetivando verificar como estes marcadores eram mobilizados pelas autoras no sentido de conciliação de suas experiências individuais com aquelas de ordem coletiva, cobradas por comunidades feministas imaginadas, nos termos de Benedict Anderson.

A incorporação desses marcadores ao discurso feminista, principalmente através da linguagem, implica seu reconhecimento e legitimação por parte do grupo social em que suas agentes enunciatórias estão inscritas, de modo que, ao longo das leituras e dos pequenos desmembramentos sociológicos aos quais elas foram submetidas nesta pesquisa, tornou-se flagrante a impossibilidade de dissociar estes discursos feministas de suas enunciatórias, de modo que voltar nosso olhar para elas tornou-se um processo quase cíclico, porque, se no início desta pesquisa havia de minha parte a quase certeza de que os objetivos

das mulheres que escrevem nos *blogs* era vocalizar o feminismo, em nenhum momento me ocorreu ponderar por quais elementos, senão os discursivos, elas procuravam alcançar esse objetivo. Entretanto, ao chegar até aqui, e após escrutinar os instrumentos pelos quais as blogueiras e seu público demarcam o que consideram serem o substrato de vários feminismos, ficou claro que os discursos e as narrativas que o compõe não são somente tentativas de impor a legitimidade de posicionamentos ou visões de mundo, mas também de firmar suas agentes enunciatórias como figuras de autoridade, dignas de portá-las ao adotarem alguns dos muitos marcadores feministas capazes de representar linguística e até visualmente estes posicionamentos bem demarcados. Este duplo movimento me colocou diante de outra importante tensão verificada no ato de estruturar os discursos dos *blogs*, a saber, a questão da autoria individual e da autoria coletiva verificada nas operações de escrita de Lola e das mulheres do *Blogueiras Feministas*, cuja compreensão nos propomos buscar no quarto e último capítulo.

Valendo-nos das contribuições de Roger Chartier, segundo as quais os estatutos e significados atribuídos aos enunciados determinam, em certa medida, sua perenidade e periodicidade, é preciso considerar que novos suportes da leitura como os *blogs* operam mudanças importantes nesta lógica, na medida em que a acessibilidade dos conteúdos disponíveis nas plataformas digitais engendra em si mesma a possibilidade de catalogação, de periodicidade e armazenamento. Consequentemente, as novas tecnologias de produção, circulação e recepção dos textos operam mudanças nas maneiras como a questão da autoria é operacionalizada e percebida, uma vez que textualidades de origem eletrônica ressignificaram, de maneira especial, a escrita coletiva. Neste sentido, a função autor, à qual alude Roger Chartier, repousa principalmente nos mecanismos que atribuem à autoria princípios de designação e assinalação antes exclusivos a escrita coletiva. Juntamente com a propriedade literária, a legitimidade do discurso é um dos pilares que sustentam a construção da função autor. Por isso, paralelamente a estas reflexões, recrutamos as contribuições de Pierre Bourdieu que pudessem elucidar de que maneira o reconhecimento e legitimação dos discursos enunciados nos *blogs* estavam relacionados com suas agentes enunciatórias e com a dinâmica de conciliação das autorias individuais e coletivas das quais elas tomam parte, no intuito de negociar seus pertencimentos feministas.

Por fim, cumpre ressaltar duas dificuldades que talvez saltem aos olhos dos leitores desta dissertação, as quais, por se tornarem difíceis de operacionalizar no processo de escrita do texto, foram consideradas como

impossíveis de serem transpostas, ao menos por ora. A primeira delas diz respeito ao uso dominante do gênero masculino nas construções textuais dessa dissertação, recrutado com certo pesar por conta da facilidade que representa à operação de escrita e leitura, embora saibamos que os usos da língua também são estruturantes das relações de poder socialmente estabelecidas, nas quais as mulheres são as maiores prejudicadas.

A segunda dificuldade, também linguística, está relacionada ao uso da palavra feminismo no plural e no singular. Esperamos que o leitor compreenda que sua referência no singular não significa que concebamos o feminismo como uma representação unívoca ou uma entidade teórica ou política alheia aos sujeitos e às suas particularidades. Porque, se pudéssemos arriscar um consenso, inda que limitado apenas aos estudos aqui conduzidos, teríamos que admitir que não há um consenso sobre o que compõe o substrato do feminismo, pois ele depende das diferentes apropriações que lhe são dadas. Por essa razão, quando citado no singular, deve ser entendido como uma representação específica e contextualizada de acordo com determinados locais de fala.

Por fim, esperamos que as reflexões aqui propostas possam destacar o papel subversivo que as operações de leituras e escritas feministas podem desempenhar através da linguagem (ressaltando também suas dimensões reguladoras), no sentido de alçar à reflexão e/ou reverter as experiências até então subalternizadas das mulheres, de modo que elas possam também produzir novos sentidos comuns professados publicamente, investidos de legitimidade e reconhecidos como representativos de existências e experiências legítimas.

2 DE VISLUMBRES PONTUAIS À FORÇA CONSOLIDADA: AS TRAJETÓRIAS FEMINISTAS

Ainda que conte com décadas de uma trajetória consolidada, o feminismo apresenta-se como grande desafio ao problema da democracia e da democratização das relações de poder, já que, não raro, a participação feminina na política, por exemplo, sofre o reducionismo analítico de ser sintetizada nos processos democráticos que se realizam via eleições e na política político-partidária (NEGRÃO, 2006). Além disso, atualmente ele se vê confrontado com a necessidade de reinventar sua articulação e métodos a fim de ganhar visibilidade, ainda que seu objetivo principal permaneça essencialmente o mesmo, qual seja, o de mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero, de modo que as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do Estado como na sociedade civil. (BRAH, 2006, p. 342). Portanto, ao movimento feminista nas últimas décadas apresenta-se o desafio de repensar seu espaço de militância e suas pautas junto ao Estado e à sociedade diante de novas configurações geopolíticas, que a partir da década de 1990 passaram a ser mediadas também pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Longe de se apresentar como tema passível de definição única, o feminismo é, concomitantemente, prática e arena política que reivindica discursos de muitos lugares por meio de práticas interpretativas que, independentemente dessas heterogeneidades, encaram-no como:

[...] a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano da opressão, da dominação e exploração de que foram e são objetos por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social. (GARCIA, 2011, p.13).

Essa tomada de consciência supõe uma postura diferente diante das tensões e contradições encerradas nos discursos que tomam o masculino como universal ou referência, e a prática teórica e política do feminismo tem, no decurso de sua história, trabalhado para denunciá-los.

No campo teórico, acredito que tem sido nossa tarefa problematizar a dicotomia conceitual entre teoria e prática, constituindo nossos procedimentos como “práticas teóricas”, em que nossa intervenção diária na arena das disputas de significado no campo do saber consiste em formular novas interpretações dos novos e velhos discursos produzidos na cultura. Um modo feminista de ler e interpretar o mundo, e de produzir discursos que interfiram nos contextos em que atuamos, parece ser a mais fundamental forma de luta política contemporânea. Esta nossa prática interpretativa deve constantemente rever e subverter lugares de poder, dentro e fora do feminismo. (SCHIMDT, 2004, p.19).

O suposto confronto entre o discurso e a prática feminista tem sido objeto de vastas discussões no seio das ciências humanas e sociais e nos espaços disponíveis para a problematização dessas questões, que extrapolam os circuitos acadêmicos. Em linhas gerais, o feminismo não distingue, ou ao menos não deveria, as motivações canalizadas nas mudanças de representação e significação das estruturas simbólicas sustentadoras das desigualdades de gênero daquelas que visam propósitos mais pontuais e concretos, como as iniciativas perpetradas pelas políticas públicas. Para muitos, essa seria a diferença entre ser feminista e participar de um movimento de mulheres. No entanto, o recorte representado pelo adjetivo “feminista” é bastante criticado por outras pesquisadoras, amparadas pelo argumento de que este campo carece de cientificidade e é incapaz de extrapolar nichos acadêmicos.

Para Miriam Grossi (2004), há de fato uma distinção de campos entre os estudos denominados feministas, de gênero e de mulheres, embora ela tenha dúvidas quanto a denominação de estudos feministas. De acordo com pesquisa realizada pela antropóloga em colaboração com Sonia Malheiros no ano de 1995, no âmbito de mais de mil instituições, chegou-se à conclusão que existem no Brasil pesquisas diversas relacionadas de alguma maneira às questões caras às mulheres, ao feminismo e aos problemas de gênero, sem que necessariamente adotem-se denominações fixas ou posicionamentos políticos exclusivos a elas.

No campo teórico, apesar de a grande maioria das pesquisadoras se considerar feminista, algumas não se identificam como tal, em parte porque o termo feminismo remete para muitas delas a um

caráter militante no qual muitas não se reconhecem (e, neste caso, particularmente jovens pesquisadoras que não se sentem discriminadas ou vítimas da opressão masculina), em parte porque algumas delas que trabalham com homens e masculinidades se sentem mal vistas dentro do campo. Outras não se reconhecem como feministas e sim como cientistas sociais porque acham que o conceito de gênero é um conceito como outros da teoria social contemporânea (como classe, geração ou raça). (GROSSI, 2004, p. 218).

Não pretendemos aqui nos aprofundar nessa questão, pois adotamos a perspectiva de que, para a pesquisa e a prática feministas, sujeito e objeto de pesquisa são, na maioria das vezes, elementos indissociáveis, já que nelas a mulher assume ambos os papéis e reivindica sua identidade numa formação sociopolítica e histórica específica. Mesmo enfrentando muitos percalços históricos dentro e fora do movimento, permanece como um dos grandes objetivos do feminismo desafiar as epistemologias dominantes, defensoras da pretensa neutralidade científica, ao mesmo tempo em que procura adotar uma política de vigilância autocrítica, com o intuito de não perder de vista o sentido humanitário que respalda sua atuação.

A história do feminismo é marcada por iniciativas e embates no campo teórico e da militância há várias décadas, e uma reconstituição pormenorizada dessa história seria, além de exaustiva, devedora de análises justas para com os esforços das mulheres que pavimentaram seus caminhos. Entretanto, para a melhor compreensão das motivações e do substrato teórico que embasa o enfrentamento feminista hoje, consideramos imprescindível traçar um panorama geral dos principais pontos dessa história, em especial no âmbito da sociologia política e da literatura, a fim de lançar luz aos processos políticos envolvidos na prática da escrita feminista.

O feminismo como movimento intelectual e político surge na virada do século XVIII para o século XIX, na esteira das transformações desencadeadas pela Revolução Francesa, a partir de iniciativas a princípio esparsas cujo intuito era expor e suprir as demandas pelo acesso das mulheres a direitos políticos em meio ao debate da Constituinte. A primeira grande figura símbolo da luta feminista foi a francesa Olimpe de Gouges (1748-1793), redatora da “Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã”, versão modificada para o feminino da “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”. Nela, Gouges defende o livre acesso

das mulheres à educação, o direito de reivindicarem a paternidade de filhos renegados, participação política equivalente à dos homens e o rompimento com padrões opressores para com as mulheres. Na Inglaterra, concomitantemente a essas análises, Mary Wollstonecraft (BIROLI 2014). conduz estudos semelhantes, porém mais sistematizados, reunidos na obra *Uma reivindicação dos direitos da mulher*, considerada um marco dos estudos feministas, mais especificamente do chamado feminismo liberal. Juntamente com Stuart Mill, Wollstonecraft figura como um de seus principais expoentes, cujas pautas centram-se no direito à educação e ao voto por parte das mulheres e na reconfiguração econômica de arranjos matrimoniais que permitissem a elas dispor de suas propriedades.

Em contraposição às ideias do feminismo liberal, no século XIX surgem movimentos feministas alinhados ao socialismo⁴, ainda que não tenham experimentado a mesma visibilidade dos movimentos sufragistas. Surgem então as primeiras lutas em países da Europa e nos Estados Unidos, contemplando tanto questões relativas ao papel e aos direitos da mulher quanto questões de ordem trabalhista, no que viria a ser conhecida como a primeira onda do feminismo⁵. Datada do fim do século XIX e início do século XX, a primeira onda teve início na Inglaterra e visava à conquista de direitos civis, em especial o voto. No Brasil, as feministas da elite defendiam o acesso das mulheres à educação e ao trabalho, mas reforçavam padrões comportamentais tradicionais. Já as feministas operárias problematizavam a submissão e a opressão sobre as mulheres em âmbito trabalhista, com pautas como a redução da carga horária de trabalho e o fim da exploração trabalhista.

⁴ O feminismo socialista vincula as formas de opressão sexual a base material e estruturação das classes trabalhadoras, sugerindo que ela seria superada com o advento de novas formas de organização social, como o socialismo. Algumas vertentes atuais criticam o papel secundário do gênero em sua associação com classe, transpondo o debate para a associação capitalismo/patriarcado.

⁵ Esta divisão em ondas é um recurso metodológico bastante adotado nos estudos sobre o feminismo, embora não represente uma definição oriunda do próprio movimento, tampouco esteja imune a generalizações tendenciosas ou imprecisas. Entretanto, mostra-se interessante no sentido de traçar especificidades históricas e teóricas que moldaram as aspirações feministas de acordo com os contextos nos quais foram gestadas e impostas.

Já em 1949, a filósofa Simone de Beauvoir (1980) publicou *O Segundo Sexo*, obra tida como fundadora do feminismo contemporâneo⁶. Mesclando pesquisas teóricas, depoimentos pessoais e análises influenciadas pelas teorias psicanalíticas, e a despeito de todas as críticas posteriores de que a obra carece de unidade argumentativa, Simone destrincha de maneira eficiente como a pretensa natureza feminina é na verdade um dado construído a partir de um conjunto de determinações e expectativas sociais impostas às mulheres, que tolhem ou diminuem consideravelmente sua capacidade de agência autônoma e sua liberdade. A famosa frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOUR, 1980, p. 9) sintetiza a proposição da autora acerca dos condicionamentos sociais responsáveis pela definição do lugar que as mulheres ocupam na sociedade e as relações que elas devem estabelecer com esta e consigo mesmas.

A partir de então, o movimento ganha visibilidade nos Estados Unidos com a fundação da National Organization of Women (NOW) por Betty Friedman e do lançamento de seu livro *A Mística Feminina* (BIROLI, 2014), no qual discute a infantilização das mulheres e o destino já reservado a elas representado pelo casamento e pela maternidade. No entanto, mesmo tendo causado bastante repercussão à época, recaíram sobre a autora as mesmas críticas feitas ao feminismo liberal: sua teoria apresentava um recorte bastante limitado, não fazendo jus à experiência de mulheres não brancas, heterossexuais e inseridas em outras classes que não a classe média alta estadunidense.

No Brasil, o feminismo surge fortemente atrelado à militância política, em sua maioria através dos movimentos da esquerda marxista. A partir dos anos 1960 e 1970, o país assiste a uma profusão de reflexões acadêmicas, encabeçadas por nomes como Heleith Saffiotti, Elizabeth Souza Lobo e Rose Marie Muraro, esta última representante de um feminismo gestado em meio a movimentos sociais católicos que mantinham estreitas relações com discussões feministas e grupos de mulheres, ainda que certas temáticas, como o aborto e os direitos reprodutivos, fossem tabus nestes meios.

Nas primeiras décadas do século XX, à medida que certos direitos foram sendo conquistados, como o direito ao voto, ao divórcio e a

⁶ É importante salientar que o que chamamos de feminismo contemporâneo nada mais é do que a reconfiguração de diferentes tradições epistemológicas frente à demanda gerada pelas discussões e investigações acerca das desigualdades de gênero e das lutas em prol da equidade, em diferentes esferas, para homens e mulheres.

afirmação de igualdade de direitos incluída nos códigos civis, o feminismo se viu impelido a reconfigurar suas demandas e lutas, visto que tais avanços não significaram a emancipação feminina pretendida inicialmente. Surgem, assim, as primeiras reflexões sobre os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, delimitando a segunda onda do movimento feminista, nos anos de 1960 e 1970. Temas como a afetividade, as relações das mulheres com seus corpos e sua sexualidade foram politizados através de um ativismo que buscava conscientizá-las sobre problemas como a violência doméstica e sexual, a desvalorização do trabalho assalariado feminino, o direito à participação política e a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, mudando o signo político do feminismo a partir da segunda metade do século XIX diante dos processos de urbanização e industrialização que se desenvolviam principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Nestes países, em meio a mobilizações progressistas em âmbito mundial e a acontecimentos políticos como o Maio de 1968, em Paris, reivindicações como o sufrágio universal e outros direitos civis das mulheres encontraram força para se desenvolver. No Brasil, a segunda onda se dá simultaneamente ao período da Ditadura Militar, razão pela qual adotou uma agenda política fortemente marcada por questões relativas à restauração da democracia. Por conta disso, o movimento obteve o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, embora esta aliança tenha lhe custado a renegação de temas como o aborto e a sexualidade.

Infelizmente, o fim da Segunda Guerra Mundial esmorece os empreendimentos feministas das duas primeiras ondas e reforça muitas das posições tradicionais de homens e mulheres na sociedade, de modo que o movimento de contracultura organizado ao final dos anos de 1970 se viu obrigado a criticar os paradigmas teóricos das outras ondas, o que muitas consideram a alvorada da terceira onda do feminismo. A partir de então, passa-se a questionar o feminismo por seu, até então, recorte classicista e sexista, e o feminismo negro se destaca ao enfatizar a necessidade de uma teoria feminista cuja análise seja comprometida com um recorte de raça e outras categorias como classe, geração e orientação sexual. A teoria *queer*, que tem em Judith Butler sua maior representante, também se destaca por criticar as representações feministas baseadas nos binômios masculino/feminino e sexo/gênero.

As “cisões” observadas desde então justificavam-se pelo fato de que, em suas expressões teóricas e práticas, o feminismo assumiu diversos posicionamentos considerados em parte excludentes para com as mulheres. As pautas em torno do voto feminino foram consideradas iniciativas de cunho burguês, articuladas por mulheres brancas e inseridas

nas classes mais abastadas. No Brasil, denúncias da mesma ordem recaíram sobre entidades como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e o Partido Republicano Feminino (PRF), acusadas de preterir operárias e camponesas de seus quadros e privilegiar articulações políticas com a elite burguesa do país.

O contraponto a essas vertentes foi verificado pelas militantes feministas anarquistas, cujo foco foi deslocado de questões políticas pontuais, como o direito ao voto, para o combate ao discurso patriarcal e à opressão sexual no âmbito do contexto operário das décadas de 1910 e 1920. Já de 1930 a 1960 verifica-se um refreamento das articulações dos movimentos sociais no mundo todo, creditado à episódios como a Segunda Guerra Mundial, a ascensão do nazismo e do fascismo e, no Brasil, do Estado Novo. Aqui, com o período de redemocratização do país, o feminismo passou por um processo de profissionalização e institucionalização através da criação de órgãos estatais, Organizações Não Governamentais (ONG) e uma articulação de alcance nacional.

No âmbito acadêmico, as discussões feministas também trabalham com vistas a escrutinar, denunciar e modificar padrões discursivos e comportamentais baseados na opressão da mulher na sociedade. Dentre as diversas abordagens disponíveis, o viés político da crítica feminista se consolidou com as abordagens de pesquisadoras estrangeiras a partir dos anos 1940. Infelizmente, no Brasil, por conta da Ditadura Militar, os estudos sobre as mulheres surgiram no fim dos anos 60 e tiveram como marco a defesa da tese de livre docência de Heieth Saffioti em 1967, na Universidade de São Paulo (USP).

Compreender as pautas da teoria política feminista e seus cruzamentos com a militância, sejam elas denominadas feministas ou não, auxilia-nos a delinear pontos-chave para a teoria feminista ainda hoje relevantes nos debates contemporâneos. A escolha do viés político e da teoria clássica representada por autoras em sua maioria estrangeiras justifica-se pelo caráter pontual destas questões na bibliografia feminista, embora estejamos ciente das contribuições nacionais negligenciadas por esta postura.

2.1 TEORIA POLÍTICA E FEMINISMO: PONTOS NEVRÁLGICOS

A proposta de discussão sobre os feminismos engendra uma gama de possibilidades de abordagem que passa pelas mais diversas ciências e áreas do conhecimento, e não raro assistimos a debates centrados na reivindicação de um ou outro campo na construção de seu corpo teórico. Embora o entendimento e as premissas do feminismo careçam de

contribuições diversas, o caráter político da luta feminista, seja ela travada em âmbito acadêmico ou não, está invariavelmente presente. Por isso, a teoria política feminista se mostra como uma corrente teórica comprometida com a investigação dos processos sociais e dos valores intrínsecos à dominação masculina sobre as mulheres e a hierarquização social que as relega a posições subalternas na sociedade em relação aos homens. A teoria política feminista busca, em suma, compreender esses processos a partir da categoria gênero como eixo analítico, imperativo na organização das experiências de homens e mulheres e definidor, para ambos, de posições e papéis sociais, vinculando-se a outras variáveis como raça, sexualidade e classe.

A teoria política está longe de ser o campo de excelência para a discussão do feminismo, mas não pode se furtar à necessidade de fazê-lo, o que qualquer área deve considerar quando se propõe a estudar a condição da mulher em qualquer sociedade. Para tanto, é imperativo que os paradigmas hegemônicos sejam revistos e que seus pressupostos teóricos e metodológicos estejam abertos a deslocamentos e revisões.

Ainda que análises contemporâneas de democracia e justiça estejam bastante atreladas às premissas do liberalismo, a democratização das relações de poder segue sendo o principal objetivo da teoria política feminista, e qualquer análise que prescinda de problematizar as formas de subordinação enfrentadas pelas mulheres hoje, a despeito das teorias universalizantes, não está comprometida com uma crítica séria e transformadora.

O feminismo mobiliza – diversamente, nas suas diferentes vertentes – demandas por condições nas quais a igualdade seja efetiva e estas diferenças sejam reconhecidas, mas não hierarquizadas. As desvantagens de grupos sociais determinados no acesso a participação política e a recursos materiais e simbólicos se tornam, assim, um problema de primeira ordem para a teoria e a prática democrática. (BIROLI, 2014, p. 39)

Em suas diferentes frentes de atuação, o feminismo questionou estruturas sociais vigentes e reestruturou sua agenda de acordo com os desafios que cada contexto social apresentava à sua luta. Seja através da reivindicação pelo direito ao voto, ao acesso à educação, à legalização do aborto ou a maior inserção das mulheres na arena política, a crítica feminista expôs os mecanismos de perpetuação das desigualdades sistêmicas que relegam as mulheres às posições de poder subalternas tanto

nas esferas sociais públicas quanto nas privadas. Ainda que estas questões tenham estado ausentes por um bom tempo das correntes hegemônicas da teoria política, ela intenta resgatar sua dívida teórica a partir da problematização das dualidades observáveis nas esferas públicas e privadas, bem como no escrutínio das relações de poder que se dão nesses espaços e justificam o escamoteamento dos danos que estas relações têm para as mulheres, já que a esfera privada e as relações familiares e afetivas não eram consideradas variáveis políticas de estudo para a maioria das correntes até então.

Mais do que o reconhecimento genérico da igualdade de talentos e direitos entre homens e mulheres, um dos traços marcantes de teoria feminista é sua oposição marcante à separação das esferas pública e privada quando procedemos nas análises de sua condição na sociedade como um todo. A diferenciação histórica desses espaços e a delimitação de suas fronteiras políticas permitiu que relações de poder abusivas às mulheres, bem como as suas próprias experiências, fossem desconsideradas nas análises políticas, em detrimento das relações e situações dadas em espaços compreendidos como públicos e políticos. Dessa maneira, ignorou-se que os significados produzidos pelas relações nos dois campos se retroalimentam e influenciam os padrões de comportamento, subordinação e a atribuição de papéis a homens e mulheres, e que sua atuação e posicionamento perante a sociedade será diretamente afetado por essa relação. Por esta razão, de acordo com Biroli (2014, p. 33):

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem por objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que a esfera privada e a esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos – incluídos os direitos a publicidade e a privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma esfera serão sentidos na outra.

As assimetrias experimentadas pelas mulheres nas esferas públicas e privadas em comparação com os homens são respaldadas por construções de gênero que atribuem a elas papéis e funções específicas na

dinâmica das relações de ordem afetiva, política e social, delineado assim um estereótipo de gênero segundo o qual as mulheres seriam mais aptas à vida doméstica e mais propensas ao cuidado e à dedicação interpessoal, ao passo que o homem seria mais disposto às atividades públicas e decisórias. Esta diferenciação é embasada por uma visão calcada na valorização da natureza e do condicionamento biológico dos seres humanos, justificando a ênfase na centralidade das experiências domésticas das mulheres, uma vez que a vida familiar e as relações afetivas que dentro dela se constituem são muitas vezes marcadas pela dominação masculina, legitimadas com base em valores e práticas sociais sexistas que conferem ao homem a posição de autoridade familiar, à qual a mulher deve responder e cuja manifestação se dá por vários tipos de violência e abuso (emocional, físico, patrimonial, entre outros).

Da mesma maneira, o questionamento das ambiguidades observadas nas esferas públicas e privadas não pode desconsiderar que a vida doméstica, ao mesmo tempo que se configura como um espaço de assimetrias de gênero e poder entre homens e mulheres, com prejuízo para as últimas, pode representar também uma possibilidade de refúgio para mulheres submetidas às opressões sistemáticas na sociedade, bem como um local de afetos e relações empoderadoras. Isso coloca em xeque a questão da privacidade e da intimidade na teoria feminista, e o papel que o Estado e suas políticas públicas desempenham nessa dinâmica. Por essas razões, a partir dos anos 90, o debate sobre as distinções entre as duas esferas se complexifica, quando a instituição da família é considerada nesse arranjo, já que ela também possui um caráter social e político, bem como tem grande impacto na socialização dos indivíduos. Para a crítica feminista em especial, o foco de análise centrou-se nos padrões familiares normativos, representados pela família heterossexual, monogâmica, na qual os papéis de gênero ainda são bem delimitados.

A proposição e a defesa de que estas relações sejam mais justas devem considerar a reflexão e o enfrentamento destas questões, pois, quando a sociedade aciona signos e representações para estabelecer identidades fixas e padrões comportamentais distintos a homens e mulheres, norteadores da organização da vida pública e privada de ambos, fica reduzida a possibilidade de que questões tidas como relevantes a partir da experiência das mulheres na vida doméstica ganhem visibilidade na agenda pública e nos debates políticos.

O eixo temático representado pela dicotomia público – privado ocupa um lugar bastante importante nas reflexões da teoria política feminista, mas não é ponto de convergência teórica para as autoras que sobre ele se debruçam. As análises acerca das posições ocupadas por

homens e mulheres em ambas as esferas são moldadas pelas premissas centrais do liberalismo, sobretudo pelas concepções de igualdade e universalidade, tidas como horizontes normativos. Por exemplo, enquanto Susan Okkin rejeita veementemente a separação entre as duas esferas (BIROLI, 2013), argumentando que as experiências e valores de uma influenciam diretamente na outra e condicionam, particularmente para as mulheres, oportunidades de vida, trabalho e sociabilidade menos favoráveis se comparadas aos homens, Jean Beathke advoga que as experiências particulares delas no âmbito privado engendram uma ética boa e desejável para a vida pública, caracterizada por princípios impessoais e abstratos (BIROLI, 2013). O problema de tal análise é que ela incorre numa naturalização perigosa dos papéis e atribuições das mulheres, indo na contramão da proposta feminista de desnaturalização dos papéis sociais de gênero.

Isso não significa que o feminismo não tenha se proposto, ou não se proponha, a considerar uma epistemologia que reconheça e valorize a experiência de vida das mulheres, em detrimento de basear suas análises em modelos acadêmicos abstratos. As críticas à objetividade e à imparcialidade da teoria feminista estão na raiz de importantes contribuições do feminismo contemporâneo, inclusive na militância aqui analisada. Porém, permanece como desafio o equilíbrio entre comprometimento epistemológico e a garantia de alcance da teoria a grupos não inseridos na lógica acadêmica formal. Concomitantemente, persistem as dificuldades de questionar as posições que mulheres e homens ocupam na sociedade valendo-se de abordagens que consigam equilibrar a necessidade de um olhar diferenciado às primeiras com o ideal de igualdade preconizado pelo liberalismo. Para este último, à primeira vista, pode parecer fácil delimitar os objetivos do projeto feminista: que homens e mulheres, na sua condição de seres humanos, sejam submetidos às mesmas regras e sanções sociais, usufruam dos mesmos direitos, não tenham sua liberdade cerceada a partir de critérios meramente genéticos, e assim por diante. Além disso, quando se parte do pressuposto de que mulheres e homens não são definidos por naturezas predeterminadas e possuem as mesmas potencialidades intelectuais, esta premissa universalizante não se mostra um desejo absurdo. No entanto, ela é tomada como realidade *a priori*, dentro da qual a luta feminista deveria se inserir, e não questiona a própria concepção de universalidade, que está, ela mesma, erigida sobre bases construídas por homens e para homens. Qual seria, então, a alternativa feminista no contexto liberal?

Por essas razões, a luta feminista está atrelada, ao menos em parte, às reflexões acerca do sistema econômico e político vigente, uma vez que

ele influencia diretamente o corpo teórico feminista. A ordem socioeconômica preconizada pelo liberalismo caracteriza-se, em linhas gerais, por premissas como a interferência mínima do Estado nas esferas econômicas e sociais, a desregulamentação de mercados e um Estado competitivo. À teoria feminista, ela imputou questões antes não discutidas, como o problema de redefinição dos conceitos de autonomia, dominação e opressão, bem como a relação que tais conceitos mantêm entre si. As premissas do liberalismo e seu enfoque nos valores e nas ações do indivíduo não só dificultaram uma reflexão feminista em termos coletivistas para as mulheres, como escamotearam as desigualdades de gênero às quais elas são submetidas mediante pretensa universalização de direitos e a liberdade individual que caracterizam este sistema. Desse modo, problemas como a violência doméstica ou a divisão sexual do trabalho, por exemplo, são encarados como práticas e escolhas individuais ao invés de manifestações sociais de uma ideologia respaldada pela sociedade e suas instituições. O foco é deslocado para a mulher como um indivíduo reconhecido como livre para conduzir sua vida e relacionamentos da maneira que melhor lhe aprouver, argumento bastante forte, mas que desconsidera o condicionamento ao qual as preferências individuais estão submetidas de acordo com diversos traços identitários do sujeito como cor, raça, posição social, entre outros.

A partir do final do século XX, vertentes importantes do feminismo adotaram a política da diferença de Iris Young (2006), numa concepção crítica ao liberalismo, propondo a redefinição dos critérios de valoração que os tipificam traços e atividades atribuídos às mulheres como menos importantes que aqueles atribuídos aos homens. Isso não significa ratificar visões essencialistas e naturalizadas sobre mulheres e homens, mas reconhecer que as diferenças entre ambos existem, a despeito de um consenso sobre suas origens.

Essa tensão entre a valorização da diferença e a afirmação da igualdade expressa-se em correntes femininas diversas, como o “pensamento maternal” ou “política do desvelo”, que tem em Carol Gilligan sua maior expoente (MOUFFE, 1999), ou naquelas vertentes feministas que se opõe a esta, defendidas por Nancy Fraser, por exemplo, para quem a positividade da diferença pode esconder profundas desigualdades econômicas e políticas (MOUFFE, 1999). Uma outra manifestação das controvérsias que a categoria da diferença assume dentro do debate feminista diz respeito à própria definição dos sujeitos pelos quais ele fala. Ao se posicionar contra a visão naturalizante dos papéis e lugares reservados de antemão às mulheres com base em seu sexo, o feminismo apregoa a im procedência dessa correlação, defendendo

que as diferenciações biológicas de ordem sexual não necessariamente representam as diferenciações entre as expressões de feminilidade e masculinidade adotadas pela sociedade para distinguir homens e mulheres. Em síntese, “o que aceitamos como feminilidade não é a expressão de uma natureza, mas o resultado de trabalhos e pressões, constrangimentos e expectativas sociais” (MIGUEL, 2014, p. 79).

2.1.1 O feminismo e o problema dos sujeitos múltiplos

A trajetória do feminismo como movimento social e orientação teórica foi em grande parte trilhada a partir da categoria mulher como sujeito central, para a qual foram dirigidos os esforços de compreensão de sua posição subalterna e de transformação radical desta condição. Ainda que a diferenciação entre sexo e gênero tenha se mantido um consenso para a maior parte do feminismo ao atribuir ao primeiro as diferenças morfológicas entre homens e mulheres, e ao segundo as diferenciações simbólicas de comportamento e inclinações tidas como naturalmente diferentes para ambos, nas últimas décadas a categoria mulher vem sendo questionada quanto à sua eficiência representativa.

Ao reclamar um sujeito ou um grupo de sujeitos como as mulheres para si, o feminismo, principalmente como apontado pela vertente pós-estruturalista, incorre no perigo de essencializar seus sujeitos, ignorando a multiplicidade de experiências e visões de mundo, muitas vezes conflitantes entre as mulheres, abarcadas pela concepção feminista. Por outro lado, estamos de acordo com a perspectiva de adoção de uma categoria coletiva como “mulheres”, uma vez que, sem ela, o feminismo como movimento político enfrentaria obstáculos muito maiores aos que hoje a ele se apresentam. Afirmar uma identidade ou a existência de valores e objetivos comuns de maneira alguma, ao menos para os fins deste trabalho, implica que essa identidade deva ser, nas palavras de Biroli (2014, p. 82), “absoluta, imutável ou irrevogável”.

No entanto, as vivências e perspectivas similares compartilhadas pelas mulheres, cuja origem se encontra na cultura da dominação masculina, constituem a base sobre a qual será erigida a luta feminista. Parte-se do entendimento que expressões dessa dominação, como o acesso limitado a espaços da vida pública e política, a responsabilização quase exclusiva pela vida doméstica e o cuidado com os filhos, a maior susceptibilidade do corpo feminino à regulação legal e ao abuso sexual, a expectativa social de um comportamento mais dócil e emotivo por parte delas, entre outros, representam elementos comuns, que muitas vezes integram as experiências e perspectivas das mulheres, e mesmo que não

desemboquem necessariamente na produção de identidades fixas ou no consenso a respeito de uma possível articulação, devem ser acionados como instrumentos argumentativos nos espaços de tomada de decisão.

Esse recurso estratégico adotado pelo movimento feminista implica considerarmos uma questão crucial que vem sendo posta por diversas correntes do feminismo não hegemônico: ao se recrutar a categoria mulher como ponto de referência e adotar um norte político que pressuponha a delimitação de um grupo para o qual e pelo qual se fala, ainda que vigilante quanto a possíveis inclinações essencialistas e discriminatórias, o feminismo não consegue abarcar a multiplicidade de vivências das mulheres numa sociedade marcada por diversas outras clivagens além do gênero. Foi e continua sendo por essa razão que, a despeito de nossos esforços (recentes e insuficientes), a experiência da mulher retratada pelo feminismo continua sendo aquela compatível à das mulheres brancas, heterossexuais e inseridas nas classes mais altas da sociedade. É contra essa tendência que os feminismos não hegemônicos, em especial o feminismo negro, têm dirigido suas reflexões, principalmente através da ênfase no imperativo de interseccionalidade das reflexões feministas. Esse movimento epistemológico requer, segundo Biroli (2013) e Kahlo (2016), um cuidado especial para que saibamos posicionar as análises de acordo com contextos sociais e lugares de fala específicos, considerando também variáveis como classe, raça e sexualidade:

Quando falamos em fazer um recorte de raça, divisão de movimento social não é a proposta. Não há a intenção de sobrepor raça a tudo que já se discute acerca de violência, mercado de trabalho, liberdade sexual, maternidade. O que se reivindica é o direito de falar da realidade das mulheres negras no âmbito deste tema. Se existe mais mulheres negras do que brancas sofrendo violência obstétrica, tratar dessa questão não visa jogar para debaixo do tapete o problema geral, mas entender que esse dado pode demonstrar que o racismo faz vítimas bem definidas no sistema de saúde. (KAHLO, 2016, pg. 38).

Nesse sentido, o feminismo negro vem denunciando os abismos sociais aos quais as mulheres negras estão submetidas e as especificidades de sua realidade. Suas propostas têm privilegiado a importância de políticas públicas pontuais, que considerem as mulheres como público-alvo. As comparações entre mulheres negras e não negras ratificam esta

necessidade: enquanto as mulheres brancas representam 40% do público do ensino superior, as negras são 15%; a mortalidade materna de mulheres negras no Brasil é de 60%, ao passo que esse índice baixa para 34% quando falamos em mulheres brancas (KAHLO, 2016, pg. 43).

Essas disparidades provam que o feminismo nunca foi um movimento homogêneo ou representativo de todas as mulheres. Ele assumiu formatos bastante diversificados historicamente e de acordo com sua localidade e público-alvo. Enquanto o direito à educação e ao trabalho conferiam às mulheres com melhores condições socioeconômicas autonomia da esfera doméstica, para as mulheres pobres o trabalho era uma realidade antiga e uma outra fonte de alienação⁷. Se em 1940 o aborto era uma reivindicação das feministas americanas, as soviéticas já podiam recorrer à interrupção da gravidez desde 1920. O direito ao voto só chegou ao Brasil doze anos depois de sua homologação nos Estados Unidos.

Nomes como Bell Hooks e outras feministas destacam como o silenciamento das experiências de mulheres marginalizadas tem operado dentro do feminismo quando este se furta a desafiar o sistema vigente, reduzindo questões de primeira ordem a um projeto subjetivo de empoderamento que desconsidera outras lutas como o racismo e a homofobia (KAHLO, 2016). O projeto político revolucionário feminista tem sido substituído por uma consciência diluída da opressão feminina e por um feminismo cada vez mais individualista.

O dilema de identificar ou não a possibilidade de uma experiência feminina e feminista unificada e inclusiva norteia os debates entre os feminismos marxista, negro e outras correntes, as quais tendem a dar uma resposta negativa a esta possibilidade, por considerarem que a experiência de mulheres brancas e inseridas nos padrões socioeconômicos e comportamentais reconhecidos pela sociedade jamais contemplariam as experiências de mulheres que fujam a um ou mais destes recortes. Somadas a essas discordâncias, o elitismo acadêmico e os obstáculos adicionais enfrentados por aquelas mulheres na projeção de suas ideias desenham atualmente um quadro no qual representam uma parcela bem

⁷ Em 2010, dos quase 5 milhões de brasileiros que trabalhavam como empregados domésticos, 94,4% eram mulheres, das quais 61,6 % eram negras e 60% não haviam completado o Ensino Fundamental. No âmbito das construções de gênero que incidem sobre o mercado de trabalho, característica do universo feminino valorizadas em outros contextos não conferem às mulheres qualquer status no meio produtivo, sendo até mesmo consideradas empecilhos para a sua atuação profissional. A possibilidade de gravidez, por exemplo, é tida em várias áreas como um agravante para a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

menor que a desejável dentro das reflexões e projetos do feminismo. O grande desafio seria encontrar um denominador comum (caso ele exista) que não ignore essas questões, nem relegue negras, lésbicas e mulheres de classes marginalizadas a espaços sem influência decisória, evitando ao mesmo tempo análises extremamente centradas e sem poder representativo.

Do ponto de vista teórico, e mesmo prático, parece mais produtivo admitir que esses desencontros são inevitáveis e necessários na construção de um diálogo comprometido com a tentativa de inserção do maior número de perspectivas possíveis dentro do feminismo. Mesmo tentadas a usar o substantivo compreensão, declinamos dele por acreditar que a experiência do outro é uma dimensão que jamais poderá ser completamente mensurada se não pelo sujeito que a vivencia. Nesse viés, a afirmação de Biroli (2014, p. 91) aponta uma alternativa mais convergente com as perspectivas teóricas aqui esboçadas:

Em vez de buscar um fundamento último comum para sexismo, racismo, dominação de classes e homofobia ou determinar qual deles é mais essencial, parece produtivo entender que essas formas de opressão possuem afinidades, paralelos e mecanismos de reforço mútuo, mas também padrões ao menos em parte independentes de reprodução.

A necessidade de tentar responder essas e outras questões pavimentou o caminho para as teorias de gênero, que tiveram em estudiosas como Joan Scott, nos Estados Unidos, e Guacira Lopes Louro, no Brasil, suas precursoras (PISCITTELI, 2002). Em suas primeiras décadas, a epistemologia feminista se manteve atrelada a conceitos que giravam em torno da ideia de uma identidade feminina *a priori*, até que a proposta da categoria gênero surge em detrimento dos sentidos embutidos no patriarcado, até então uma das categorias-chave da teoria feminista.

O conceito de patriarcado foi um dos primeiros aportes teóricos da teoria feminista, utilizado para distinguir forças específicas mantenedoras da subordinação feminina, bem como demonstrar que suas causas não eram naturais e, por conseguinte, poderiam ser combatidas. No entanto, a utilização do conceito na teoria feminista não desenvolveu historicamente seus aspectos centrais, de modo que se tornou sinônimo de dominação masculina universalizada no tempo e no espaço, transformando-se em uma categoria transistórica, transcultural e transgeográfica, além de essencializante, na medida em que atribui às relações desiguais entre

homens e mulheres as diferenças biológicas entre eles. Por essa razão, o patriarcado foi sendo substituído pela noção de gênero, difundido a partir do ensaio de Gayle Rubin, *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo* (PISCITTELLI, 2002), no qual a autora define o sistema sexo/gênero, segundo relata Adriana Piscitelli (2002, p. 8), “como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais são transformadas e satisfeitas”. Segundo Adriana, mesmo concebido como uma alternativa ao patriarcado, o conceito de gênero surgiu das mesmas inquietações feministas em relação às causas da opressão das mulheres:

A elaboração desse conceito está associada a percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder. Vemos, assim que as perspectivas feministas que iniciaram o trabalho com gênero mantem um interesse fundamental na situação da mulher, embora não limitem suas análises ao estudo das mulheres. (PISCITTELLI, 2002, p.11).

Em síntese, os estudos de gênero buscavam uma radicalidade epistemológica para estudar a situação da mulher a partir do rompimento com interpretações sexistas baseadas em definições biológicas, que utilizavam o sexo como parâmetro para explicar as relações entre homens e mulheres e definir, a partir destas, seus papéis sociais. Segundo Louro (2002, p.15),

Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder.

O gênero como categoria permanece ainda hoje como um dos grandes dissensos da teoria feminista, dadas as diversas posturas das autoras que o discutem. Elas oscilam entre rejeitar a categoria, propondo novas alternativas que não pensem o gênero atrelado à variável sexo, ou proceder a críticas ao binarismo representado na associação destas duas

categorias, sem abandonar, no entanto, princípios associados ao gênero. Seja como for, a reelaboração do conceito de gênero vem na esteira da própria reestruturação dos pressupostos teóricos e políticos feministas, levados a cabo por novos deslocamentos teóricos, por diferenças internas do movimento e pelas reivindicações dos feminismos negro e lésbico. Essas divergências têm em comum a rejeição aos essencialismos presentes da distinção sexo/gênero, objetivando, a despeito das abordagens recrutadas para tanto, escrutinar e denunciar os procedimentos pelos quais o gênero é utilizado na fixação de identidades e papéis sociais diferentes para homens e mulheres, sustentando configurações de poder e hierarquias desfavoráveis a elas.

A nova epistemologia adotada para se pensar a questão feminina não abandonou a lógica dicotômica da questão que polariza homens e mulheres e alimenta essencialismos que, de acordo com Judith Butler (2003), acabam por reforçar os estereótipos de gênero e identidade aos quais as mulheres (e homens também) estão submetidos. Segundo a autora, a insistência sobre a unidade e coerência da categoria mulheres recusou as intersecções culturais, sociais e políticas nas quais são construídas as múltiplas e contingentes identidades femininas, e a rejeição da instabilidade dessas identidades produz um resultado oposto ao que as feministas objetivam: definem padrões de comportamento que não admitem as diferenças dos sujeitos sociais (BUTLER, 2003).

A dissociação da categoria gênero dos processos de articulação feminista e do projeto político-epistemológico proposto pelo movimento se dá numa tentativa de torná-lo mais palatável e/ou representa uma confusão entre as categorias gênero e mulher. De fato, como argumenta Butler (2003), esse movimento pode gerar uma visão equivocada que romantiza e essencializa os papéis sociais atribuídos à mulher, confinando-a em lugares sociais bem demarcados, justamente o que o feminismo procura combater. No entanto, podemos argumentar também que o gênero como categoria analítica representa um instrumental muito mais inscrito no âmbito da militância feminista acadêmica, embora o movimento LGBT (acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e os estudos sobre identidade de gênero e orientação sexual tenham operado na mudança desta realidade. No que diz respeito à tensão entre o problema da fixação de identidades sociais feministas com fins a um ativismo direcionado e a afirmação de diferenças relacionais, Nancy Fraser (2009) aponta para os perigos de se negligenciar a abordagem de questões que perpassam o feminismo, sem as quais ele não poderia ser pensado satisfatoriamente, como os vieses do capitalismo, as implicações políticas e econômicas das forças

transnacionais e o peso de elementos como raça, classe e orientação sexual na manutenção das desigualdades de gênero.

Pesa sobre as tendências desconstrutivistas feministas a crítica bastante pontual e desafiadora quanto a como operacionalizar o feminismo em termos práticos sem desconsiderar os aportes teóricos que o embasam, pois não são poucos os relatos feministas afirmando que, atualmente, suas perspectivas teóricas são, nas palavras de Piscitelli (2002, p. 19), “pouco uteis, inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia”. Essas críticas baseiam-se na ênfase que muitos discursos dão às diferenças entre as mulheres, impossibilitando, desta maneira, uma teoria feminista capaz de sustentar iniciativas mais organizadas e acessíveis, comprometidas com um projeto feminista inclusivo e pragmático. Tal contexto favoreceu o retorno da categoria mulher como recurso analítico nas últimas duas décadas, a fim de contornar problemas de ordem teórica e política.

O grande problema para o feminismo é que a adoção de uma perspectiva não essencialista força o movimento a não mais pensar seus dilemas a partir da dicotomia igualdade versus diferença, já que a partir dela não existe uma noção unificada e homogênea da categoria mulher que seja passível de ser confrontada à categoria homem, mas sim uma multiplicidade de relações sociais em que a diferença sexual é dada de diversos modos, nas quais a luta contra a subordinação da mulher deve ser abordada de maneiras específicas e diferentes. As contribuições de Judith Butler foram cruciais para o enfrentamento dessa dificuldade, mas não exploraram os aspectos políticos e suas consequências para a cidadania das mulheres tão bem quanto Chantal Mouffe.

Para Mouffe (1999), a política feminista deve ser entendida como uma luta pelos interesses e aspirações das mulheres como mulheres dentro de um contexto mais amplo de articulação e demandas. Sejam quais forem estes interesses e aspirações, o feminismo é resumido por ela como a luta pela igualdade das mulheres. Contudo, não se pode atribuir uma essência e identidade comuns ao grupo que lidera esta luta, no caso as mulheres, porque o feminismo não deve ser uma luta

Por la realización de la igualdad para un definible grupo empírico con una esencia y una identidad comunes, las mujeres, sino más bien como una lucha en contra de las múltiples formas en que la categoría "mujer" se construye como subordinación (MOUFFE, 1999, p. 126).

Ao contrário, ela deve ser entendida como um enfrentamento contra as variadas formas em que a categoria mulher é construída em termos de subordinação, e que pode assumir a forma de múltiplos discursos e políticas⁸. É por essa razão que não se pode falar em feminismo, no singular:

No entanto, devemos estar conscientes do fato de que as metas feministas podem ser construídas de muitas maneiras diferentes, de acordo com a multiplicidade de discursos nos quais podem ser enquadrados: marxista, liberal, conservador, separatista radical, democrático-radical, e assim por diante. Há, portanto, a necessidade de muitos feminismos, e qualquer tentativa de encontrar a forma “verdadeira” da política feminista deve ser abandonada. Eu acho que as feministas podem contribuir na política com uma reflexão sobre as condições para a criação de uma efetiva igualdade para as mulheres. Esta reflexão está sujeita à influência de diferentes discursos políticos e teóricos. Em vez de tentar provar que uma determinada forma de discurso feminista é a que corresponde à essência “real” da feminilidade, deve-se tentar a melhor maneira de se abrir possibilidades para a compreensão das múltiplas formas de subordinação das mulheres. (MOUFFE, 1999, p.126, tradução nossa).

Porém, na ânsia de se desligar do âmbito privado e doméstico ao qual as mulheres relegadas e conquistar espaço na arena pública, o feminismo muitas vezes apelou para a ideia de bem comum e concentrou sua luta na demanda por uma política comunitária nos termos de direitos iguais para com os homens, recusando a ambiguidade e a contingência

⁸ Chantal (1999) se opõe à política do cuidado defendida por Carol Gilligan, baseada na valorização dos atributos maternos das mulheres e da família como domínio moralmente superior ao político e público. Carole Pateman também sofre críticas da autora (MOUFFE, 1999) por apelar para a concepção “sexualmente diferenciada” de cidadania, que apesar de criticar a noção liberal do homem como referência, denunciada na categoria “Outro” de Beauvoir - utilizada para definir como a mulher é definida em relação ao referencial homem (1967) -, ainda se vale da lógica de diferenciação para defender uma política essencialista que seja definida por atributos próprios da mulher, com ênfase na maternidade.

dos seus sujeitos políticos. Essa resistência se dá pela temeridade de que, sem uma identidade coerente e unificada, o feminismo não seria bem-sucedido em firmar suas bases e vocalizar suas demandas específicas. Apesar de tais ressalvas, Mouffe (1999) defende a necessidade, para as feministas comprometidas com uma política democrática radical, de desconstrução de quaisquer identidades essencialistas, para que se possa ter uma compreensão adequada das muitas e variadas relações sociais pautadas na subordinação. Entretanto, é importante sublinhar que a crítica à identidade essencial não significa a rejeição absoluta de qualquer conceito de identidade, entendida como uma construção discursiva a partir de vários componentes como classe, sexo, raça, etnia, entre outros. O que Mouffe (1999) rejeita é a superioridade do gênero sobre outras categorias e sua influência em campos em que ela não deveria ser absolutamente relevante, impedindo com isso uma nova concepção de cidadania, cuja realização só será possível, tanto para os homens quanto para as mulheres, se a diferença sexual deixar de ser um fator politicamente relevante e o conceito de agentes sociais envolvidos seja trabalhado em torno da articulação de diferentes posições dos sujeitos que correspondam a multiplicidade de relações sociais em que eles estejam inseridos⁹.

Tal proposição de cidadania permite que coexistam no agente político diferentes posições do sujeito que se prestam a uma pluralidade de causas juntamente com suas liberdades individuais, e assim como o exercício da cidadania demanda uma identificação com os princípios éticos e políticos da democracia moderna, deve-se reconhecer que pode haver tantas formas de cidadania quanto interpretações de seus princípios. No entanto, na luta contra as mais variadas situações de dominação e subordinação sociais, os diferentes grupos da arena política devem

⁹ Na mesma esteira, Iris Young (2006) propõe o gênero como serialidade, em uma perspectiva que, em detrimento da caracterização das mulheres em grupos, procura fugir dos essencialismos e normatividades frequentes nos processos de classificação. A autora pretende conciliar uma identidade coletiva construída em torno do feminismo com os condicionamentos individuais dos quais gozam as mulheres e que fazem com que elas se relacionem, subjetiva e empiricamente, de maneiras diferentes com as estruturas de gênero com as quais todas elas devem lidar. Ainda que as mulheres e suas trajetórias estejam inseridas em contextos específicos, que pesam sobre elas, e a construção de suas identidades levem conta marcadores mais fortes que o gênero, como etnia, nacionalidade, classe ou orientação sexual, por exemplo, isso não as impede de se articularem como um grupo social específico com orientações políticas e ideológicas que visem a um objetivo comum.

reconhecer tais situações e o fato de que elas representam preocupações em comum, que exigem deles articulações das demandas democráticas que englobem os diferentes movimentos sociais. Desse contexto, surge um sujeito político coletivo cujo objetivo

é a construção de um "nós" como cidadãos democráticos radicais, uma identidade política coletiva articulada através do princípio de equivalência democrática. Deve-se ressaltar que tal relação de equivalência não elimina as diferenças - caso contrário, seria simples identidade. É apenas na medida em que as diferenças democráticas se opõem a forças ou discursos que negam à todas elas, que essas diferenças serão substituíveis entre si. (MOUFFE, 1999, p. 121, tradução nossa).

A definição de um nicho de agentes indubitavelmente pressupõe a delimitação de fronteiras que os separam dos "outros", que passam a ser definidos por sua posição de oposição ou simplesmente de não pertencimento. É nesse ponto que reside, talvez, o aspecto mais realista e, em decorrência disso, o mais libertador da teoria de Mouffe. Para ela, a ideia de uma comunidade política completamente inclusiva é utópica e inconcebível. Sempre haverá a figura do outro, do elemento exterior à comunidade, que é, por si só, condição para a sua existência.

2.1.2 Novas armas, velhos embates

Diante das dificuldades até aqui explanadas, fica claro que o feminismo atualmente se vê confrontado com a necessidade de reinventar sua articulação e métodos a fim de ganhar visibilidade, ainda que o cerne de sua luta permaneça o mesmo: questionar as relações sociais de poder imbricadas no gênero, de modo que as estratégias feministas envolvam um enfrentamento da posição subordinada das mulheres, tanto dentro das instituições do Estado como na sociedade civil, porque um embate que questione essa subordinação somente com relação à figura do homem não é mais suficiente.

Ao feminismo apresenta-se também o desafio de alcançar a tão almejada democratização das relações de poder preconizada por Mouffe (1999), já que, não raro, a participação feminina nos âmbitos público e privado ainda não se deu de forma emancipada e equivalente com relação às outras lutas que também objetivam visibilidade. Mas ainda do que intentamos explorar aqui, os contornos políticos e epistemológicos desta

luta, o potencial libertador que as armas teórico-metodológicas possuem não foram suficientemente explanados.

Para além de como ela instantaneamente se apresenta, a causa feminista é uma luta, de acordo com Pierre Bourdieu (1990), que adquire contornos tanto objetivos quanto subjetivos. Objetivos porque procuram agir através de ações de representação individuais e coletivas, a fim de exporem determinadas realidades às quais as mulheres são submetidas. De acordo com o sociólogo francês, no campo da ação subjetiva, o feminismo e sua militância procuram:

[...] agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo, ou seja, pelo exercício legítimo do efeito de teoria. (BOURDIEU, 1990, p. 162).

Bourdieu (1999) afirma também que para mudar o mundo é preciso mudar a maneira de fazer o mundo, e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos não podem ser reinventadas sem que as categorias que lhes dão significados discursivos sejam repensadas. Por isso, uma das principais críticas feministas dirigidas à sociologia diz respeito às categorias de pensamento com referencial masculino que esta muitas vezes adotou, excluindo de suas análises a experiência social das mulheres, analisadas muitas vezes pela ótica de perspectivas e conveniências sociais dominantes. Como meio de escapar dessas categorias excludentes, que produzem simultaneamente ausências e negações, Jennifer Simpson (2012) sugere que os discursos feministas operem na tentativa de rever essas discrepâncias de poder no processo de desconstrução e reconstrução do conhecimento. Tal intento, argumenta Miriam Adelman (2004), tem apresentado avanços por parte das teorias feministas dos últimos 30 anos ao mostrarem que as relações de gênero são fundamentalmente relações de poder operantes em todas as instituições e instâncias da vida social, bem como têm uma participação crucial na revisão metodológica e filosófica do próprio conceito de poder, que passou a ser considerado um produto não só de instâncias determinantes e objetivas, mas também da constituição das subjetividades humanas. Soma-se a isso as revisões e reconstruções de categorias centrais por parte das teóricas políticas feministas, da teoria política

clássica, tais como as noções de justiça, liberdade, autonomia, autoridade, democracia, entre outras. De acordo com Adelman:

Elas têm mostrado com insistência a necessidade de conferir historicidade a tais categorias, fazendo a crítica do seu uso como valores abstratos e universais e ajudando a revelar como o uso convencional dessas categorias suprime um elemento da sua própria formulação: a exclusão das experiências das mulheres e dos “outros Outros”. (ADELMAN, 2004, 196-197).

Mas nenhuma revolução, ressignificação, reflexão ou qualquer outro empreendimento das teorias feministas foi tão revolucionário quanto o que nos permitiu pensar em termos da categoria experiência, porque, talvez, seja a única que acuse com precisão as consequências lamentáveis da lógica da subordinação feminina. É claro que, como explicado por Laclau (2011), ela exclui (no âmbito de uma compreensão subjetiva) um considerável número de agentes da luta feminista, mas, ao mesmo tempo, empodera outra considerável parcela, ao desnaturalizar comportamentos que seriam fardos em suas vidas e ao apontar não só uma, mas várias possibilidades de reescreverem suas trajetórias. E é em meio a esse desvelamento que as mulheres se encontram com um dos momentos mais intensos de suas vidas, segundo Michael Foucault (2003, p. 207): “aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas”. E no fim, independentemente de todas as suas controvérsias externas e internas, o feminismo ainda existe para ajudar as mulheres nessa difícil tarefa.

Nesse contexto de utilização da experiência como marcador de militância, as páginas feministas aparecem como um canal alternativo de engajamento que oportuniza a interatividade, a chamada para campanhas e a votação de temas muitas vezes polêmicos. Em sua maioria, tais páginas estruturam-se para divulgar o pensamento feminista, denunciando a violência de gênero ou abordando questões relativas à saúde, sexualidade, economia, política, democracia, entre outros. Ademais, mas não menos importante, elas podem promover um empoderamento das mulheres no sentido de contribuir e aguçar nelas uma percepção das relações desiguais de gênero, bem como possibilitar um constante diálogo que lhes permita pensar novas maneiras de superar as desigualdades e reinventar suas trajetórias, fazendo com que possam delinear para si uma nova identidade. No caso das mulheres, isso

possibilita que elas compreendam as relações de poder desiguais entre homens e mulheres, que até hoje se perpetuam cultural, econômica, social e politicamente, mas, mais importante que isso, permite a fomentação de alternativas para a superação dessas assimetrias de gênero. (NEGRÃO, 2006, p. 66).

Originalmente ligado à tradição do *Empowerment* originado nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, a categoria empoderamento só ganha notoriedade quando movimentos emancipatórios relacionados ao exercício da cidadania se apropriam do termo para se referir aos processos de conquista de autonomia e à autodeterminação de sujeitos socialmente subalternizados. De acordo com Maria Elisabeth Kleba e Agueda Wendausen (2009), os estudos sobre empoderamento no Brasil estão centrados em duas diferentes perspectivas: uma está atrelada às práticas e mobilizações de grupos e comunidades, com vistas à melhoria de suas condições de vida; a segunda, a ações cujo foco são populações em situação de extrema vulnerabilidade social, às quais são dirigidas políticas assistencialistas, que, segundo a autora, não promovem a autonomia dos sujeitos por ela beneficiados.

Uma delimitação conceitual do termo, no entanto, depende em grande medida da área do conhecimento considerada, visto que o empoderamento como prática reflexiva e/ou ação direcionada é operacionalizado por diversas abordagens, as quais podem focar ora nos níveis individuais, ora nos níveis organizacionais ou comunitários de aplicabilidade do termo. Enquanto o empoderamento organizacional refere-se à alocação e distribuição de recursos em determinada organização, o comunitário é perpetrado por atores individuais e coletivos em âmbitos comunitários em que as mudanças sociopolíticas estruturais estejam em foco. No entanto, quando a categoria empoderamento é recrutada, na maioria das vezes refere-se às variáveis interpessoais e aos fatores psicológicos envolvidos na habilidade das pessoas de “ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção da melhoria de sua condição de vida” (BAQUERO, 2012, p.176). No entanto, esse viés individualista tem sido considerado uma apropriação indevida do termo pelo discurso neoliberalista, por desconsiderar, nessa perspectiva, que o empoderamento como processo e resultado só é possível quando gestado no âmbito dos relacionamentos e ações sociais. Ou seja: os indivíduos só podem adquirir autonomia e consciência crítica a partir da interação direta ou indireta com outros indivíduos, transformando a si e as estruturas sociais que desejarem.

No âmbito da teoria e prática feminista, os significados do termo empoderamento têm sido disputados por diversas correntes do movimento, mas, em linhas gerais, é compreendido como o processo de conquista da autonomia e autodeterminação das mulheres perante as opressões de gênero, com vistas à transformação das estruturas e instituições perpetuadoras dessas opressões. No entanto, a ênfase nas dimensões cognitivas e psicológicas do empoderamento não pode prescindir das reflexões sobre o tema que levem em conta os recursos humanos e materiais que muitas vezes condicionam as escolhas e posicionamentos das mulheres.

O empoderamento sob a ótica feminista pressupõe o reconhecimento prévio por parte das mulheres de sua situação subordinada e da existência de uma ideologia que legitima a dominação masculina. Esse processo de conscientização, segundo Cecília Sardenberg (2006), não poderia nascer “naturalmente” de uma condição de subordinação, razão pela qual deve ser desencadeado por agentes empoderadores externos, como grupos de mulheres ou figuras facilitadoras. A postura da autora reproduz um discurso bastante em voga, tanto no feminismo como em outros movimentos sociais, que reforça a ideia equivocada de que empoderar significa dar poder a uma figura receptora deste, coadjuvante da ação de um indivíduo/grupo sobre outro indivíduo/grupo. Embora nos dê indícios da importância do elemento comunitário nos discursos feministas contemporâneos, a noção de empoderamento adotada aqui está ligada à premissa de Kleba e Wendausen (2009), para quem profissionais ou agentes externos podem catalisar ações que sustentem políticas de empoderamento, de modo que elas possam, gradativamente, transformar seus destinatários em agentes autônomos, menos dependentes de relações hierárquicas e opressoras:

Acreditamos que tais resistências acontecem cotidianamente, mas não temos consciência plena de sua existência e da força que possuem. Isso só é possível com um processo reflexivo, que desnaturaliza o cotidiano, tornando-o algo que se possa compreender historicamente, percebendo as consequências de nossas escolhas. A riqueza do processo de empoderamento está justamente em desvendar as relações de poder, buscando transformá-las em relações mais equânimes. Isso requer a construção de uma nova subjetividade, mais crítica e livre, em que se permite questionar o

instituído. (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 737).

Por isso, o processo de empoderamento comporta, invariavelmente, tanto a dimensão psicológica quanto a dimensão política. A primeira pressupõe o autorreconhecimento através do qual as pessoas se conscientizam acerca dos contextos e relações sociais cerceadores de suas liberdades e potencialidades, para depois adquirirem e fortalecerem suas competências e autoestima. A segunda implica a transformação estrutural desses contextos e relações, processo que extrapola a dimensão individual e psicológica do empoderamento e que não pode ser descolado do contexto de inserção sociopolítico dos sujeitos. Por isso, compreender o empoderamento como sentimento experimentado individualmente não é apenas uma visão redutiva, mas principalmente errônea, tendo em vista que desconsidera o empoderamento como processo de integração comunitária.

Essa emergência das redes sociais como *locus* de convergência entre tecnologia e ativismo político não só traz novas alternativas de militância e vocalização de demandas, mas pressupõe também a construção de novas identidades dentro desses espaços, que também são organizados em torno das questões de identidade. Manuel Castells afirma sobre esta nova construção: “em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca pela identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se fonte básica de significado social” (CASTELLS, 1999, p. 41).

Esses fluxos globais trazem para os relatos dados no espaço público contemporâneo o conflito como elemento imperativo na negociação dos sujeitos sociais e suas demandas (RESENDE, 2008). Esse espaço público é constituído por espaços parciais, que assim se estruturam porque a ordem moderna hoje não mais admite demarcações rígidas entre o local e o global, o que exige uma nova configuração das lutas políticas. Segundo Boaventura de Sousa Santos:

Muitas das experiências subalternas de resistência são locais ou foram localizadas e assim tornadas irrelevantes ou inexistentes pelo conhecimento abissal moderno, o único capaz de gerar experiências globais. Dado, porém, que a resistência contra as linhas abissais precisa ocorrer em uma escala global, é imperativo desenvolver algum tipo de articulação entre as experiências subalternas por meio de ligações entre o local e o global. (SANTOS, 2007, p. 89).

Tendo em conta que as novas tecnologias da informação atuam como facilitadoras da comunicação pelo ciberespaço, e da comunicação como um processo não mais unidirecional, mas informativo, elas auxiliam nesse processo de redimensionamento da luta feminista e da identidade da mulher, bem como as tornam atrizes específicas num palco de mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, mudanças estas que causam grande impacto nos movimentos sociais, como afirma Maria da Glória Gohn (2012, p. 18):

Os movimentos e as ONGs que sobreviveram se qualificaram para a nova conjuntura em termos de infraestrutura e do uso de modernos meios de comunicação, como a internet. A tecnologia chegou aos movimentos sociais e a institucionalização de setores e áreas das demandas e lutas é uma necessidade imperiosa para a sua sobrevivência.

Aproveitando este novo contexto na ordem comunicacional, o movimento feminista se imiscui em novos espaços virtuais, fazendo deles canais em que, concomitantemente, seja possível apresentar reivindicações, articular mobilizações e/ou expor opiniões e posicionamentos, que superam mais facilmente as limitações geográficas e temporais anteriores ao advento das novas tecnologias de comunicação e informação.

Entre os diversos canais disponíveis por essas novas tecnologias, os blogs aparecem como mais uma ferramenta utilizada pelo feminismo na busca de novos paradigmas eficazes na superação das relações desiguais de poder, desenrolem-se elas no âmbito público ou privado. Entretanto, a compreensão de suas lógicas e de como elas operam especificamente nos objetos de pesquisa aqui estudados devem preceder o esboço e o escrutínio dos contextos históricos e sociais em que eles se estabeleceram, contemplando as transformações que as operações de escrita e leitura sofreram a partir da textualidade eletrônica e, por fim, como estes fatores articulados foram apropriados pelas mulheres em suas militâncias escritas.

3. A REDUNDÂNCIA DOS COMEÇOS

As redes digitais hoje emergem como importante espaço de trocas de informações, além de permitirem a comunicação e a articulação de pessoas de diversos pontos do planeta, produzindo dados que trocam e negociam através das relações operadas por essas redes. Como sujeitos políticos nesses novos espaços que transcendem as barreiras geográficas, as mulheres têm se utilizado do ciberespaço como *lócus* de debate e articulação para dar visibilidade ao movimento feminista e apresentar suas reivindicações e opiniões no âmbito da sociedade civil. No entanto, compreender as trajetórias destes sujeitos em um determinado espaço, onde a leitura e a escrita mediam relações e são instrumentos de militância, demanda um retrocesso na história das mulheres e de como estas se inseriram no campo literário, transformaram seus signos e se apropriaram dos canais de comunicação caracterizados pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Portanto, essas novas tecnologias também são escrutinadas em suas especificidades e usos para situar o leitor acerca de conceitos que, embora sejam de uso corrente hoje devido à familiaridade que muitos de nós temos com eles, engendram significados mais complexos quando associados às temáticas aqui estudadas.

3.1 AO INFINITO E (QUASE) ALÉM: O ALCANCE DAS REDES

Publicado em 1996, *Sociedade em Rede*, o primeiro volume da trilogia *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, tornou-se referência nos estudos sobre os impactos da comunicação mediada pelas mídias digitais na sociedade capitalista. Ainda que seu foco sejam as relações sociais de poder que se estabelecem via essas novas tecnologias, a principal obra de Manuel Castells é imprescindível para uma compreensão, ainda que superficial, do panorama social mais amplo afetado pelas transformações da sociedade contemporânea, bem como as complexidades e limites da comunicação analisada em suas relações com o sistema político, econômico e informacional caracterizado pelo incessante fluxo de informações disponíveis no ciberespaço.

O traço mais distintivo dessa sociedade é sua organização em rede. Para o autor, uma rede é uma estrutura de comunicação complexa na qual diversos “nós”, como ele mesmo chama, interagem em múltiplas ligações. Esses “nós” definem-se em relação à sua posição na rede, podendo ser uma pessoa, uma página, uma rede social, ou a própria internet, se a pensarmos dentro de um circuito maior de comunicação, que engloba

outros tipos de veículos midiáticos como a televisão, a rede de telefonia móvel, o rádio, entre outros. Mas, basicamente, o que constitui as redes, em primeiro lugar, é a unidade de objetivos de seus participantes e a flexibilidade das relações que eles constroem e mantêm dentro delas. Por isso mesmo, são estruturas em constante movimento de expansão e reconfiguração de seus elementos, extremamente adaptáveis às mudanças de contexto social e de modo geral descentralizadas, nas quais a circulação de informações encontra a melhor estrutura para se manter devido à maleabilidade, alta velocidade e consumo das informações produzidas e trocadas na economia política contemporânea, que Castells denomina “capitalismo informacional”. Nela, informação é poder, que gera mais informação. Sua diferença de outros contextos não reside apenas no fato de que eles não possuíam uma comunicação mediada por computadores ou outras mídias, mas em como são apropriados para representar e reorganizar a realidade na qual seus usuários se inserem, seja ela referente ao âmbito virtual ou não.

A abordagem que toma a noção de rede como categoria analítica ganha força em meio à expansão da rede de computadores e das perspectivas que centralizam suas análises nos processos da vida contemporânea, reconfigurada, entre outros fatores, pela possibilidade de coordenação das atividades sociais sem a mediação do lugar físico. Provocando uma separação entre tempo e espaço e uma nova percepção de agir, a internet, no caso das relações mediadas por computador, atua como instrumento para a disseminação dessas redes em escala global, a partir de uma estrutura descentralizada e não hierárquica. Ainda que este alcance seja quase imensurável, Castells (1996) aponta que as ações e relações surgidas a partir da rede devem ser entendidas como resultados específicos de determinados grupos agindo localmente, a partir de condições, valores e códigos culturais peculiares. Por essa razão, o autor adota o termo *rede* em detrimento de *comunidade*, uma vez que esta última pressupõe uma falsa ideia de homogeneidade, incompatível com o paradoxo da exacerbação da autonomia individual e o desejo de vinculação a uma comunidade, que caracterizam a sociedade contemporânea. Entretanto, o sentido que Castells confere às redes pode sugerir a falsa ideia de que estas pressupõem um sentimento de pertença que seria consequência direta das relações e ligações que as pessoas estabelecem na rede.

O conceito de rede, ao longo dos anos, tem sido manipulado por diversas correntes do conhecimento e operacionalizado na descrição tanto de fenômenos sociais quanto de plataformas comunicacionais, pelo qual

é genericamente reconhecido hoje¹⁰. Entretanto, no contexto das conexões humanas estabelecidas virtualmente, as redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação de caráter horizontal entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes, os quais estabelecem entre si laços a partir de interesses e valores comuns, que tendem a ser menos rígidos que os formados não virtualmente, pois obedecem a uma dinâmica de interação específica e estão isentos de forças institucionais e da obrigação de um ritmo ditado de atividades (MARTINO, 2015). A noção de flexibilidade das redes sociais reflete essa característica fluida dos laços estabelecidos em rede, em que vínculos se formam, transformam e desmancham de acordo com a dinâmica dos participantes de um grupo.

Ainda que muito ligada à ideia do espaço virtual e das relações estabelecidas via mídias digitais¹¹ (mas não somente por elas), o conceito de redes sociais surgiu pela primeira vez em 1950. Com base em um estudo sobre uma comunidade que sobrevivia da pesca, na Noruega, Luis Mauro Sá Martino discorre sobre como Jonh Arundel Barnes (mais conhecido como J. A Barnes) detectou dois “campos sociais” de ação: um sazonal, o da pesca, e um estável, o da agricultura. Havia, no entanto, um terceiro campo, constituído pelas relações sociais que as pessoas da comunidade formavam com conhecidos e familiares, que por sua vez estendiam tais relações a outras pessoas que não necessariamente estavam ligadas às primeiras, formando assim uma ligação contínua entre vários

¹⁰ O conceito de rede social foi apropriado, nas últimas décadas, como descritivo de serviços sociais baseados na internet, que permitem aos indivíduos a eles filiados, de acordo com Boyd e Elissom (2007), construir um perfil público ou semipúblico em um sistema delimitado, articular listas de outros usuários com quem eles compartilham uma conexão, visualizar e percorrer suas listas de conexões e aquelas feitas por outros indivíduos dentro desse sistema de classificação. A natureza e a nomenclatura dessas conexões variam de acordo com os diferentes endereços eletrônicos e com o propósito da interação social. Atualmente, Facebook, Twitter e Instagram figuram como as redes sociais mais famosas do mundo.

¹¹ As mídias digitais surgem como novas configurações de comunicação e conexão entre os seres humanos, potencializando e transformando os meios anteriores de comunicação. Caracterizadas por Richard Miskolci (2011, p. 11) como “uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede”, o conceito de mídias digitais diz respeito tanto à conexão possibilitada por elas quanto ao seu suporte material. A combinação destes fatores, segundo o autor, altera não só as possibilidades de conexão em rede, mas também as relações nela estabelecidas.

indivíduos de pontos esparsos. Barnes chamou esse tipo de campo de rede social. No entanto, para o autor, a ideia de redes não suplanta a ideia de comunidade, mas sugere uma nova análise, que esteja mais centrada no desenvolvimento das relações sociais do que na constituição já dada de determinado grupo.

O mesmo conceito pode ser transposto para o espaço virtual quando pensamos que o caráter comumente descentralizado destas relações é potencializado virtualmente. Em termos de estrutura, simplificada, a rede é formada por atores (que não necessariamente são pessoas; o termo pode designar empresas, marcas, instituições, entre outros) ligados a outros por nós dentro do ciberespaço, embora estes mesmos atores possam desempenhar eles mesmos o papel de elos em determinadas relações. Utilizando um exemplo de Luís Mauro, que parece bastante pertinente a esta pesquisa, um blog é, ao mesmo tempo, um ator dentro das redes formadas por blogs semelhantes e um elo que media as interações sociais nos comentários de cada *post*. Essa arquitetura das redes e o fato de serem construídas a partir de interesses comuns confere a elas um poder exponencial de mobilização para toda sorte de grupos que buscam intercâmbio de ideais, dados e materiais, o que promove não apenas uma interação entre os seus participantes, no sentido do compartilhamento entre si, mas também, e muitas vezes intencionalmente, o engajamento em temas políticos, sociais e culturais. E, para além dessas características e suas implicações dentro do espaço virtual, o poder de mobilização das redes sociais as torna um fator relevante para pensarmos elementos da vida fora da internet, visto que eles também são fonte para as produções na rede.

As redes podem ser tanto centralizadas quanto descentralizadas, tendo as primeiras múltiplas conexões partindo de um único ponto, e as segundas, além de um polo central, polos secundários, ligados a outros pontos. Contudo, embora a descentralização seja de praxe, isso não significa que as redes não comportam relações de poder pautadas em prestígio, reputação e na quantidade/qualidade dos contatos de seus participantes ou do conteúdo que fazem circular. A possibilidade de criar um espaço pessoal de apresentação de si mesmo em que seja possível colocar informações para o acesso de outros, como o blog, é um exemplo disso.

O alcance global da informação, facilitado pelas redes no atual estágio do capitalismo, capacita em grande medida resistências que se apoiam sobre redes de atuação supranacionais, transpondo fronteiras geográficas e se articulando em torno, principalmente, da noção de identidade, que vem ganhando bastante força nas últimas décadas:

Identidades, sejam pessoais ou coletivas, costumam se organizar a partir de vínculos que reúnem indivíduos a partir de algum traço, mais forte ou mais fraco, em comum. Além disso, são organizadas também sobre a noção de diferença: eu sou alguém porque não sou algum outro. A diferença estabelece os limites da identidade. Esses limites podem ser bastante fluidos, transformando-se de acordo com as experiências dos indivíduos, suas reflexões e sua trajetória de vida. Em uma sociedade em rede, global, a afirmação dos elementos de identidade e o estabelecimento de fronteiras baseadas na diferença ganham importância na medida em que elementos fundamentais da identidade, como a cultura, a arte e as práticas sociais, são integrados em perspectiva global. (MARTINO, 2015, p. 103).

As redes sociais permitem que aumentemos o escopo da noção de política, quando utilizadas nas lutas de grupos minoritários por reconhecimento, vocalização de suas demandas e posicionamento identitário, já que em muitos casos a afirmação de uma identidade passa inevitavelmente pela luta por direitos renegados e protagonismo no espaço público. Misturam-se com a vida não virtual, alteram e ressignificam relações sociais, que encontram em sua mediação novas possibilidades de debate e ação política. Nas palavras de Luís Mauro Sá Martino:

Pensada em seu sentido mais amplo, a política nas mídias digitais relaciona-se com as diversas manifestações e afirmações de identidade, na disputa pela chance de chamar a atenção de outras pessoas para problemas sociais diversos, procurando não apenas o engajamento, mas também a visibilidade. Isso significa aparecer em público e dar mais espaço para uma causa, reivindicação ou problema, ter a possibilidade de defender publicamente ideias não só sobre governos ou partidos, mas posicionamentos que reflitam identidades e estilos de vida. Um blog ou perfil de rede social que marque posição a respeito destes temas e tantos outros pode ser entendido como um ambiente político – a identidade, em público, torna-se um problema político, que encontra ressonância em uma forma específica de

espaço e que apresenta grande potencial de engajamento e militância. (MARTINO, 2015, p. 146).

Essa participação política em rede parece se dar mediante à formação de espaços de discussão que nascem de interesses comuns¹², vocalizados a partir da livre troca de argumentos e conteúdos entre seus participantes. Em suma, na formação de “esferas públicas” virtuais. O uso do termo no plural sugere que consideremos a pluralidade de engajamentos e causas disponíveis na rede, as quais não dependem de informações da mídia de massa nem possuem compromissos com qualquer ideia totalizante e homogênea, podendo assim contemplar quaisquer interessados em tomar parte no debate (e que possuam os meios para tanto).

A internet e o espaço virtual podem ser pensados como elaborações contemporâneas da Esfera Pública, conceito elaborado pelo filósofo alemão Jurgen Habermas (2011) para definir um espaço de discussão e ação política oriundo da interação entre atores sociais dispostos a debater e deliberar sobre assuntos de interesse coletivo. Não se trata unicamente de um espaço físico, mas da manifestação de ideias e opiniões em sua maioria divergentes, cujo caráter coletivo demanda discussões públicas que só podem acontecer se existirem lugares – físicos ou não – nos quais a livre manifestação e circulação de ideias seja possível. Considerando nossos objetos de pesquisa como espaços definidos a partir das premissas supracitadas, o conceito de Esfera Pública pode, com as devidas ressalvas, nos ser útil para pensar os objetivos deste trabalho, na medida em que permite paralelos entre suas características e aquelas observadas nos espaços virtuais. Assim como estes últimos, ele está atrelado ao pressuposto básico de garantia ao livre debate de quaisquer posicionamentos ideológicos relacionados à coletividade. A relevância destes posicionamentos é definida pelo engajamento e a adesão que são capazes de suscitar nas pessoas, de modo que o critério de seletividade ao qual os temas da Esfera Pública estão sujeitos invariavelmente excluem dela uma série de temas propostos pelos atores sociais. Neste cenário, cabe então à Sociedade Civil, segundo os termos abaixo, descritos por

¹² O foco nos interesses comuns partilhados nas redes e comunidades de maneira alguma é pressuposto de que nelas prevaleça o consenso e a homogeneidade tanto desses interesses quanto do perfil dos sujeitos que delas participam, pois tanto a familiaridade quanto o fascínio pela divergência atraem o público ativo para a participação política.

Habermas (1997, p. 199), garimpar as temáticas presentes na esfera privada e vocalizá-las na esfera pública:

O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam na esfera privada, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para esfera pública política.

À primeira vista, o espaço virtual atende a muitos destes requisitos: é formado a partir da interação entre pessoas que o utilizam no debate de temas de interesse público por meio de plataformas em sua maioria visíveis para todos na internet, numa lógica de participação horizontal. Contudo, sabe-se que o acesso à internet não é uma possibilidade franqueada a todas as pessoas¹³. Além disso, é seguro dizer que apenas uma pequena parte de todo o conteúdo disponível na rede atende às especificações dos temas que poderiam fazer parte da Esfera Pública proposta por Habermas. Segundo este autor, as discussões que nela se dão precisam obedecer a critérios como o reconhecimento do interlocutor, igualdade de condições de participação e respeito às regras delimitadas em cada contexto. Mais uma vez, no entanto, tais determinações nos colocam frente a dificuldades como a exclusão de interlocutores que não se encaixam nos perfis das comunidades da rede, relações de poder pautadas em prestígio, igualmente excludentes, e o desrespeito às propostas de discussão através de participações que disseminam ódio por posicionamentos não alinhados com certas visões de mundo.

Outro redimensionamento possível, quando operacionalizamos hoje o conceito de Esfera Pública, é a complexa diferenciação entre os âmbitos público e privado. A troca pública de informações que a Esfera Pública pressupõe e as mídias digitais facilitam provocam também profundas alterações nas relações entre as esferas públicas e privadas, estabelecendo para cada uma delas novas fronteiras. Quando a vida na

¹³ De acordo com o Mídia Dados 2016, do Grupo de Mídia São Paulo, em 2015 pouco mais da metade da população brasileira possuía acesso à internet em domicílios (102.558 pessoas). Disponível em: <https://dados.media/#/view/CATEGORY/DIGITAL_MEDIA/MDB_DIG_AC ESSO_INTERNET_NO_BRASIL>. Acesso em: 10 jan. 2017.

materialidade se confunde com a virtual, ou dela não mais pode ser dissociada, somos obrigados a repensar limites de exposição e negociar uma identidade (ou identidades) específicas dentro desse contexto. O que não quer dizer que exista com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação um apagamento dessas fronteiras; público e privado continuam a existir e a ser constantemente delimitados, mas a relação entre o domínio coberto por esses conceitos torna-se mais maleável, sujeita sempre a novas revisões de acordo com os regimes de visibilidade e regras impostas pelas mudanças de ordem comportamental, comunicacional e política.

Como sujeitos políticos nesses novos espaços que transcendem as barreiras geográficas, as mulheres têm se utilizado do ciberespaço como *locus* de debate e articulação para dar visibilidade ao movimento feminista e apresentar suas reivindicações e opiniões no âmbito da sociedade civil, projetando demandas para esfera pública através das mídias digitais. Nesse sentido, nos recortes desta pesquisa, entendemos o ciberespaço como *locus* onde as mulheres podem influenciar tomadas de decisões políticas e fazer ouvir suas reivindicações em um sentido mais abrangente, mesmo reconhecendo que estes novos locais de participação sejam ainda pouco mapeados, tampouco o perfil de seus atores sociais. Em sua tese de doutorado, Maria Elisa Máximo (2006, p. 24) define o ciberespaço como “um espaço para a realização de múltiplos encontros e laços sociais mais ou menos transitórios e superficiais”, surgido no âmbito da cultura da comunicação de massa e utilizado como instrumento de diversificação social e fragmentação individual ao mesmo tempo em que aglutina diferentes grupos sociais através da promoção das individualidades de seus autores.

Cunhado por William Gibson no livro *Neuromancer* (MÁXIMO, 2006), o termo ciberespaço se referia a um domínio imaterial ao qual os seres humanos eram conectados através de aparelhos eletrônicos. Posteriormente, o termo é adotado pela área de Comunicação como uma esfera em expansão indefinida, criada a partir de vínculos que estimulam seus usuários a trocarem dados e independente da estrutura física dos equipamentos responsáveis pela conexão entre os usuários. Portanto, o espaço virtual é aquele que, a despeito de sua não materialidade, encerra relações e trocas entre indivíduos, grupos e instituições, que se valem das novas tecnologias de informação e comunicação para estabelecerem laços que desempenham um importante papel de significação em suas vidas. Diversos autores já se debruçaram sobre modalidades de interação no ciberespaço desafiadoras das regras e sanções sociais comumente adotadas e aceitas em interações fora deste âmbito. Seja em canais de IRC

(Internet Relay Chat), em *newgroups*, *chats* e outros, a predominância da linguagem escrita e a possibilidade do anonimato nas interações do ciberespaço permitem que sejam reconfigurados hierarquias e autoridades pautadas em marcadores como gênero, idade, posição social e outros. Cada uma dessas modalidades, citadas a título de exemplo, engendra diferentes tipos de expressão e possui uma lógica de estrutura e interação próprias, definidoras do sentimento de pertença a uma comunidade virtual e do entendimento coletivo estabelecido por seus membros (MÁXIMO, 2006). Contudo, compete ressaltar que a dissociação entre real e virtual rompe com a continuidade implícita nestas relações, uma vez que os conteúdos e as práticas *online* exercem grande influência na vida desconectada, de tal maneira que se tornou quase impossível estabelecer fronteiras entre o que pertence ao lado de lá e ao lado de cá do computador, ou qual seja a interface utilizada.

Etimologicamente, o prefixo *cyber* deriva da palavra “cibernética”, originária do grego *kibernos* (controle), e foi utilizado pela primeira vez em 1948, pelo matemático norte-americano Norbert Wiener em seu livro *Cybernetics* (MARIANO, 2005), sugerindo a ideia de uma conexão em rede, na qual as informações são usadas digitalmente na compreensão e previsão de acontecimentos dentro de um sistema que opera através lógicas matemáticas suportadas por uma calculadora extremamente complexa, o computador. Esse sistema, no entanto, não pode ser entendido somente com vistas ao seu aparato tecnológico, pois tem como pressuposto a ideia de retroalimentação, ou *feedback*, nomenclatura mais utilizada para caracterizar a necessidade de um fluxo constante de informações e ações trocadas entre os elementos do sistema. É neste ponto que o elemento humano se torna indispensável, como aquele que, para além de criar e operacionalizar as coordenadas de um sistema técnico informacional, dota-o de função e significado dentro de uma cultura e produz outra, a qual Pierre Levy (1999) denominou cibercultura.

Entendida por Levy (1999) como o conjunto de produções culturais, artísticas, éticas e de relações sociais que se dão via redes interconectadas de computadores, ou outros dispositivos que desempenhem as mesmas funções, a cibercultura é formada pela produção cultural que se dá no ciberespaço e é negociada entre os fluxos de representações, práticas, ideias e ações das pessoas conectadas ao ciberespaço. Esses fluxos partem de pontos arbitrários, e o conteúdo produzido pelos usuários que neles se encontram é o mais diverso possível, imprimindo à cibercultura uma identidade bastante fluida e desorganizada, sem qualquer elemento unificador que estabeleça uma totalidade ou um elemento comum a todas as suas produções. Isso não

significa que a cibercultura não comporte outros espaços em que os sujeitos produzam de acordo com afinidades e aspirações comuns. As chamadas comunidades virtuais constituem-se na troca de conteúdos que são criados, circulados e ressignificados a partir de interesses específicos, que obedecem às regras próprias de organização estipuladas por seus membros e a uma ética de reciprocidade, na qual a informação é considerada um produto manipulável por todos os que participam da comunidade. Nessa lógica, cada indivíduo é potencialmente um produtor de conteúdo na rede, alguém capaz de reinterpretar as mensagens recebidas com base em seus códigos culturais e lançá-las novamente na rede. Esse movimento só é possível porque as novas tecnologias facilitam o trabalho de criação e recriação de conteúdo, além de que, hoje, já existe, por parte da maioria daqueles que as utilizam, familiaridade com a linguagem dos meios digitais, cujos códigos e modelos de produção são referências imperativas partilhadas por eles e pelas comunidades no espaço virtual.

Interessa-nos explorar o conceito de comunidades, comunidade virtual e seus desdobramentos, porque nossos objetos de estudo são também caracterizados como tais. Em linhas gerais, as comunidades virtuais são coletivos sociais que se organizam no espaço virtual a partir do compartilhamento de interesses, ideias, afetos, aspirações, objetivos e toda sorte de motivações que tenham um ponto comum (CASTELLS; 2012; MARIANO, 2005; MÁXIMO, 2006). Elas eliminam as fronteiras existentes no espaço físico ao permitir que seus participantes transponham para determinado tipo de mídia (blogs, fóruns, redes sociais) as suas produções, amparados naquilo que partilham em comum. Essa identificação dos interlocutores entre si, bem como o interesse comum em determinado assunto, é a priori a condição para que alguém decida fazer parte de um agrupamento virtual ou ter acesso constante ao seu conteúdo, ainda que estes espaços não garantam sua participação ativa e engajamento, uma vez que a dinâmica virtual não obedece às regras de um espaço comercial (ao menos neste caso). Por isso, ainda que o espaço virtual possibilite a articulação de comunidades com objetivos de alcance político, elas não necessariamente o farão, tampouco tal espaço é destinado sempre a este fim. O ciberespaço também se configura como um local de resistência e afirmação de identidades para estes grupos, no qual mobilizam discursos e problematizam questões relativas a causas muitas vezes negligenciadas nos espaços não virtuais. Conseqüentemente, mais do que um lugar de exposição e vocalização das minorias, o espaço virtual é constitutivo das identidades não lineares que o mobilizam, bem como interage com elas o tempo todo.

A comunidade é um fator decisivo para a construção e afirmação identitária, pois o autoconhecimento significa também saber à qual (ou quais) grupo(s) se está ligado e de que maneira essas ligações refletem as subjetividades e posicionamentos dos sujeitos. Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, o senso de comunidade passa por consideráveis transformações, tendo em vista que, agora, o pertencimento torna-se um processo muito mais fluido, rápido e dinâmico, sujeito às novas regras de adesão e receptividade. Porém, a despeito dos contornos que a noção de comunidade ganha a partir de especificidades históricas, cumpre delimitá-la em uma definição teórica que comporte os sentidos e articulações, tanto práticos quanto simbólicos, dos feminismos inscritos na rede. Para tanto, recrutamos a definição do historiador Benedict Anderson (2008), apresentada na obra *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*.

O conceito de comunidades imaginadas do historiador estadunidense deriva de suas análises sobre as origens do nacionalismo, publicadas pela primeira vez em 1983 e aqui retomadas em uma iniciativa analítica de transposição conceitual justificada pelo próprio autor. Segundo Anderson (2008, p. 30), tanto a nacionalidade quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos que se tornam modelos “capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas.”

Anderson concebe nação como uma comunidade política limitada, soberana e imaginada. Limitada porque, a despeito dos sentimentos ufanistas de seus membros, eles são cientes das limitações em termos de extensão e fronteiras da nação, e soberana porque o Iluminismo e a Revolução rompem com a legitimidade dos reinos dinásticos e de ordem divina. Já a ideia de comunidades se estabelece na medida em que estes membros mantêm relações de apoio baseadas nos princípios de coletividade e reconhecimento identitário, basilares para a compreensão do aspecto imaginativo da caracterização do autor. Nesse sentido, as nações são comunidades imaginadas porque, não obstante a impossibilidade prática de contato e conhecimento direto entre cada um dos seus membros, todos partilham entre si do mesmo sentimento de comunhão.

Os discursos em que a nacionalidade está envolta são caracterizados, em termos temporais, por uma ideia de tempo vazio e homogêneo, por uma noção de simultaneidade que desconsidera os condicionamentos históricos aos quais as nações estão submetidas. Essa

tendência, imputada pelo declínio das comunidades e línguas sagradas, deriva das novas formas de se conceber o mundo, a partir de critérios mais racionais. Nesse sentido, o romance e o jornal surgem como os instrumentos mais eficazes de representação das comunidades imaginadas mais alinhadas ao conceito de nação, pois neles estão embutidas essas variáveis cronológicas e históricas. Por fim, no intuito de viabilizar essas representações, o capitalismo editorial converte, a partir do material impresso, a nação em uma comunidade sólida. O romance atua como ponte entre o passado e o presente edificados coletivamente, como um organismo sociológico imune ao tempo. Já o jornal e a contingência e efemeridade de suas notícias representa o elemento recorrente das práticas nacionais modernas, incentivando muitas vezes a adesão de seus leitores a causas cujos defensores não se encontravam em lugares determinados e se dirigiam a um público igualmente distante em termos geográficos.

Além de canal transmissor da nacionalidade, a operação de leitura desse meio impresso, assim como do romance, funciona como metáfora do sentimento nacionalista. Segundo Anderson (2008, p. 68), no que se refere à operação de leitura diária dos jornais, os leitores

[...] têm clara consciência de que ela [a leitura] está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida. Além disso, essa cerimônia é repetida incessantemente a intervalos diários, ou duas vezes por dia, ao longo de todo o calendário. Podemos conceber uma figura mais clara da comunidade imaginada secular, historicamente regulada pelo relógio? Ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metro, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado da vida cotidiana.

Da mesma maneira, as mulheres inscritas em comunidades sob o signo do feminismo partilham do sentimento comunitário que as articulações em rede promovem, seja através dos blogs ou de outras plataformas midiáticas. Ademais, a quantidade muito maior de pessoas que essas novas mídias e tecnologias permitem agregar a partir do seu uso pode fortalecer as comunidades dentro da rede e potencializar sua ação política e cultural em micro ou macroescala. Gestado a partir de laços que

podem ter origens diversas, é nela que, além da circulação de ideias e informações, emergem discussões e demandas políticas e sociais.

Mesmo deslocado para outros contextos que não o das nações, o conceito de comunidades imaginadas se encaixa nas construções contemporâneas de movimentos políticos ideológicos como o feminismo, uma vez sejam eles articulados através de suportes escritos, em torno de atores políticos cujas ideologias comuns transpõem limites geográficos, institucionais e de reconhecimento interpessoal em prol de ideais comuns e da projeção destes atores. Ao mesmo tempo, as comunidades imaginadas delimitam fronteiras simbólicas, neste caso representadas por critérios como uma compatibilidade ideológica mínima, agendas políticas, temáticas e modelos de articulação próprios, entre outros.

Nas comunidades virtuais, a possibilidade de constituição de um espaço de debate que estabeleça relações interpessoais se funde da mesma maneira que as noções de real e virtual, porque muitas dessas relações são transpostas para a vida considerada “desconectada”. Contudo, é importante reforçar que a distinção entre realidade virtual e realidade física não faz sentido quando pensamos na contínua migração de ideias, práticas e conceitos entre os mundos “real” e “virtual”; ambos partilham, na maioria das vezes, os mesmos conteúdos, conquanto existam diferenças ligadas à linguagem e à operacionalização destes conteúdos em cada um dos mundos, e atuam, resguardadas as devidas proporções, como canais de engajamento em causas pessoais e coletivas, formando novos “hábitos cívicos”, nas palavras de Luis Martino (2015, p. 119-120). Por isso, a esfera particular encerra também potencialidades políticas quando pensada como campo de resistência, tensão e dissenso, ainda que estes elementos não necessariamente tenham estado presentes nas primeiras expressões de um fenômeno midiático bastante representativo dessa questão: os diários pessoais *online*, ou *blogs*.

3.2 DO TECLADO PRIVADO PARA O MUNDO: OS *BLOGS* E A DESMONOPOLIZAÇÃO DE CONTEÚDO

Até o início dos anos 1990, o conteúdo disponível na internet provinha de meios de comunicação externos a ela: jornais, revistas, instituições, empresas e outras instâncias que dispunham dos recursos tecnológicos e de capital humano para adequar aquilo que era produzido nos meios padrões ao seu uso e divulgação na internet. Essas transformações trouxeram, além de mudanças nos meios canalizadores destes conteúdos, outras tão importantes quanto, relacionadas à sua forma e linguagem, atingindo o campo jornalístico de maneira mais expressiva

a partir da década de 1990. A reconfiguração da linguagem jornalística, de seu campo e profissionais está intrinsecamente ligada às condições de surgimento dos *blogs*, seus propósitos e especificidades comunicacionais. Mas, para além das contribuições teóricas que o escrutínio dessas articulações pode fornecer, interessa-nos especialmente compreender os sentidos e relações de poder subjacentes à questão da autoria textual na linguagem jornalística, visto que ela transcendeu as barreiras do jornalismo em si e estruturou outras maneiras de posicionamento por meio do texto escrito.

O desenvolvimento da linguagem jornalística, segundo Alexandre Bergamo (2014), está condicionado a um processo mais amplo de transformação social e à compreensão das relações de poder traduzidas em acontecimentos pontuais para a o jornalismo, como a exigência do diploma para o exercício da profissão, a centralização da indústria da informação no Brasil, a sistematização do trabalho profissional sobre a escrita e a ampliação do mercado de trabalho para atividades fora do âmbito da imprensa.

Igualmente submetida as mesmas relações de poder que outros gêneros de escrita, a linguagem jornalística foi moldada pelos desdobramentos políticos e culturais dessas transformações, muitas vezes compreendidas como consequências históricas naturais de modos de escrita e de sua acomodação aos contextos contemporâneos de produção jornalística. No entanto, os conflitos geracionais estabelecidos entre os jornalistas novos e antigos nos anos de 1980 e 1990, refutam essa hipótese. Os primeiros, representados pelos profissionais oriundos das novas escolas de jornalismo do país, munidos de seus diplomas (uma exigência para a área desde 1969), eram confrontados pelos jornalistas considerados “combatentes”, defensores de uma prática jornalística pautada no conhecimento e inserção, mesmo que pequena, do profissional em todas as etapas de feitura da reportagem, bem como de seu caráter político e posicionado.

O modelo de profissional defendido pelos “antigos” jornalistas viu-se confrontado com as mudanças de hierarquia, meios de produção e difusão de notícias representados pelas novas tecnologias de comunicação e informação; designações profissionais foram substituídas (a reportagem vira notícia; o autor, redator), e até o espaço físico foi completamente modificado: a redação, lugar de sociabilidade e escrutínio textual coletivo, é agora um ambiente de produção individual e de prazos delimitados.

Em meio a todas essas transformações, gostaríamos de nos deter em uma em particular: aquela representada pela inserção das novas

tecnologias e seu impacto no trabalho do jornalista. Tanto a substituição da máquina de escrever pelo teclado quanto a complexa especialização dos processos de edição e publicação dos jornais tiveram impactos profundos nas operações de escrita e leitura. O autodidatismo dos antigos jornalistas é diluído em atribuições delegadas agora a diversos profissionais, de maneira que a redação da notícia é condicionada por uma série de fatores como a delimitação de sua temática, a responsabilidade de coleta das fontes, a adequação do texto a cada suporte material (a notícia do jornal impresso não é a mesma das plataformas digitais) e a sua divulgação. Todas essas variáveis tornaram a escrita jornalística uma atividade fragmentada se comparada àquela realizada pelos jornalistas antigos, embora os suportes tecnológicos tenham estabelecido uma nova relação autor-texto com a possibilidade de edição quase imediata pelo teclado.

O uso de novas tecnologias coincidiu com outras estratégias simbólicas de dominação do mercado de trabalho do jornalismo, como a reorganização de seus profissionais após a exigência do diploma em 1969 e o embate por legitimidade do aprendizado jornalístico travado entre as escolas de jornalismo e as grandes empresas de comunicação, cujos Manuais de Redação tinham a clara intenção de delimitar fronteiras de prestígio e importância cultural entre seus jornais e as escolas de jornalismo. Além disso, as diretrizes de aprendizado e prática jornalística defendidas pelos Manuais de Redação instauraram uma importante distinção entre dois gêneros textuais: a notícia e a reportagem. Em miúdos, a notícia seria a descrição materializada em texto da reportagem, esta sim o trabalho analítico cuja essência comporta a opinião de quem a conduz e redige, ao contrário da primeira. Mais do que uma distinção textual, Bergamo (2014) argumenta que essas designações funcionam como marcadores na disputa pela linguagem e pelo direito de narrativa no jornalismo entre os que noticiam e os que fazem reportagem, estes últimos a minoria detentora da almejada liberdade de pensamento e opinião em sua prática profissional. Segundo o autor:

Dessa forma, “reportagem” e “notícia” são termos igualmente expressivos da desigualdade estrutural presente na profissão entre o direito e a proibição de narrar, entre a primeira e a terceira pessoa do discurso, entre a autoria e a não autoria. A disputa por posições no jornalismo é, com isso, também uma disputa pelo “direito legítimo de uso da linguagem”, assim como pelo “direito legítimo de uso da narrativa” (BERGAMO, 2014, p.16)

O apelo da reportagem é justificado pela importância que a trajetória narrativa em primeira pessoa confere ao relato do jornalista, ali exposto em toda sua crueza. A marca autoral distingue o escritor, é o objetivo daquele que sabe ser a assinatura ao final de uma notícia muito mais o indício de propriedade textual do que o prestígio conferido pela identidade inscrita no texto da reportagem.

O jornalista passou a ser um especialista na escrita voltada para não especialistas, oposta à literatura e também a um amplo conjunto de linguagens profissionais e especializadas que se dirigem tão somente para seus especialistas. Trata-se de uma escrita que abriga, necessariamente, critérios de seleção, organização, tradução, adaptação e exposição da linguagem para públicos ampliados e heterogêneos. Os jornalistas, exatamente por serem “profissionais da escrita para públicos de não especialistas”, foram gradativamente pressionando o mercado de trabalho e passando a atuar num conjunto amplo e crescente de atividades nas quais são necessárias essa escrita profissional [...] Portanto, assim como o jornalista – no contexto brasileiro – deixou de ser simplesmente o homem de imprensa, a linguagem jornalística deixou de ser tão somente a noticiosa. (BERGAMO, 2014, p. 22).

O “relaxamento” desses padrões discursivos e a flexibilidade dos polos emissores das notícias, consequências diretas da disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação, pavimentaram os caminhos para uma nova tendência comunicacional gestada na internet: a circulação descentralizada das notícias, fenômeno oposto à economia simbólica própria do jornalismo atual, na qual a circulação de notícias obedece a relações de poder baseadas na articulação entre os grandes centros urbanos e as demais localidades. A assistência e facilidade tecnológica fornecida pelas ferramentas de publicação e edição na internet permitiram que novos usuários operacionalizassem tais meios e diversificassem os “fazer jornalísticos” na rede. A imprensa, em especial, passou a usá-los como veículos não tradicionais de circulação de notícias, reconfigurando até o exercício do jornalismo a partir de formatos híbridos de veículos tradicionais impressos ou audiovisuais, com conteúdos não só transpostos diretamente destas fontes para a internet, mas produzidos especificamente para ela e passíveis de interação

com seu público consumidor. Tais iniciativas são deflagradas principalmente por jornalistas militantes dos movimentos por “conteúdo aberto” na internet, objetivando popularizar livre e gratuitamente o acesso ao maior número de pessoas possíveis, sem intermediações de ordem institucional e financeira entre os produtores destes conteúdos e seus consumidores.

No âmbito específico dos *blogs*, o grande estopim deste novo fazer jornalístico, deu-se por ocasião dos ataques aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 (MÁXIMO, 2006). Na época, foram criados inúmeros deles, a fim de publicar em tempo quase real notícias, informações e impressões sobre o atentado, bem como se tornar um meio de comunicação entre os informantes e receptores destes conteúdos. O caráter informal desta comunicação, baseada na experiência e ponto de vista dos que escrevem, tornou-se uma fonte valiosa para a imprensa oficial e ajudou a consolidar o *blog* como uma modalidade de escrita eficiente no propósito de alcançar e conectar públicos diversos de maneira independente e posicionada.

Definidos comumente como diários *online*, os *blogs* são uma forma de escrita contemporânea, própria da *internet*, caracterizada por uma abordagem de cunho pessoal, pela qual pessoas conhecidas ou não relatam suas experiências de vida e opiniões, publicam notícias e tecem comentários acerca de temas específicos, num fenômeno de fragmentação midiática que permite aos usuários da rede selecionar o conteúdo com o qual mais se identificam. Ademais, a *internet* e o ciberespaço permitem que a emissão das informações contidas no *blog* não seja unilateral, uma vez que os receptores das mensagens veiculadas através deles podem interagir com seus emissores por meio de comentários, debates e da possibilidade sempre latente de qualquer um criar seu próprio *blog*. Acerca da importância dos *blogs* e da crescente influência que exercem hoje no espaço virtual, Claudio Luis de Camargo, Marcelo Burgos e Rafael de Paula Aguiar afirmam:

Hoje, os *blogs* exercem significativa importância dentro do universo social, extrapolando o espaço virtual da internet para o cotidiano. A diversidade de usos dos *blogs* possibilitou que esses dispositivos ampliassem sua relevância social, deixando de ser apenas diários online de adolescentes e espaços de mídia alternativa para consolidarem-se como um novo espaço comunicativo e um novo meio de ação social que a cada dia conquista um número maior de leitores e

cria um público cativo para a discussão de seus conteúdos. (CAMARGO; BURGOS; AGUIAR, 2009, p.159).

O universo dos blogs modifica os “valores-notícia” que orientam a prática jornalística institucionalizada, pois prescindem do chamado “gancho” para tratar de qualquer assunto: o autor do *blog* escolhe os critérios de seleção do que pretende publicar de acordo com sua ética particular, ampliando desse modo o espaço para temas que dificilmente seriam de interesse das empresas de comunicação.

Essa maior interatividade proporcionada pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pela configuração dos *blogs*, além de ampliar a autonomia de produção do conteúdo veiculado por eles, promove uma maior participação política via *internet*, inovando a prática do ativismo político e a ação dos movimentos sociais, que passam a atuar em redes, numa dinâmica própria, assim definida por Castells (2012, p. 10):

Compartilhando dores e esperanças públicas no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se.

Entretanto, a possibilidade de qualquer pessoa se expressar na rede não necessariamente vai ao encontro de uma explosão criativa, e a divulgação constante de produções pessoais obedece a uma lógica de consumo. Quem produz e faz circular conteúdo espera ser apreciado e divulgado, e muitas vezes por conta disso eles são pensados estrategicamente: que tipo de *post* ou comentário atrai mais visualizações, qual conteúdo é mais rentável (no caso de haver patrocínios envolvidos), qual tratamento fotográfico deixaria a imagem mais interessante/apelativa, entre outros recursos.

Percebendo o potencial representado pelos *blogs*, o feminismo se apropria também destes espaços, aqui compreendidos como canais de resistência permeados pelas disputas e negociações de sujeitos, não dissociáveis de suas experiências no cenário contemporâneo, das quais lançam mão para expressar o que antes era registrado apenas no âmbito da escrita de uma história considerada “pré-moderna”. Na contramão desse posicionamento histórico, Fernando Resende (2008) discorre sobre como a escrita moderna organiza-se a partir de relatos que pensam o tempo como homogêneo e vazio, desconsiderando os percursos históricos

desse relatos em detrimento de sua representação estática. Assim, o sujeito sobre quem se fala é amortecido, engendrado em um momento único e sem voz ativa, num contexto cheio de desafios. Segundo Resende (2008), tanto na comunicação social como no jornalismo, se hoje se torna preponderante saber para quem se fala, torna-se relevante, da mesma maneira, pensarmos os modos que temos utilizado para falar com o outro. Para isso, é necessário a adoção de outras posturas epistemológicas que tenham por objetivo recuperar essas ausências desconsideradas pelo paradigma moderno no que concerne ao âmbito midiático. Porque os narradores da modernidade, múltiplos e muitas vezes deslocados, trazem uma diversidade de significados que não desconstruem os sujeitos estáticos e identitariamente unos, protagonistas das narrativas anteriores às novas tecnologias de informação e comunicação, por exemplo. Nas palavras do autor:

No espaço da mídia, a eclosão de narrativas - de modo conflituoso porque também assimétrico e fragmentado, pois se fala de tudo e de todos os modos, ainda que nem todos tenham acesso à fala e/ou à escuta - pode significar a inserção de formas variadas de dizer de um mesmo lugar, o que devem apontar para a possibilidade de que os sentidos se diversifiquem. Se assim for, na dimensão de um dia a dia que se quer organizado, os relatos do cotidiano são os principais responsáveis por configurar, em constante processo de elaboração, os modos de conceber e viver o mundo. (RESENDE, 2008, p.152).

Aproveitando este novo contexto na ordem comunicacional, o movimento feminista se imiscui em novos espaços virtuais, fazendo deles um canal em que, concomitantemente, é possível apresentar reivindicações, articular mobilizações e/ou expor opiniões e posicionamentos, que superam mais facilmente as limitações geográficas e temporais enfrentadas antes do surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação.

3.3 PAVIMENTANDO CAMINHOS

O estudo das formas de comunicação, independentemente da ordem dos objetos estudados, seja um texto particular ou práticas de leitura em geral, oscila entre duas hipóteses: a primeira sustenta a construção de sentido dada na leitura como um processo historicamente

determinado, cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, lugares e comunidades. A segunda defende que as formas canalizadoras das mensagens textuais são as responsáveis pelas suas significações múltiplas e móveis (CHARTIER, Roger, 1991). De qualquer modo, a dimensão de materialidade não pode ser separada daquelas não materiais pelo simples fato de que a organização dos processos de leitura precisa de meios concretos para se realizar, sejam eles considerados arcaicos ou não: “não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor” (CHARTIER, Roger, 1991, p. 182).

Contra uma definição puramente semântica do texto, é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem a leitura. (CHARTIER, Roger, 1991, p. 178).

Mesmo comprometido com o caráter transcendente da arte, o texto literário não pode se furta da dinâmica econômica, política e comercial implicada na face material da produção literária. Roger Chartier (1991) aponta que o texto manuscrito coexistiu por bastante tempo com o impresso, até que a relutância inicial às inovações na reprodução textual foi gradativamente superada. A partir de então, desenvolveram-se outras formas de divulgação, instaurando novos “protocolos de leitura”, normas e sanções sobre os usos legítimos da escrita, segundo critérios como classe e gênero, por exemplo. Sobre este último recorte, as mulheres sempre foram prejudicadas por essas distinções nos protocolos de escrita ao terem vetado seu acesso a certas obras literárias e verem suas aspirações artísticas neste campo tolhidas.

Uma tentativa de ruptura com essa lógica se verificou com o surgimento de gêneros literários voltados especificamente para homens e mulheres. O romance se torna, desde então, um sucesso voltado ao público feminino, tido, a princípio, como gênero esvaziado de profundidade textual e desprovido de seriedade. Tal visão corrobora com ideia de que o público feminino carece de percepção literária apurada e de que, mediante concordância social prévia, as mulheres podem ter acesso à literatura, ainda que esta não seja para elas um lugar de excelência. No entanto, para as mulheres, a prática da leitura se mostrou uma atividade potencialmente transgressora e transformadora, mesmo circunscrita somente à esfera privada:

Por mais que existam direcionamentos e proibições, a capacidade de interpretação pode ser infinita e transgressora. Às vezes, o simples fato de interromper uma atividade cotidiana e ler um livro, mesmo que ideologicamente questionável, pode ser, em si, modificador de comportamentos. (LEAL, 2008, p. 17).

Além disso, é preciso considerar a leitura como prática encarnada em gestos, rituais e espaços que demandam uma história das maneiras de ler sensível às variações das disposições dos leitores, dos textos e dos objetos impressos que os sustentam, bem como os agenciamentos textuais específicos, compostos para usos diferentes daqueles dos seus leitores atuais. Longe de ser somente uma operação abstrata de inteligência, a leitura inscreve o corpo em um espaço que coloca o eu em relação consigo ou com o outro. Por isso, deve-se compreender que cada comunidade de leitores possui maneiras de ler distintas e tentar redescobrir os gestos e hábitos esquecidos das operações de leitura.

Os discursos sobre a leitura tomam o espaço público na metade do século XIX, momento em que uma metódica alfabetização de massa começa a produzir efeitos, cujos usos e finalidades são disputados pelas instituições da Igreja e da Escola, a fim de enquadrar as leituras do público considerado inculto. Com o advento da edição e da imprensa na Revolução Industrial, livros e jornais se tornam leituras subversivas, de acordo com a ótica religiosa e escolar, gerando um tipo de argumento oposto ao que atualmente está em voga: o público da época “lia demais”. Em detrimento daqueles que no passado tentavam refrear tal prática por considerá-la excessiva e imprópria, Roger Chartier (1991) procura desvendar quais lógicas dos discursos atuais, no âmbito francês, consideram seus leitores agentes desinteressados ou até mesmo não capacitados para a prática da leitura.

Segundo o autor (1991), o modelo católico de leitura era dirigido à pequena elite do clero e pregava uma leitura dirigida, lenta e atenta dos textos sagrados, únicos considerados aceitáveis. A partir da Revolução Industrial, o mercado faz circular toda sorte de livros mais acessíveis e que não necessariamente demandam uma postura religiosa de leitura, e a enorme adesão do público a este tipo de obra obriga a Igreja a tolerar uma parcela delas, considerada neutra, adequada à “recreação passageira honesta” (CHARTIER, Anne-Marie, 2003, p. 181) Essa postura acaba dificultando a vigilância dos títulos, cada vez mais numerosos, bem como o enquadramento dos fiéis transgressores às normas de leitura propostas pela Igreja, que através de meios alternativos, como a atividade editorial

e movimentos de ação católica, tenta manter-se no mercado editorial no período entre guerras.

No caso da Escola Republicana, a prática de leitura era considerada uma atividade emancipadora, por meio qual o indivíduo ampliava os horizontes de seu conhecimento. No Século das Luzes, o livro permitiu a constituição de uma opinião pública e o debate de ideias acerca dos poderes e crenças impostas, a partir do desenvolvimento de senso crítico, à época forjado por estes novos leitores. Ainda que tal perspectiva pareça bem mais promissora se comparada ao posicionamento da Igreja, a Escola Republicana, por seu turno, também impôs o que é considerado boa leitura e o que não é através de práticas e discursos que exaltam uma literatura nacional requintada, amparada por obras-primas consagradas e clássicas. Consequentemente, escritos como jornais, livros religiosos ou populares foram descartados do projeto educativo escolar por serem orientados por interesses sociais ou afetivos contrários ao princípio de neutralidade escolar.

A Igreja condena as más leituras em nome da moral cristã, a Escola as condena em nome das Humanidades, por sua mediocridade moral e estilística: estigmatiza sem piedade a pseudoliteratura de emoção ou evasão. Encontram-se assim rejeitadas nas trevas exteriores, desacreditadas no seu conteúdo e sua forma, todas as leituras que foram esquecidas assim que foram consumidas, que podem sem dúvida distrair e “fazer passar o tempo”, mas que não farão parte das “verdadeiras leituras”. Vemos, pois, o que tal posição conserva do modelo religioso que combate. Os discursos escolares definem a verdadeira leitura pelos prazeres que cometem aqueles que saberão ser dignos dela, quando tiverem suficientemente educado seu julgamento e seu gosto. (CHARTIER, 2003. p. 42).

Chartier (2003) prevê então que a Escola contemporânea, em alguns anos, ver-se-á confrontada pelo desafio de superar este modelo de leitura de formação, já que a concorrência imposta pelas novas mídias audiovisuais, em especial a televisão, redefine práticas de linguagem antes ancoradas na escrita, tornando-as predominantemente audiovisuais. A narração de ficção oferecida pela televisão, com seus filmes e documentários, é mais apelativa, se comparada a dos romances, e produz

experiências emocionais coletivas mais impactantes do que as obras do passado.

A partir dos anos 1970, essa nova conjuntura provoca mudanças nos discursos sobre a leitura, apreendida agora em dispositivos técnicos que se tornam também instrumentos de aprendizagem, num modelo de leitura funcional e rápida, em que aprender a ler obras e consultar documentos requer aprendizagens longas e precoces, que não substituem, mas juntam-se aos modelos tradicionais, doravante apregoados pela Escola e a princípio bastante contraditórios se comparados a estes. De acordo com Chartier, essa é a chave para a compreensão do contexto contemporâneo de leitura:

Ali se encontra o paradoxo: o modelo moderno de leitura de consumo triunfou, porém o modelo tradicional da leitura de formação subsiste. Ler para se informar e se distrair, isso se aprende, isso requer exercícios, progressão, dispositivos de avaliação, em síntese, um processo de formação. Os dois modelos já não são percebidos como contraditórios. A nova forma escolar impõe a leitura para se informar e se formar, para instruir-se e distrair-se, bastante e bem, rápido e lentamente. (CHARTIER, Anne-Marie, 2003, p. 48).

Logo, um discurso consensual sobre a crise da leitura é possível na medida em que mescla problemáticas antigas e novas para explicar o desinteresse dos leitores franceses pela prática da leitura, atribuída à não afeição por obras literárias do gênero romance. A concepção moderna de leitura útil e agradável concebe o “ler” como uma prática ligada a gêneros, e não a títulos, conduzindo o leitor, a um sentimento de fracasso, pois sempre haverá textos fora de seu alcance.

Outra dimensão da leitura e de sua apropriação refere-se ao fato de que o público interage com os dispositivos formais, sejam eles materiais ou textuais, porquanto estes inscrevem em suas próprias estruturas as expectativas e as competências de seu público-alvo, organizando-se a partir de representações das diferenciações sociais. Por outro lado, as obras e suportes condicionam seu contexto de recepção, muito mais do que as divisões cristalizadas ou prévias o fazem.

3.3.1 Do papel ao *touch*: leituras e leitores revolucionados

O mundo da comunicação eletrônica é o mundo da superabundância textual, cuja oferta, apesar de ultrapassar a capacidade de apropriação dos leitores, pressupõe uma textualidade eletrônica moldada por linguagens específicas, imediatamente decifráveis pela maioria dos que participam desse universo.

Essas novas configurações de comunicação têm com frequência causado a anunciação de uma suposta crise literária, cujo grande desafio seria repensar a prática da leitura diante da oferta textual multiplicada pela técnica eletrônica. Para tanto, é necessário que analisemos as mudanças e rupturas introduzidas pelo texto digital, que segundo Roger Chartier (2003) tem suas raízes na ordem dos discursos, a qual se estabelece a partir da relação entre tipos de objetos compreendidos em sua materialidade (livros, revistas e outros meios), categorias de textos e formas de leitura.

As mudanças trazidas pelos novos suportes materiais de leitura, representados principalmente pelas publicações eletrônicas, desencadeiam uma série de efeitos simbólicos e imateriais de hierarquização. De acordo como autor (2003), três inovações fundamentais são basilares na compreensão da trajetória linguística e discursiva que culminou nas formas de textualidade eletrônica hoje conhecidas. Em primeiro lugar, os rolos da Antiguidade grega e romana foram substituídos, entre os séculos II e IV, pela difusão do livro composto de folhas e páginas reunidas dentro de uma mesma encadernação; em segundo, o aparecimento, no final da Idade Média, do chamado “livro unitário”, aquele que reunia num mesmo manuscrito obras compostas por um único autor e escritas em outras línguas que não o latim; e por fim, no século XV, o advento da imprensa, ainda a técnica mais utilizada para a produção de livros e reprodução de escritos. Muito além da evolução em termos técnicos e cronológicos, esses acontecimentos foram responsáveis pela revolução de novas práticas de leitura, produção e intervenção textual, direitos de propriedade e autoria, além de grandes mudanças comerciais, promotoras, por sua vez, de embates teóricos, políticos e econômicos fomentados a partir do momento de ruptura promovido pela textualidade eletrônica.

O aparecimento do computador transforma profundamente essa ordem de discursos com a textualidade eletrônica, porque agrega, em um único aparelho, diversos tipos de texto, antes acessíveis por meio de objetos diferentes. A operação de leitura é dotada de uma continuidade que não mais diferencia os diversos discursos a partir de sua

materialidade, provocando nos leitores, de imediato, a inquietação de ter de enfrentar o desaparecimento de critérios familiares, visíveis e materiais que lhes permitiam distinguir, classificar e hierarquizar os discursos. Ainda assim, a percepção mais afetada por esse processo é a da obra como obra, visto que a leitura de caráter descontínuo, pautada pela busca de palavras-chave ou fragmentos textuais, dificulta a identificação tanto da coerência textual em sua totalidade quanto de suas marcas registradas. O mundo eletrônico provoca, desse modo, uma tríplice ruptura na ordem dos discursos ao propor novas técnicas de difusão da escrita, incitando relações nunca antes exploradas com os textos e impondo-lhes outras formas de inscrição. Para o Chartier (2001, p. 24), tal conjuntura pode ser entendida como uma revolução, nos seguintes termos:

É ao mesmo tempo uma revolução da modalidade técnica da produção do escrito, uma revolução das entidades textuais e uma revolução das estruturas e formas mais fundamentais dos suportes da cultura escrita. Daí a razão do desassossego dos leitores, que devem transformar seus hábitos e percepções, e a dificuldade de entender uma mutação que lança um profundo desafio a todas as categorias que costumamos manejar para descrever o mundo dos livros e a cultura escrita.

Essa revolução modifica ainda a dinâmica pela qual se dá a comunicação. As argumentações e recursos acionados pelo leitor através da textualidade eletrônica não são necessariamente lineares e dedutivas como a inscrição de um texto sobre uma página; ao contrário, caracterizam-se por serem abertas, claras e racionais graças à multiplicação dos vínculos hipertextuais. O leitor pode, por exemplo, escrutinar a veracidade de qualquer informação consultando-a na *internet*, intervindo em seu próprio conteúdo, deslocando, recortando, estendendo e recompondo as unidades textuais das quais se apodera. Essa possibilidade interativa desestabiliza a relação de confiança anteriormente pressuposta entre autor e leitor, problematizando a questão autoral relacionada à escrita, muitas vezes coletiva, dos discursos na rede.

A construção de sentido na leitura mediada pela textualidade eletrônica depende também da organização do texto em seu suporte digital. Diferentemente da mídia impressa, no espaço digital é o próprio texto, e não seu suporte, que se desenrola aos olhos do leitor. A leitura é concebida como uma operação descontínua, segmentada, apropriada para uma textualidade maleável e infinita em possibilidades.

Porém, o mais provável para as próximas décadas é a coexistência, que não será forçosamente pacífica, entre as duas formas do livro [impresso e eletrônico] e os três modos de inscrição e de comunicação dos textos: a escrita manuscrita, a publicação impressa, a textualidade eletrônica. Essa hipótese é certamente mais sensata do que as lamentações sobre a irremediável perda da cultura escrita ou os entusiasmos sem prudência que anunciavam a entrada imediata de uma nova era da comunicação. (CHARTIER, 2001, p. 107).

Em 2001, ano em que *Os desafios da escrita* foi publicado, Chartier aponta para o fato de que a originalidade da revolução eletrônica reside na simultaneidade na qual as revoluções da escrita se desenrolam. Para ele, “a revolução do texto eletrônico é, de fato, ao mesmo tempo, uma revolução da técnica de produção dos textos, uma revolução do suporte do escrito e uma revolução das práticas de leitura” (CHARTIER, 2001, p. 113).

Entretanto, o autor aponta para uma importante cautela a ser tomada quando analisamos a abrangência e o pretense caráter inclusivo desta revolução eletrônica. Embora ela aparente ser universal, pode atuar no aprofundamento das desigualdades, gerando um “iletrismo” definido não pela incapacidade de ler ou escrever literalmente, mas pela impossibilidade de acompanhar e acender às novas formas do escrito, as quais demandam inserção de seus usuários em contextos sociais e econômicos favoráveis à aquisição dos meios necessários ao seu alcance, ao aprendizado de seu manejo e à compreensão de seus códigos específicos. Chartier (2001) aponta, nesse sentido, para as defasagens entre a entusiasta presença da revolução eletrônica nos discursos e a realidade das práticas de leitura maciçamente ligadas aos objetos impressos, que só exploram parcialmente as possibilidades oferecidas pelo digital. A promessa de uma relação mais fácil e imediata entre o autor e seus leitores, transformados em coautores por meio de comentários e intervenções, não pode negligenciar o fato de que estes leitores (e coautores) são minoritários. No Brasil, por exemplo, a comercialização da *internet* começou em 1997, com um atraso de apenas dois anos em relação ao seu advento nos países centrais. Apesar de tal simultaneidade, aqui o acesso à rede era privilégio das classes mais altas, devido aos altos custos dos serviços telefônicos e de provedores, elementos imprescindíveis para seu uso. Ainda que o panorama de acesso à rede e aos meios de comunicação eletrônicos apresente melhores perspectivas

quando de seu aparecimento, hoje os dados nos obrigam a relativizar a impressão quase sempre generalizada de que essas mídias conectam todos sem distinção e a considerar categorias fundamentais como classe e escolaridade, bem como outras, não menos importantes, mas muitas vezes negligenciadas, como gênero, geração, raça e etnia.

O novo suporte do escrito impõe uma redistribuição dos papéis na “economia da escrita”, a concorrência (ou complementaridade) entre diversos suportes dos discursos e uma nova relação, tanto física quanto intelectual e estética, com o mundo dos textos. (CHARTIER, 2001, p.117). E impõe também, para a melhor compreensão desta relação, não somente um olhar histórico e interdisciplinar, mas uma nova postura metodológica.

3.3.2 As mulheres e suas escritas inscritas

A materialidade do livro e os debates centrados em sua suposta defasagem diante das novas modalidades de leitura surgidas no bojo das novas tecnologias de informação e comunicação em muito esvaziaram o sentido multidisciplinar dos Estudos Literários, seja a partir da dissociação entre a faceta material do livro e de seu conteúdo, ou da não correlação destes aspectos com análises a respeito da inserção do escritor no campo literário e a relação deste com a literatura de seu tempo. De qualquer maneira, os lugares deste campo foram, durante muito tempo, reservados aos homens. A tradição literária ocidental foi marcada pela marginalização ou negação da autoria feminina, cujas poucas representantes, já nos anos 50, muitas vezes eram restringidas às publicações em revistas de pouco prestígio e assinavam suas produções somente com as iniciais de seus nomes. Investida de dificuldades e peculiaridades, a inserção das mulheres no campo literário tornou-se bandeira da crítica literária feminista, que tem, desde o protocolo restritivo às mulheres, o alijamento das escritoras do cânone literário ou o impedimento de sua entrada em algumas instituições, dedicado-se a compreender os recortes da literatura feminina e seus vieses.

No intuito de somar a estas iniciativas, Virgínia Leal (2008), em sua tese de doutoramento, procura elucidar o posicionamento de escritoras contemporâneas no campo literário frente às questões feministas, propondo-se a compreender como se dão as condições para o exercício da literatura feminina através da análise do trabalho de escritoras brasileiras publicado pelas principais editoras do país, e que dialoga de alguma maneira com questões ligadas à temática feminista. Mesmo não havendo uma declaração explícita por parte delas de um

posicionamento feminista ou militante, Leal parte do pressuposto que ser escritora no Brasil implica tanto confrontar-se com os desafios de ser inserida em um campo até pouco tempo bastante hostil às mulheres quanto propor diretamente ou tangenciar temas caros ao feminismo. O foco em escritoras que já têm carreiras consolidadas e cujo trabalho é agenciado por grandes editoras é justificado a partir da proposição da tese em descobrir se há de fato um espaço para a temática feminista no mercado editorial e se a condição de mulher escritora necessariamente viabiliza o diálogo com as questões feministas, bem como cria uma representação de gênero conscientizadora deste movimento/posicionamento político para o público que o consome.

A questão de uma identidade literária feminista é frequentemente posta às autoras cujas obras são assim classificadas. Ainda é pouco usual que elas as definam feministas, e não é o intuito deste trabalho escrutinar as razões pelas quais não o fazem, ou se isso seria pertinente. O que chama atenção é o fato da afirmação de identidades não hegemônicas ser sempre requerida, demandar explicações:

Não há uma questão parecida para escritores homens, ninguém lhes pergunta se existe uma literatura “masculina”. Para outras identidades não hegemônicas, isso continua: literatura “negra”, “gay”, “marginal”, etc. É como se o direito a fazer a pergunta, já colocasse o respondente em seu “devido” lugar de margem. Assumir-se ou não, isso dependerá dos fins a serem atingidos, de militância, neutralidade ou adesão aos valores hegemônicos. Mas a pergunta persiste. Sinal que, apesar de alguns avanços terem efetivamente acontecido, as assimetrias de gênero continuam também no campo literário (LEAL, 2008, p. 101)

Se há ou não uma intencionalidade militante na literatura encabeçada pelas mulheres, é fato que o feminismo se torna uma estratégia discursiva utilizada pelas escritoras para dialogar com os agentes externos ao campo literário, o que por vezes mudou as posições de seus agentes (homens e mulheres) dentro dele. Compete, por esta razão, nos determos a esta categoria bourdeusiana, a fim de que ela nos auxilie a destrinchar as relações de poder subjacentes ao ato de escrever e às relações que ele dita especialmente às mulheres.

O conceito de campo preconizado por Bourdieu é traduzido por uma “rede de relações objetivas entre posições” (BOURDIEU, 2011, p. 53), dentro da qual cada agente ocupa uma posição que depende tanto da sua situação atual quanto da que pode vir a ser, sempre confrontadas com as posições de outros agentes e sua distribuição de capital simbólico dentro do próprio campo. A detenção e distribuição deste capital simbólico e o entendimento de como ele é operacionalizado é fundamental, uma vez que ele estrutura as relações de poder e dominação na sociedade. A partir da dinâmica deste jogo, definições sobre o que é socialmente aceito, quem o é e quais os papéis cabem aos sujeitos são disputadas e reconhecidas (ou não).

A partir desta premissa, o sociólogo francês aponta que, a partir do século XIX, o campo literário experimenta tais condicionamentos quando instâncias de consagração literária, agentes especializados e uma linguagem artística o encerram em uma lógica dualista e hierarquizada. Gêneros literários são mais valorizados que outros, universos e públicos são privilegiados em detrimento de outros no fomento e distribuição da literatura, e são estabelecidos valores diferenciados conforme critérios de classe, gênero e intelectualidade palatável¹⁴. Por isso, os agentes do campo literário conferem legitimidade aos gêneros de acordo com critérios artísticos, e os classificam como material de cultura de massa ou erudito mediante reconhecimento tácito da sociedade. Neste contexto, a função editorial assume papel imprescindível para a compreensão da história literária no Brasil e, de maneira específica, da trajetória percorrida pelas mulheres nela. Seria um erro centralizar a análise do campo literário e de seus desdobramentos para as mulheres na figura do autor sem considerar a fiança da pessoa ou instituição representada na figura do editor.

Os processos editoriais chegaram com certo atraso ao Brasil em 1808, quando o país recebeu a primeira tipografia com a vinda da Família Real portuguesa, mas não demorou para que se delineasse uma literatura com vistas ao público feminino. A chamada imprensa feminina se

¹⁴ O romance, por exemplo, caracterizou-se a princípio por um gênero que fugia aos protocolos de leitura vigentes até então e que ganhou força a partir de um conjunto de iniciativas e condicionamentos sociais. O fortalecimento do individualismo burguês, a ampliação de um público leitor e o seu direcionamento de gênero, que privilegiava as mulheres, aliados a uma demanda crescente do público e ao crescimento do mercado editorial culminaram em uma tradição literária até hoje consolidada, mas reconhecida com louvores somente muito depois.

consolidou com a publicação de folhetins como *A Mulher do Simplicio* e *A Fluminense Exaltada*, editadas por Paula Brito entre 1832 e 1846. Destacam-se também a atuação de mulheres editoras neste período: Joana Paula Manso de Noronha editou, de 1852 a 1855, *O Jornal de Senhoras* no Rio de Janeiro; no Rio Grande do Sul, Julieta de Melo Monteiro fundou o *Corymbo* em 1855, periódico voltado à formação de uma rede de apoio e fomento à inserção de mulheres na literatura. A jornalista e editora Josefina Álvares de Azevedo fundou o jornal *A Família*, que durou de 1888 a 1897; o periódico circulava, entre outros conteúdos, suas ideias políticas de apoio ao divórcio, ao voto feminino e suas críticas à moda como instrumento de opressão da mulher. A poeta Narcisa Amália também se destacaria como diretora do jornal *A Gazetinha: folha dedicada ao belo sexo* no Rio de Janeiro; na mesma cidade, Virgilina Souza Salles editava, entre 1914 e 1927, *A Revista Feminina*, publicação alinhada com o conservadorismo da Igreja Católica, mas que preconizava a emancipação das mulheres e incentivava as reflexões políticas por parte do público feminino em suas publicações. A publicação feminina na imprensa brasileira do século XX desafia a concepção de um nicho temático reservado às mulheres, as quais, até então, eram submetidas ao veto social da exploração de temáticas políticas ou externas aos limites da vida privada e do lar.

Até o fim do século XX, apesar destas iniciativas esparsas e não menos importantes, os esforços direcionados a apoiar e fortalecer iniciativas femininas na literatura e na imprensa não assumiam posturas claramente feministas e direcionadas para a produção de conteúdo com temáticas voltadas às questões de gênero. Até que a Editora Brasiliense passou a ser presidida, a partir de 1992, pela psicóloga Danda Prado, já experiente como editora da publicação feminista intitulada *Nosotras*, editada em Paris na época do exílio de Danda. Posteriormente, ela se envolve em projetos voltados à temática da homossexualidade e do lesbianismo. Em 1998, Laura Bacellar também endossa tais temáticas com a criação do selo Edições GLS. Em 1995, a Editora Mulheres é fundada em Santa Catarina pelas professoras Zahidé Muzart, Elvira Sponholtz e Susana Funk com premissas teóricas abertamente feministas e engajadas no resgate de escritoras do século XIX.

Ainda que a publicação em si de obras de autoria feminina já represente, por parte do mercado editorial (intencionalmente ou não), um movimento de legitimação de mulheres como escritoras, bem como do conceito de gênero embutido neste ato, resta saber qual conceito de gênero é operacionalizado tanto na própria definição da autoria feminina quanto na definição do conteúdo desta literatura.

O gênero se mostra aqui uma categoria fundamental para o contexto de escrita e leitura, uma vez que a crítica feminista posiciona politicamente o indivíduo que lê. As estratégias de escrita e leitura feministas demandam que as mulheres desenvolvam a capacidade de reconhecer valores androcêntricos presentes em certos textos e o potencial de resistência de outros. No contexto dessas demandas, o campo acadêmico brasileiro tem sido bastante profícuo na formação de um cânone de leituras feministas.

A pesquisa acadêmica no Brasil se consolidou como campo de investigação e militância com a publicação, a partir dos anos 1970, das primeiras publicações feministas, apoiadas muitas vezes por agências estrangeiras como a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas. Segundo Miriam Grossi (2004), foi através dos concursos e dotações para pesquisa sobre mulher e gênero, entre 1978 e 1998, que importantes publicações como as duas mais antigas em circulação no país, a *Revista Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, surgiram no ano de 1992 e 1993 no Rio de Janeiro e em Campinas, respectivamente. Fruto de pesquisas multidisciplinares conduzidas por pesquisadoras de todo país, a *Revista Estudos Feministas* migra, após sete anos no Rio, para Santa Catarina, devido ao fim do auxílio financeiro prestado pela Fundação Ford. Dessa cisão, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) assumiu a edição da revista e permanece até hoje como sua sede. Os *Cadernos Pagu*, publicação do núcleo de mesmo nome da Universidade de Campinas (Unicamp), também mantém uma política editorial similar, privilegiando contribuições heterogêneas de pesquisadores nacionais e estrangeiros, apoiada por agências de fomento para sua continuidade.

Destacam-se também as revistas *Gênero*, publicada pelas pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense (UFF), e *Espaço Feminino*, publicada pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

3.3.3 Transpondo páginas: a palavra feminina do papel ao computador

A expansão do número de mídias e canais de comunicação disponíveis ampliou também o escopo dos meios pelo quais os agentes do campo literário reconhecem e valorizam um texto na dinâmica de trocas simbólicas do mercado e, ao mesmo tempo, permitiu a inserção de novos e antigos autores no campo literário de maneira completamente inovadora. Por exemplo, segundo Leal (2008), todas as autoras estudadas em sua tese possuíam um *site* ou *blog* na *internet*, em um movimento de

se colocar em rede visando, além de uma renovação metodológica, permanecer em foco, preservando suas histórias pessoais e autorais em arquivos decodificados pela *internet*.

Como muitos outros campos, o literário apresentou ramificações dentro das possibilidades de atuação na *internet* que mudaram muitas de suas configurações e relações sociais. Com o poder de agir em várias frentes simultaneamente, a *internet* atua como catalisadora de autores que não têm ou não pleiteiam espaços dentro do sistema editorial tradicional, como ponte na relação entre editoras e leitores, entre estes últimos e os autores, como canal de divulgação de conteúdo e como arena de criação e encontros *online* e *off-line*. Desse modo, é seguro dizer que *blogs* e outras plataformas digitais têm um poder considerável de intervenção não só no campo jornalístico como no literário.

Apesar das ufanias a respeito das potencialidades de um *blog*, no que se refere à velocidade e alcance de seu conteúdo, o desejo comum de tê-lo publicado em papel por meio do livro é, segundo Denise Schittine (LEAL, 2008), indicativo das forças legitimadoras do campo e das hierarquizações que ela produz, pois a cada vez que uma nova mídia surge, ela tende a redimensionar a função das outras. No caso dos *blogs*, a publicação física de coletâneas e compilações de seus conteúdos se tornou um desejo de consolidação do papel de escritor.

Antes da ascensão dos formatos digitais, a relação mais estreita entre a literatura e outras mídias foi aquela travada com a imprensa, num escambo cultural que deu origem a novos gêneros literários, transformou o escritor em uma atividade profissional reconhecida, consolidou práticas narrativas e estabeleceu critérios de reconhecimento ou rejeição desses conteúdos.

Mesmo operando segundo a lógica hierárquica, mercantil e cronológica que a produção e a circulação de notícias demanda, as articulações entre literatura e jornalismo são bem-sucedidas, na medida em que o espaço do jornal toma para si o papel de justificar a relevância da literatura, seja de maneira elogiosa ou crítica. Nomes como Nísia Floresta, Emília Moncorvo, Patrícia Galvão, Rachel de Queiroz e Clarice Lispector são apenas alguns dos que figuraram como grandes expoentes da literatura cuja atuação no campo jornalístico revolucionou o papel das mulheres dentro das redações e na capa dos jornais.

Seja através de livros ou computadores, as operações de escrita feministas até aqui esboçadas podem ser consideradas como operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos, de acordo com Bourdieu (1990), para quem mudar o mundo implica muda as maneiras de fazê-lo. Ainda segundo ele, apesar de suas discrepâncias

internas e externas, o feminismo continua buscando se apropriar de um capital simbólico, que nada mais é do que um poder atribuído aqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento (BOURDIEU, 1990). A *internet*, seja por meio de *blogs* ou outros tipos de páginas, vêm buscando suprir essa insuficiência por meios alternativos de comunicação que contam com um poder de alcance maior e propõem a construção de um conhecimento coletivo, seja ele de cunho acadêmico ou não, mas que tenha como agentes principais mulheres e suas experiências, privilegiando-as como relatos de "percurso", nas palavras de Certau (1998 apud Resende, 2008).

Portanto, e como sobreviventes dessa nova conjuntura, os blogs aparecem como, nos termos propostos por Maria Elisa Máximo (2006) propõe pensar os blogs como instâncias de apresentação do eu na vida cotidiana, onde o blogueiro produz e reproduz sua identidade no processo de escrita do blog, e cuja apresentação depende não somente do contexto social em que ele está inserido, mas também do olhar do outro e de como a reciprocidade deste é crucial para conferir legitimidade à escrita e ao conteúdo do blog, uma vez que sua existência está condicionada aos temas e paradigmas circunscritos nos campos de possibilidades destes contextos, definidos mediante as redes de relações sociais nas quais os blogueiros se inserem. Eles só podem construir suas biografias pessoais na medida em que estas se tornem aprazíveis à uma coletividade que com eles aceita construir visões de mundo análogas.

Nesse sentido, sua função pode ser comparada, neste caso, ao espaço social ao qual alude Bourdieu (1986), quando este afirma que pessoas próximas no espaço social tendem a se encontrar próximas, seja por opção ou por força, no espaço geográfico, facilitando assim a interação entre essas pessoas. Do mesmo modo, os blogs atuam como espaços aglutinadores de pessoas com interesses comuns, que embora transponham barreiras geográficas, constituem-se de modo que seus agentes têm toda possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes, e de produzirem práticas também semelhantes (BOURDIEU, 1986). Entretanto, essas disposições são caracterizadas pela existência de requisitos e critérios associados tanto aos sujeitos que se engajam nesses jogos sociais quanto aos discursos dos quais eles lançam mão para tanto. Sob a alcunha de marcadores discursivos feministas adotados neste trabalho, são eles, seus significados e atribuições no âmbito dos *blogs* "*Escreva Lola Escreva*" e *Blogueiras Feministas* para os quais dirigimos nosso olhar agora.

4 NEGOCIANDO PERTENCIMENTOS: AS MARCAS DO DISCURSO FEMINISTA

4.1 DEMARCANDO FRONTEIRAS

Como vertente intelectual e acadêmica, o feminismo combina a militância política em prol da equidade de direitos entre homens e mulheres com a investigação relativa às causas da dominação masculina e seus desdobramentos para a vida delas, a partir de um corpo teórico complexo cuja abstração do mundo social é focada na experiência das mulheres como grupo social subalternizado. No entanto, essa é tanto uma possibilidade que pode se realizar através destes elementos combinados quanto por outras vias de militância, expandidas atualmente pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Neste contexto, os blogs se apresentam como uma entre várias ferramentas disponíveis para a difusão de discursos feministas, operacionalizados de acordo com linhas editoriais específicas e a inclinação ideológica da ou das responsáveis por suas escritas. Essas, entre outras características, conferem a estes discursos formas e conteúdos bastante específicos, responsáveis pela sua adequação ou não a critérios feministas de linguagem ditados por certos marcadores discursivos, sobre os quais voltamos nossa atenção neste capítulo.

A partir da análise dos discursos presentes nos dois blogs escolhidos como objeto desta pesquisa, o “Escreva Lola Escreva”¹⁵ e o “Blogueiras Feministas”¹⁶, buscamos primeiramente selecionar trechos presentes nos textos e comentários de ambos que pudessem indicar o que aqui chamamos de marcadores discursivos feministas. No caso desses blogs, estes marcadores podem ser de duas ordens: uma, aquela que comprova o pertencimento ao movimento feminista, e a outra aquela referente à existência ou não de uma agenda feminista, pautada por temáticas centrais, sobre as quais as mulheres que participam destes blogs buscam estar minimamente informadas.

Estando o feminismo condicionado à uma construção social, esperamos que a identificação desses termos, jargões, experiências e posicionamentos em comum expressos como marcadores nos indiquem a matéria prima da construção social de identidades feministas. Esse movimento permite à elas mobilizarem tais marcadores com vistas à uma linguagem na qual possam se reconhecer e se fazer reconhecer, fornecendo-nos o substrato social de uma certa experiência feminista. É

¹⁵ Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>

¹⁶ Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/>

importe ressaltar que este substrato não corresponde a um modelo generalizante ou imperativo à todas as mulheres no exercício de seus feminismos. Porque se eles são construções, estamos operando aqui sobre marcadores limitados aos espaços dos blogs e que não necessariamente representam a totalidade dos marcadores feministas, tão pouco esgotam o que sejam as experiências feministas demonstradas nestes espaços específicos. Mas, embora não sejamos capazes de apontar quem são as pessoas pertencentes às comunidades (no sentido que Benedict Anderson confere ao termo) inscritas nesses blogs, podemos indicar os marcadores e códigos utilizados no reconhecimento, no autorreconhecimento e na lógica de pertencimento à elas, bem como à construção de identidades feministas.

O caráter plural dessas identidades e o fato de estarem em constante processo de formação e transformação moldou, de maneiras diversas, a observação dos marcadores feministas nos blogs, porque, embora eles estivessem presentes em ambos, essa identidade que se cria não é idêntica, fazendo-os variar em forma, conteúdo e utilização. Ainda que alguns deles permaneçam os mesmos, um número muito grande de outros não convergem. Por exemplo, a maneira como o homem é descrito pode ser representativa de um marcador feminista, mesmo que os pequenos grupos inseridos na comunidade maior de um blog não cheguem a um consenso sobre este tema. Pode ser também que vários desses pequenos grupos discordem sobre a definição de uma identidade feminista. Mas pode ser que entrem em acordo sobre o que é ser mulher em sua concepção.

Nos blogs, esses marcadores podem estar presentes de diversas maneiras: ao longo dos textos publicados, seja na forma de expressões, jargões, temáticas recorrentes, categorias discursivas, figuras ilustrativas, links para conteúdos externos, entre outros. Aqui, nos atemos aqueles presentes tanto nos *posts* dos blogs quanto nos seus respectivos comentários, uma vez estes que estes últimos podem nos indicar, por parte do público, quais são os marcadores esperados desses discursos, como são cobrados, se de fato o são, bem como os critérios legitimadores de tais discursos na qualidade de feministas. Novamente, não pretendemos aqui definir o que seja um ou quem esteja apto a se apropriar dele, mas mostrar que o feminismo é resultado de certas pressões que demandam marcadores específicos, os quais ditam padrões discursivos, normas e regulamentações para aquele universo dos blogs. A importância destes repousa não só no poder estruturante que têm sobre os discursos, mas no fato de que se tornam também marcadores de legitimidade daquelas que

os anunciam, pois, estando ausentes esses marcadores e elementos, seus discursos perdem a legitimidade almejada.

Outra dimensão importante a ser destacada é de que os marcadores da narrativa permitem-nos aprofundar a questão da comunidade nos termos propostos por Anderson, porque são marcas que indicam pertencimentos reconhecidos em maior ou menor grau pela comunidade. No contexto de um discurso referenciado como feminista, temos, nestes casos, comunidades feministas imaginadas, cujo pertencimento é pontuado narrativamente de diversas formas. Compete-nos, então, esmiuçar essas marcas indicadoras de um certo pertencimento feminista através da identificação do uso de tais marcadores, pois sua utilização desempenha também a função de coesão grupal, operada principalmente por meio da linguagem e que permite às pessoas se reconhecerem a partir do partilhamento de certas experiências em comum e do não partilhamento de outras.

Demarcadas a importância e os objetivos do material de pesquisa a ser apresentado, seus critérios de seleção mostraram-se um desafio à parte por conta das diferenças estilísticas entre os dois blogs escolhidos, e também pela dificuldade que a grande quantidade de material, disponível em arquivos de no mínimo sete anos (no caso do *Blogueiras Feministas*; o *Escreva Lola Escreva* possui nove anos de postagens arquivadas) apresentou para a escolha dos trechos aqui reproduzidos. Por isso, e no que concerne ao problema de síntese implicado nesta segunda tarefa, adotamos a perspectiva metodológica proposta pelo filólogo alemão Erich Auerbach (2007). Nela, o autor propõe que a resolução deste problema está ligada a capacidade de, a partir da combinação entre conhecimento científico e criatividade, encontramos condensados, seja em uma obra, um livro, uma vida, todos os fatores sociais que possam sintetizar as questões ou problemas que desejamos escrutinar.

Uma única vida parece curta demais para sequer alcançar as condições preliminares (do trabalho de síntese). O trabalho em grupos organizados, tão útil para outros fins, não oferece aqui uma saída. A síntese histórica que temos em mente, apesar de só fazer sentido quando fundada sobre o entendimento científico material, é um produto da intuição pessoal. Logo, só podemos esperá-la de um indivíduo. Levada a perfeição, ela é simultaneamente um feito científico e uma obra de arte. Até mesmo a descoberta de um ponto de partida é um fruto da intuição; e a realização final

é um processo criativo que deve ser unitário e sugestivo se quiser alcançar o que se espera dele. (AUERBACH, 2007, p. 366)

Portanto, dada a natureza da argumentação proposta neste trabalho, o recorte temporal a partir dos primeiros anos de postagem de cada blog não se justifica, pois não objetivamos demonstrar processualmente as evoluções do discurso feminista, mas discutir a construção, no âmbito destes blogs, de uma identidade feminista expressa pela incorporação de linguagens e outros marcadores específicos que legitimam experiências e discursos como sendo feministas, frutos de autorias igualmente caracterizadas dessa maneira. Neste sentido, tanto para o Blogueiras Feministas quanto para o Escreva Lola Escreva, selecionamos trechos de postagens feitas entre os anos de 2011 e 2015.

4.2 ELA E ELAS ESCREVEM

A hoje professora doutora em Literatura Dolores Aronovich sempre foi uma apaixonada por cinema, e da sua vontade de compartilhar as críticas cinematográficas que escrevia, surgiu o Escreva Lola Escreva, cujo título, um trocadilho com o filme “Corra Lola Corra”, já indicava o tom do conteúdo com o qual alimentava seu blog desde 2008¹⁷. Em meados de 2010 a temática feminista se torna o tema norteador de suas publicações.

Com uma média de 450 mil visualizações mensais segundo o contador de visitas do blogspot¹⁸, o “Escreva Lola Escreva” é considerado hoje o maior blog feminista do Brasil, e mantém o tom pessoal e não acadêmico que sempre o caracterizou. Em entrevista concedida a revista *Tanara* e publicada no blog em 23 de agosto de 2013, Lola assim define seu blog e as pretensões do mesmo:

Bom, o meu blog é pessoal. Está no nome: Escreva Lola Escreva, que é um trocadilho com o filme alemão “Corra Lola Corra”. Então não é um portal, não é um site de notícias. É um blog de opinião. É um blog feminista, sem dúvida, porque eu sou e sempre fui feminista. Não tem como eu fazer um

¹⁷ Lola classifica suas postagens a partir de 1998, a fim de delimitar seu ano de escrita. Em janeiro de 2008, quando criou o blog, ela armazenou nele diversas críticas cinematográficas escritas desde 98.

¹⁸ Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2016/01/oito-anos-de-bloguinho.html>

blog pessoal que não reflita quem eu sou. Mas o blog nunca foi acadêmico, e continua não sendo. Ele está bem longe de ter qualquer rigor científico. Por outro lado, eu vejo um pouco meu blog como uma atividade de extensão do meu trabalho na universidade. Não deixa de ser uma forma de popularizar o feminismo, de levá-lo para quem não está na academia, e de suscitar debates para quem já está

O compromisso com o blog e a causa feminista são duas das muitas características que surpreendem no “Escreva Lola Escreva”. Com atualizações diárias - geralmente uma postagem por dia - Lola não só escreve como abre espaço para que seu público o faça. A seção “Guest Post”, na qual outra pessoa discorre sobre um ou mais assuntos em um post, algumas vezes seguido pelo comentário de Lola, é uma das mais recorrentes no blog. Em sua maioria, se caracterizam por relatos anônimos de leitoras e leitores enviados à Lola acerca de um tema ligado à vida pessoal de quem escreve, mas que de alguma maneira tangenciam questões de interesse do feminismo. Apesar de seu tom mais informal, é frequente a publicação de textos acadêmicos, de autoridades jurídicas e professores (as) a quem a autora também cede espaço no blog

Em termos de estrutura, o blog mantém o mesmo *layout* desde sua criação. Na parte superior visualizamos o cabeçalho com o nome do blog, ao lado de uma foto de Lola quando criança. Segue-se à ele os posts, organizados por ordem de postagem mais recente e sempre acompanhados de ilustrações muitas vezes não referenciadas.

Figura 1 – Página Inicial do Blog Escreva Lola Escreva



Fonte: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/search?updated-min=2014->

01-01T00:00:00-03:00&updated-max=2015-01-01T00:00:00-03:00&max-results=50>. Acesso em: 17 jan. 2017.

Dois anos depois, em 2010, a historiadora Maria Frô, com intuito de colher opiniões sobre questões políticas relacionadas à mulher durante o primeiro turno das eleições daquele mesmo ano, enviou um e-mail para várias colegas feministas. As discussões então fomentadas via e-mail se mostraram tão interessantes que a hoje doutoranda em Direito Cynthia Semíramis criou um grupo de discussão a fim de que assuntos diversos pudessem ser debatidos sob a ótica feminista. Com o crescimento do grupo, surgiu a necessidade de expandir o conteúdo circulado no mesmo, e assim nasce o “Blogueiras Feministas”.

Figura 2 – Página Inicial do blog Blogueiras Feministas



Fonte: <<http://blogueirasfeministas.com>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Com mais de 70 autoras (es) já publicados, a maioria de suas participantes se intitulam feministas e de esquerda, e possuem blogs ou outros canais na rede de autoria própria. Mesmo escassa, existe também a colaboração de homens no blog, mas a linha editorial do mesmo deixa claro que a proposta de seu conteúdo é o protagonismo feminino, e que este será sempre priorizado através de produções de mulheres para mulheres. Atualmente é coordenado por Bia Cardoso com moderação de Iara Paiva, Liliane Gusmão, J. Oliveira e Thays Athayde. Camila

Magalhaes, Patrícia Guedes, Priscilla Caroline e Luciana Nepomuceno são as responsáveis pela editoração do blog.

De acordo com a seção “Editorial”, terceira aba da esquerda para direita abaixo do nome do blog, o “Blogueiras Feministas” é um espaço político voltado para a discussão do feminismo em suas pluralidades e particularidades, cujo conteúdo é de responsabilidade de todas as colaboradoras, não estando isento de preconceitos de qualquer ordem. Além disso, existe a consciência por parte do corpo de autoras de que, mesmo utilizando princípios de interseccionalidade em seus textos, a maioria destes representa uma mulher branca, heterossexual, cissexual, de classe média. Por fim, o último parágrafo do Editorial apresenta concisamente os princípios que norteiam o blog e qual é, na visão de suas autoras, seu principal papel:

Não acreditamos em estereótipos. Não acreditamos em verdades absolutas. Não acreditamos em feminismo como uma cartilha e nem como religião. Nosso feminismo é político e está constantemente em construção. Aberto para agregar ideias, valores e conceitos. Pronto para reconhecer privilégios e contradições. Disposto a questionar universalizações e essencialismos. Temos o desafio de propor, lutar e implementar mudanças sociais que construam uma sociedade melhor para TODAS as pessoas.

Ao contrário do *Escreva Lola Escreva*, o *Blogueiras Feministas* foi criado já com o intuito de se estabelecer como uma plataforma dedicada especificamente a divulgar conteúdo feminista. Todos os seus posts estão atrelados de alguma maneira à temática, e a estruturação de sua plataforma mostra uma visível preocupação quanto à forma e apresentação deste conteúdo, no sentido de sistematizar o que ali está sendo debatido.

A estrutura do blog é mais elaborada: está hospedada em uma empresa particular especializada em blogs e sites profissionais, a *viahospedagem*, e conta com uma organização mais intuitiva de busca que o “*Escreva Lola Escreva*”.

Com postagens também diárias (geralmente uma por dia), o “*Blogueiras Feministas*” acumula cerca de 53 mil seguidores mensais e publica, além dos textos de suas colaboradoras fixas, colaborações enviadas através da lista de e-mails e que passam por revisão da equipe que organiza as publicações e os assuntos abordados. Mantém uma escrita informal e opinativa, com textos relativamente curtos, e têm uma clara

preocupação em mobilizar e articular a rede feminista por meio de links, biblioteca de dados disponível no blog e divulgação de eventos ligados à questões pertinentes às mulheres e ao feminismo. Além disso, é permitida às leitoras do blog a participação na lista de e-mails, mediante resposta de um questionário explicando as motivações das mesmas para tal.

O blog apresenta uma média de duas postagens diárias, assinadas individualmente ou por duas ou mais por colaboradoras fixas, convidadas ou que enviam seus conteúdos para avaliação. Em linhas gerais, apesar de muitas vezes relatarem experiências pessoais, as autoras e eventuais colaboradoras mantêm um certo distanciamento nos textos. Estes, por sua vez, são em sua maioria bem mais curtos que os do *Escreva Lola Escreva*, e mostram uma preocupação clara de especificar conceitos, categorias e abordagens que possam parecer muito restritas a quem não está familiarizado com o feminismo. Existe também um trabalho de rede, feito através da divulgação de eventos (sejam eles acadêmicos ou artísticos, ligados sempre a questão de gênero e feminista), periódicos fóruns de discussão organizados por escritoras e leitoras (es) do blog, organização de uma biblioteca virtual e eventuais parcerias com outros blogs feministas.

Porém, algo bastante interessante chama a atenção quando analisamos a interação das leitoras com o supracitado conteúdo: apesar no alto número de acessos do blog e de seu reconhecimento como uma importante plataforma feminista, a ralação das leitoras com as interlocutoras do blog por meio dos comentários nos posts é bem menor que a observada no ELE. Além disso, muitos desses comentários provêm de outras autoras e colaboradoras frequentes do blog. Em muitos deles esses comentários são fechados, e não se têm acesso nem ao seu número ou autora devido à rígida política de comentários no blog, que preconiza a moderação de todos eles pelas autoras dos textos. Ademais, os comentários e comentadores devem obedecer uma serie de critérios:

4.3 O QUE ELAS ESCREVEM

Por estarem tão intimamente ligados à figura de seus autores, os blogs, independentemente do conteúdo que fornecem, apresentam em sua forma escolhas temáticas e produções uma marca identitária singular ao sujeito que o escreve. A razão pela qual a titulação da maioria deles conter literal ou parcialmente o nome próprio de seu autor ou a temática que caracteriza seu conteúdo sinaliza para um conhecimento prévio das propostas ali contidas e das inclinações teóricas e valores requeridos de um público em potencial. Essas inclinações e valores podem ser

expressas, no caso do feminismo, por certos marcadores que orbitam em torno de uma agenda feminista nas quais estão contemplados velhos e novos problemas que se apresentam diante dele.

O olhar feminista voltado às relações de poder que se estabelecem no âmbito privado da vida das mulheres, por exemplo, não escapa às problematizações propostas nos blogs, tratando-se de pontuações sempre presentes nos *posts* e seus respectivos comentários que articulam, na maioria das vezes, outros marcadores em torno da mesma questão. Neste sentido, as relações afetivas e seus desdobramentos ocupam um espaço especial nas problematizações tanto do Escreva Lola Escreva quanto no Blogueiras Feministas.

Em “Libertação sexual: um caminho solitário e sinuoso”¹⁹, texto de Jussara Oliveira, postado em 28/07/2014.

Precisamos experimentar aquilo que nos tem sido negado, que é a agência sobre nossos corpos, nosso prazer e as nossas experiências. E, também, ressignificar a experiência do gozo que tem sido restrita a vontade masculina [...]. Entendo que, neste campo, alguns grupos estão em posições extremamente mais frágeis e sujeitos a violência do que outros. Mas, pessoalmente, não acho que seja por meio da negação da sexualidade que a gente vai se libertar. A condenação e o estigma de algumas práticas, profissões e posicionamentos só afasta as possíveis vítimas de violência — dentro desses contextos — de conseguirem problematizar sua situação e buscar ajuda por causa do temor de julgamentos e falta de apoio. Além de estigmatizar pessoas — que tenham conseguido alguma autonomia em ambientes sexualmente libertos — de forma negativa e generalizante.

As questões pontuadas por Jussara, pertinentes à maneira como as mulheres lidam com o exercício de suas sexualidades, contêm elementos bastante recorrentes e reconhecíveis nos posicionamentos feministas, ainda que estes se expressem diferentemente. A autonomia negada às mulheres em relação aos seus corpos, sua condição de vítimas dos mais variados tipos de violência, suas dificuldades em reconhecê-las e lutar

¹⁹ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/07/libertacao-sexual-um-caminho-solitario-e-sinuoso/>> Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

contra elas e os recortes (que no *post* não são explicitados) sociais que as tornam mais vulneráveis ou não ao cerceamento de suas sexualidades são alguns exemplos de situações que passaram a ser escrutinadas a partir da análise do pessoal como político na teoria feminista. Nestes contextos, não só o sexo, mas como mulheres (e homens) tomam parte em seus atos são passíveis de serem problematizados na medida em que podem representar um contexto dentro do qual no qual as relações de poder entre homens e mulheres se estendem. Quando a autora do *post* exorta as mulheres a “ressignificar a experiência do gozo que tem sido restrita à vontade masculina”, ela está não só afirmando que aos homens têm sido reservado o bônus do que é considerado o ápice de uma relação sexual, mas que essa exclusividade é fruto da noção de que as mulheres não possuem tanto quanto eles o direito à agência de seus corpos e à decisão de como irão dispor deles nas relações sexuais que estabelecerem, e em quais contextos estas relações irão se estabelecer.

Jéssica, em 28/07/2014 às 21:00, comenta:

Muito bom Jussara! Muitas vezes vejo pessoas de dentro dos movimentos sobre liberdade condenando as outras. Ora, se é pra ser livre, deixemos o outro ser livre também, seja para escolher ser monogâmico ou assexuado, não importa. É realmente um caminho muito individual e que só nós mesmos devemos medir e experimentar nossa transgressão.

O comentário de Jéssica, além de reforçar as ideias de Jussara, pontua outras questões implícitas no discurso feminista. Ao apontar o julgamento de “pessoas de dentro dos movimentos sobre liberdade”, ela demarca o que considera ser uma característica fundamental do feminismo, ressaltando seu caráter coletivo ao classificá-lo como um “movimento”, ao mesmo tempo que reconhece as tensões enfrentadas por ele nos embates que envolvem definições-chaves operadas quando se fala sobre esta temática. Ao recrutar termos como “monogâmico” e “assexuado” para se referir à determinada configuração de relacionamento e orientação sexual, isso representa, para além do domínio de certas definições pontuais, a negação de modelos dentro da lógica pensada pelo feminismo, como a heterossexualidade normativa e o casamento como ideal de afiliação amorosa. Muito provavelmente, é por esta razão que, para a autora do comentário, essa negação é considerada uma “transgressão”.

Estes padrões são problematizados, em escala maior, no *post* “Pela desconstrução da Família Margarina e a ascensão do Amor Livre”²⁰, texto de Tamires Marinho, postado em 16/07/2015:

Portanto, como o amor (por mais lindo que seja) é utilizado há muito tempo como uma maneira de demarcar o papel doméstico da mulher, não seria o amor a desculpa perfeita para aceitarmos todas aquelas velhas ideias machistas que permeiam nosso cotidiano? Não proponho negar o amor ou se negar a amar. O que me interessa é desconstruir essas crenças silenciosas que muitas vezes nos aprisionam e oprimem [...]. Sempre que alguém foge do modelo monogâmico heteronormativo é criticado e estimulado a reproduzir esse modelo de alguma forma. Quem criou essas regras e quais os objetivos? A minha resposta é que muitas dessas regras estão baseadas no machismo, porque a liberdade das mulheres ameaça diversas estruturas sociais rígidas como a família. Desafiar a monogamia também significa se colocar contra essas regras ao questionar: por que as pessoas devem renunciar aos seus desejos por outras pessoas quando estão num relacionamento?

Questionando também os prejuízos que a ideia do amor oriundo de relacionamentos monogâmicos, com fins ao estabelecimento de uma família (tomada aqui em sua definição tradicional), têm na vida das mulheres, Tamires também enfatiza o espaço bem demarcado reservado à elas nessa configuração: o doméstico. E tanto para este quanto para o problema das opressões que se desdobram a partir dele, ela aponta o machismo como uma das “estruturas sociais rígidas” que entravam o desenvolvimento da liberdade das mulheres. Essa associação engendra dois pontos bastante interessantes e recorrentes nos textos de ambos os blogs. O primeiro se refere ao machismo como categoria operacionalizada na justificação das hierarquias de gênero, tido como uma ideologia oposta ao feminismo tanto em termos discursivos quanto em objetivos. O segundo ponto refere-se à sua associação à uma estrutura social, eximindo assim seu discurso de qualquer marca essencializadora, uma posição que,

²⁰ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2015/07/pela-desconstrucao-da-familia-margarina-e-a-ascensao-do-amor-livre/>> Acesso em 25 de janeiro de 2017.

iriamos verificar, se trata de um dos poucos consensos do discurso feminista aqui proferidos.

A crítica ao “modelo monogâmico e heteronormativo”, entretanto, não é uma delas, e apesar de mais comumente associada às preocupações do movimento LGBT, tem ocupado um lugar cativo nas reflexões feministas cujos posicionamentos, em geral, oscilam entre a crítica a este modelo e a acusação de que a não coadunação de mulheres feministas à sua crítica representaria, por parte do feminismo, uma imposição “reversa” no que diz respeito às possibilidades oferecidas à elas por novas configurações de relacionamentos afetivos e de orientações sexuais. A réplica de Ana, no comentário das 11:31, reforça essa ideia ao dizer que “Muitas (mulheres) se dizem feministas mas falam que querem casar porque querem ter filhos...”, em uma dupla associação entre feminismo e rejeição do casamento e entre a instituição do casamento como pré-requisito para o exercício da parentalidade:

Esse assunto é muito importante, parabéns pelo tema. As mulheres (graças as feministas) conquistaram alguma liberdade, mas parece que ainda querem viver na prisão, se é que vc entende (vou falar aqui primeiro de heteras). Muitas se dizem feministas mas falam que querem casar pq querem ter filhos... E na realidade não veem que é mais uma cilada da sociedade para as CONTINUAR mantendo se sentindo inferiores. [...] Muitos (inclusive agora falando de gays e trans) não vão gostar do que vou dizer agora, mas a instituição do casamento é fruto da própria misoginia, por isso sou contra casamento, pra heteros, gays, qualquer um, devido a sua simbologia. O casamento foi a solução encontrada para “manter sob controle” a mulher, quando esta passou a ser considerada traidora, indigna de confiança, traira (o que é obvio ela não é).

Outra associação merecedora de nota diz respeito às articulações do tema com questões que tangenciam a sexualidade dos indivíduos, no caso da menção aos gays e trans, mostrando que a abordagem feminista de certos temas invariavelmente tangenciam outros em uma espécie fenômeno já observado na trajetória das construções teóricas feministas acerca das articulações entre público e privado. No caso do Blogueiras Feministas, as temáticas inseridas no âmbito de “Comportamento e Relacionamentos” seguem uma linha discursiva distanciada das

experiências pontuais daquelas que escrevem, diferentemente de Lola, quando trata do mesmo assunto em seu blog.

Sendo casada há 28 anos, são bastante frequentes os *posts* nos quais ela discorre a respeito de suas opiniões sobre casamento, monogamia, maternidade e outros temas correlatos, enfatizando o papel que ser feminista desempenha em sua visão de mundo. Lola é bastante questionada a respeito destas articulações quando expõe questões sobre o seu casamento e seu marido, com o qual mantém, segundo ela, um relacionamento feliz, monogâmico, e sem a pretensão de filhos. Questionada sobre o que pensa sobre traição, Lola ratifica posicionamentos semelhantes aos esboçados no Blogueiras Feministas, ainda que não esteja imune à refutação de seus argumentos. Em “Minha opinião sobre traição”²¹, texto publicado em 13/03/2013 afirma:

O relacionamento monogâmico segue sendo uma imposição da sociedade, passado pra gente como se fosse a única escolha possível. E não é. Há muitas outras formas de amar. Creio que devemos criticar e questionar tudo, inclusive um modelo de relacionamento que nos é vendido como único e natural [...]. E é ridículo que a gente precise lembrar sempre que adultério não é crime, pelo menos não no nosso país. Pode ser imoral e antiético, mas esse é um julgamento individual.

Seu texto ratifica a monogamia como modelo social impositivo, bem como exorta a reflexão sobre isto, inserindo elementos de ordem legal para tanto. Contudo, o comentário de Fábio às 11:10, ainda que não problematize diretamente a questão da traição, aponta construções interessantes sobre os supostos ideais de masculinidade defendidos pelo feminismo, além daqueles relacionados à identidade das mulheres dentro dele.

A traição, como ela e socialmente construída, pesa mais para o lado feminino por causa justamente do utilitarismo feminismo. São as mulheres em sua maioria que alimentam este comportamento, o homem apaixonado (doente) ama a mulher em sua plenitude, ama a companhia da mulher, ama o corpo da mulher. As mulheres em forma geral,

²¹ ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2013/03/minha-opinioao-sobre-traicao.html>> Acesso em 29 de janeiro de 2017.

amam a utilidade do homem, ama serem amadas, portanto toleram certas "puladas de cerca" enquanto o pato ainda está sendo útil socialmente (dando presentinhos, servindo de chofer, etc). As mulheres (vocês feministas engajadas não contam, vocês desconstruíram a imagem do homem como utilitário, o vê como inimigo opressor, e também são marxistas, acreditam em uma sociedade alternativa, aonde andaríamos todos nus, cantando e dançando ciranda cirandinha em volta de uma fogueira) sentem ciúmes dos homens de maior destaque social, pois estes são troféus a serem exibidos, mas não necessariamente do homem em si, eu conheço dezenas de " "madames' que toleram as puladas de cerca do " dotôr" desde que ele continue lhe provendo o padrão social desejável.

Ao sustentar que “as feministas engajadas desconstruíram a imagem do homem como utilitário”, Fabio ressalta a figura masculina como provedora de bens materiais da relação, em um retorno à naturalização da ideia de que esta seria uma responsabilidade exclusiva do homem. O caráter “opressor” que o feminismo atribuiria ao homem também é um argumento recorrente facultado ao discurso feminista, assim sua associação ao pensamento marxista e sua defesa “alternativa” de sociedade.

Ainda que radicalmente distante de todos os pressupostos feministas imagináveis, este tipo de comentário opera uma dupla representação que nos permite observar que mesmo centrado na figura da mulher, os discursos feministas estão atrelados à reflexão sobre o homem, seus papéis e responsabilidades nos contextos sobre os quais o feminismo se propõe a discutir. A especificação de traços considerados masculinos, os posicionamentos esperados do feminismo quando confrontado com estes ideais são alguns pontos norteadores do relato de S. no guest post “Gosto muito mais de sexo que o meu namorado”²², publicado por Lola em 08/05/2015:

Oi, Lola, tudo bem? Acompanho seu blog há algum tempo, no começo porque alguns amigos feministas compartilhavam postagens suas no

²² ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2015/05/gosto-muito-mais-de-sexo-que-o-meu.html>> Acesso em 29 de janeiro de 2017.

Facebook quando eu, nessa época, não me considerava uma feminista [...]. Você contribuiu para essa minha descoberta do feminismo e me ajudou a entender a necessidade urgente da equidade de gênero, especialmente em se tratando de relações afetivas (não somente em questões sociais hierárquicas, de trabalho etc). Depois dessa contextualização, gostaria de compartilhar uma aflição contigo. Lá vai: namoro há um ano e alguns meses. Estamos morando juntos desde o começo do ano. Acontece que eu tenho mais vontade de transar do que ele. E foi sempre assim, desde o início do namoro [...]. Conversamos sempre sobre isso (e tenho medo até de ser um pouco repetitiva), mas não têm surtido muito efeito [...].

Resposta de Lola:

É complicado, querida S., mas o seu caso é tão comum... Como a gente vive numa sociedade em que os homens têm que se mostrar dispostos a fazer sexo o tempo todo -- se não, o que vão achar deles? --, e em que as mulheres têm que fingir que sexo nem é aquilo tudo -- se não, o que vão achar delas? --, a gente se esquece que milhões de pessoas não se encaixam em fórmulas prontas. Não sei se tem solução pra isso, mas acho que, num relacionamento, as duas partes precisam se adaptar.

As razões pelas quais S. expõe seu dilema estão atreladas à confiança depositada na figura de Lola como uma mulher feminista capaz de opinar a respeito dele, e à dimensão empoderadora que o blog preconiza por meio das reflexões inscritas também no âmbito das relações afetivas. A ênfase na demarcação de uma identidade feminista tanto de S. quanto de seus amigos feministas que compartilhavam postagens de Lola no Facebook delimita o caráter discursivo do blog e o perfil daqueles que consomem seu conteúdo, ainda que ele não seja um espaço exclusivo deste tipo de grupo, como indicam as tensões nos comentários da maioria das postagens, e como mostra o comentário de Anônimo quando este confronta uma série de comentários anteriores no sentido de questioná-los sobre as cobranças recaídas sobre o namorado da autora do *post*, e sua incompatibilidade com a postura feminista preconizada pelo blog:

Credo, gente, o cara só não tem tanta vontade quanto ela. Simples assim. Ele NÃO tem que se

adequar ao ritmo dela, não tem como, tentar isso não faz nem sentido. Não adianta desconstruir machismo e falar que o namorado dela é gay, precisa de psicólogo, tem um problema oculto e etc. Ele só quer menos sexo que ela. Simple as that.

Neste caso, a vida em uma sociedade na qual “os homens têm que se mostrar dispostos a fazer sexo o tempo todo” denota, assim como o texto de Jussara para o Blogueiras Feministas, à construção de uma identidade masculina compatível com o ideal de virilidade conferido aos homens quando se trata do comportamento considerado natural para eles com relação ao sexo, bem como àquele reservado às mulheres quando Lola diz que elas “têm que fingir que sexo nem é tudo aquilo”. Da mesma maneira, a blogueira questiona outro indicativo desses marcadores de masculinidade no *post* “A Copa do Mundo é nossa”²³, texto publicado em 02/07/2014, ao mesmo tempo que critica a objetificação do corpo feminino pelos homens e pela mídia

Por isso, inclusive, que muita gente está chamando esse grande evento esportivo de “A Copa da Obejetificação”. Porque não é sempre que os jogos estão animados durante os 90 minutos de jogo, e a gente se distrai falando um pouco da beleza dos jogadores. (...) Mas nossa objetificação é fraquinha e inocente. Nada que se compare ao que os homens e a mídia fazem com as mulheres o tempo todo (inclusive na Copa!) [...]. Outra coisa que queria abordar é que li nos últimos dias várias críticas a alguns jogadores do Brasil, porque eles...choraram. Porque, né, chorar é coisa de mulherzinha, denota fraqueza, e homem que é homem não chora, nem pra comemorar um resultado emocionante.

Chorar, assim como não gostar de sexo, seriam atitudes incompatíveis com as disposições do comportamento masculino, ao passo que a fala de um capitão do time de futebol quando este, em um cenário hipotético proposto pelo comentarista anônimo de 17:18, “chamaria a responsabilidade” ao revogar para si, em tom imperativo, o poder e a capacidade de resolver um problema, sim:

²³ ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/07/a-copa-do-mundo-e-nossadavi.html>> Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

Não é que homem não chora, mas sim que homem não chora diante de desafios. Toda vez que você ver um homem chorando, tenha certeza que ele está desmoroando por dentro.

o que o Thiago Silva (que é tecnicamente um bom zagueiro) fez, foi um mau exemplo para um capitão de time, se recusou a bater o penalty, e foi sentar num canto e chorar. Um verdadeiro capitão chamaria a responsabilidade, seria um exemplo, pegaria a bola e diria: “da esta zorra aqui, que eu resolvo”.

Em termos de classificação, o feminismo como categoria se apresentou como uma das mais complexas quando operacionalizado nos discursos dos blogs. A própria classificação dos *posts* feita por Lola e pelas administradoras do Blogueiras Feministas indica certa dificuldade de rotular os textos publicados nos blogs com a classificação “Feminismo”. No caso do ELE, muitos *posts*, apesar de não rotulados no blog com a *tag* “feminismo”, contêm referências sobre o tema no sentido de tratarem do mesmo de forma mais aprofundada, já que tangencialmente ou não ele dita o tom da maioria do conteúdo do blog. Entretanto, a categoria “machismo” apresentou um maior número de *posts* que àquela intitulada “feminismo”, embora os textos de ambos se refiram ao feminismo a partir de vários vieses: como movimento social, posicionamento político e/ou identitário ou conjunto teórico. No caso do BF, não há o tratamento do machismo como categoria de classificação, ainda que os textos alocados na categoria “Feminismo” do blog, guardadas as devidas proporções, o encarem também a partir de diferentes vieses. De toda maneira, permanece em ambos as disputas por definições acerca de suas diretrizes, de como se apropriar delas e à quem cabe esse direito.

Sobre as definições do Feminismo, Ticiane Figueiredo arrisca no post “Quem tem medo do Feminismo?”²⁴, de 18/09/2013:

Ainda que eu cultive esperanças de que todas as pessoas tenham a consciência de que o Feminismo é necessário para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e, que acima de tudo é preciso militar, isso não quer dizer que todas as

²⁴ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2013/09/quem-tem-medo-do-feminismo/> Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

mulheres são obrigadas a serem feministas. [...]. No meu ponto de vista, não existe Feminismo certo ou errado. O Feminismo é uma “filosofia universal” e não podemos creditar a ele ações pessoais dessa/desse ou daquela/daquele militante. Não é culpa do Movimento Feminista que aquela pessoa não enxergue seus privilégios ou que ela, individualmente, seja contra determinada questão. É muito triste sim, ver que há pessoas assim dentro do movimento, mas estamos lutando para que todas as pessoas retirem seus cabrestos. A militância é um processo contínuo de aprendizagem [...]. Não há uma definição do que necessariamente é ser feminista.

À parte da dimensão inclusiva que a autora imputa ao seu discurso, é interessante observar que ela considera imprescindível que o feminismo seja pensado em termos de militância ligado à um movimento de bases filosóficas, isento, na opinião da autora, das consequências ruins que o não reconhecimento de certos privilégios por parte das “ações pessoais” de suas militantes podem acarretar. Este deslocamento do olhar feminista que privilegia o coletivo em detrimento do sujeito individual é representativo de vertentes feministas clássicas, como pontua o comentário de Ana em 18/09/2013 às 11:45:

Sempre me perguntei porque uma quantidade tão expressiva de mulheres inteligentes e independentes rejeitava o feminismo, e achava a mesma coisa da autora, de que essa “relutância” estava “embasada em puro preconceito e alienação”. Hoje eu entendo a vontade de se afastar desse feminismo predominante, principalmente quando leio textos como esse, que colocam o movimento como uma “filosofia universal” i.e. autoritário, e tão dogmático em sua forma que você praticamente não tem como escapar. Ainda bem que existem outros feminismos, outras possibilidades e ar fresco fora dessa atmosfera pesada que o movimento acabou produzindo.

O que Ana chama de “feminismo predominante” e “atmosfera pesada” é mais veementemente criticado por Antônio, cujo comentário introduz outra questão crucial para a teoria feminista: sobre quem se fala quando o feminismo fala:

Apesar de ser muito clara a associação do feminismo com os movimentos liberais, democráticos e revolucionários com interesse humanista, acredito que nem sempre a fidelidade a essa raiz é respeitada pelas supostas militantes, e que as brigas sobre “quem é mais feminista” acontecem porque existem graus diferentes de radicalidade e interesse dentro do movimento. Além disso, vem o medo do movimento ser sequestrado pelos homens. Em suma, apesar do texto acima ser bem escrito e coerente, não aborda a complexidade do problema, que é a demarcação e os abusos desse movimento, incluindo suas contradições internas, que muitas vezes são esquecidas convenientemente. Mas na prática, as pautas são disputadas, as próprias mulheres policiam quem é mais feminista que quem, e, com um medo infantil de que o olhar do homem venha levar o crédito ou cegar regra, excluem os homens.

O “medo do movimento ser sequestrado pelos homens” subtende que ele seja uma propriedade das mulheres, cuja falta de consenso sobre suas pautas e identidades representam “graus diferentes de radicalidade e interesse dentro do movimento”, considerado em geral abusivo ao retirar dos homens quaisquer possibilidades de participação. Além desta, outra suposição sobre o que constituiria os princípios feministas é notável: sua associação com “movimentos liberais, democráticos e revolucionários com interesse humanista”

Lançando mão do conceito de igualdade, o texto de Camila Dutra “Por que sou feminista?”²⁵, postado em 12/09/2013, oferece uma perspectiva alternativa ao problema da delimitação dos sujeitos potenciais que o feminismo poderia abarcar, situando homens e mulheres nesta luta:

O feminismo, como eu reconheço e defendo, é a luta por igualdade. É isso. Igualdade em quê? Em direitos, em deveres, em folhas de pagamento e reconhecimento de esforços e conquistas. E igualdade para quem? Para todos, e esta é a melhor parte do feminismo. Não se fala somente em igualdade entre homens e mulheres, e sim entre

²⁵ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/09/por-que-sou-feminista-2/>> Acesso em 03 de fevereiro de 2017.

todos, sejam crianças, idosos, hetero, homo, bi ou trans, negros, caucasianos, indígenas, asiáticos e assim por diante. A luta feminista é uma luta por e para todos. Então, aqueles que ignoram toda e qualquer proposta feminista porque acredita que queremos humilhar e manchar os direitos dos homens, digo que escutem com calma: o feminismo não odeia os homens. Outra crítica que também surge quando se fala em feminismo é a da igualdade, e isto se vê bastante em mulheres, quando reclamam da nossa luta. Ao dizer que o ideal que buscamos é a igualdade **não estamos dizendo que queremos ser homens** mas, que sim, que queremos acessar direitos que hoje são restritos a eles.

O texto de Camila opera a partir de um dos eixos chaves da teoria política feminista, a saber, a questão da igualdade e da diferença, e de como estes conceitos seriam ou não suficientes para descrever as oposições entre homens e mulheres na sociedade, bem como fornece instrumentais teóricos para superá-las. No entanto, chama a atenção a ênfase distintiva que a autora coloca sobre o significado pressuposto e o significado real que a igualdade assume no discurso feminista, segundo ela: como conceito e objetivo, a igualdade não é uma afirmação indenitária, mas um instrumento de acesso a direitos.

A necessidade de destacar o que não se quer dizer quando se trata do feminismo é, neste caso, uma alusão ao gênero como questão atrelada à teoria feminista e que se expressa a partir do verbo ser da oração “não estamos dizendo que queremos ser homens”. A afirmação indenitária observada nela é um recurso adotado por vertentes feministas na defesa de outras variáveis analíticas como raça e orientação sexual, por exemplo, e que são decisivas na elaboração do corpo teórico e da militância dos movimentos feministas negros, lésbicos, trans, e de outras denominações. Sobre este primeiro citado, Ana Claudia Pereira pontua em “Feminismos e justiça social: as lutas das mulheres negras não cabem em uma única palavra”²⁶, texto de 25/07/2013:

²⁶ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/07/feminismos-e-justica-social-as-lutas-das-mulheres-negras-nao-cabem-em-uma-unica-palavra/>> Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

“Feminismo” foi, desde sempre, um termo disputado por diferentes projetos de sociedade, alguns mais igualitários, outros menos.

Sem desejar falar pela totalidade das mulheres negras, levanto aqui algumas questões que tenho debatido com outras companheiras negras no contexto de militância. Acredito que nunca haverá uma sobreposição total entre o feminismo branco e o negro, ao menos enquanto houver racismo na sociedade, e nem acho que seja necessário. O problema maior, acredito, é universalizar o que é particularidade das brancas, falar em nome de todas as mulheres, carregar o antirracismo como bandeira e sempre adiar decisões substantivas para um futuro que nunca chega [...]. Um feminismo antirracista precisa estar atento a composição dos espaços de decisão e poder de que cristalizamos, precisamos pensar como aqueles espaços se constituem e entender suas limitações. Precisamos pensar sempre como a cor da nossa pele nos confere privilégios ou nos subordina às dinâmicas de opressão.

Observados novamente o recrutamento das categorias de igualdade e militância, o elemento destacável aqui se refere a problematização que a autora propõe a respeito das diferenças entre os feminismos branco e negro e como elas são consequências da adoção de um sujeito universal para o feminismo, centrado principalmente na mulher como representante deste e portadora de todos os significados que traduziriam a experiência feminina, de acordo com os apontamentos complementares de Bia em comentário feito no dia 05/07/2013 às 13:14:

Ana Claudia, obrigada pelo texto. Acho fundamental discutirmos e refletirmos abertamente sobre como o feminismo cai na armadilha de tentar propor uma mulher universal, quando na verdade as experiências e contextos das mulheres são altamente influenciadas por suas posições sociais, especialmente num país racista como o Brasil.

Deixar claro que o racismo é um problema de todas as pessoas que lutam por um mundo mais justo e igualitário é importantíssimo, porque é muito fácil invisibilizar quem já é considerada cidadã de segunda categoria em prol de um “bem maior”.

Ao recorte a partir da experiência e do contexto de vida e à necessidade de problematizar o racismo juntamente com o feminismo que Bia propõe, soma-se o reconhecimento das limitações experimentadas pelas mulheres que têm pouco ou nenhum acesso às discussões de caráter interseccional propostas por estes feminismos. Em seu comentário na mesma data, às 19:16, Elaine P. lamenta estas lacunas:

Um dos melhores textos que já li aqui no site. Eu não participo ativamente de nenhum coletivo feminista, embora leia bastante sobre o assunto e, obviamente, sempre tenha me considerado uma. Portanto, no meu caso, essa ausência de referências sobre as lutas das mulheres negras é ainda mais gritante. Apenas recentemente passei a ler mais sobre os coletivos de mulheres negras e todos os problemas que elas enfrentam em participar de movimentos feministas majoritários.

O discurso de Elaine elenca, implicitamente, ao menos três razões para que uma mulher seja feminista: participar de um coletivo, estar minimamente informada sobre o assunto ou, simplesmente, se considerar uma. Mas apesar de reconhecer o caráter coletivo do feminismo, ela não se furta à crítica aos “movimentos feministas majoritários”, no que imaginamos ser uma referência aos feminismos brancos e heteronormativos.

Uma particularidade observada nos textos do Blogueiras Feministas diz respeito ao cuidado que o blog tem em utilizar categorias que especifiquem melhor as diferentes experiências feministas. Talvez pelo caráter jornalístico de seus textos e/ou pelo tom informal adotado no *Escreva Lola Escreva*, fato é que neste último as referências ao feminismo são, em sua maioria, feitas com menos reticências no que diz respeito à nomenclaturas, ainda que Lola reconheça as pluralidades do feminismo e dos sujeitos que ele pode abarcar. Em um dos *posts* mais elucidativos de seus posicionamentos sobre essas questões, intitulado “O feminismo, firme e forte, não precisa de novidades”²⁷, em 16/12/2013 ela escreve:

Pelo jeito, o neofeminismo é mais jovem, mais consumista. Pena que ninguém saiba ao certo o que é esse tal neofeminismo. Para algumas pessoas, neofeminismo é feminismo essencialista, ou seja,

²⁷ ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2013/12/o-feminismo-firme-e-forte-nao-precisa.html>> Acesso em 29 de janeiro de 2017.

uma celebração da essência feminina (que, imagino, inclui amar sapato de salto). Para outras, neofeminismo não é muito diferente da terceira onda do feminismo. Aliás, nem há consenso se o feminismo esta naturalmente na sua terceira ou quarta onda, ou se já passamos dessa fase e agora estamos no pós - feminismo (eu concordo com a escritora canadense Margaret Atwood, que já nos anos 70 dizia: “os objetivos do movimento feminista não foram alcançados, e aqueles que dizem que estamos vivendo numa era pós-feminista estão tristemente enganados ou cansados de pensar no assunto”) [...]. Não é necessário fazer qualquer esforço para ser machista num sistema ainda muito machista – basta respirar. Já para ser feminista, é preciso lutar. Concordo muito com a americana Bell Hooks, que diz que o feminismo não é a luta pela igualdade (afinal, queremos ser iguais a que homens?), e sim uma luta contra todas as opressões, incluindo aí as raciais e econômicas [...]. Eu me assumo feminista desde meus oito anos de idade, quando descobri o discurso que homem é superior a mulher, e o recusei. Quase quarenta anos depois, continuo me considerando feminista – sem nenhum prefixo ou sufixo, porque a palavra feminismo em si já me define. Não me considero uma feminista radical, feminista liberal, feminista marxista, ecofeminista, pós-feminista, transfeminista, neofeminista, feminista reformista, e tantas outras nomenclaturas, embora eu concorde com vários pontos de todas elas, e discorde de mais um bocado [...]. Acho que precisamos de um rótulo que nos identifique e nos una, sem que esse rótulo gigantesco, o feminismo, cale os outros feminismos com afixos. Porque há espaço para todos os feminismos. O feminismo continua sendo um movimento plural, cheio de correntes. Mas isso não é novidade.

A fala de Lola é atravessada por uma série de elementos aos quais ela recorre tanto para justificar seu posicionamento feminista quanto para explicar o que seria, na concepção dela, um feminismo válido. O discurso marcadamente pessoal, observado pelo uso recorrente da primeira pessoa, demarca referências que demandam certos conhecimentos prévios do público, como àquelas feitas a terceira onda do feminismo, à uma possível

quarta onda e ao pós feminismo, criticado como sendo “essencialista”, outra marca discursiva utilizada para rejeitar qualquer feminismo que não parta de pressupostos calcados em construções sociais. No entanto, ela ratifica a pluralidade do feminismo elencando várias denominações, ao mesmo tempo que as recusa para si, ao afirmar que continua se considerando feminista “porque a palavra feminista em si já me define”, embora reconheça a necessidade de nomeação de um movimento “que identifique e que nos una, sem que esse rótulo gigantesco, o feminismo, cale outros feminismos com afixos”.

O que está em jogo nos termos dessa discussão é a adoção do sujeito universal feminista representado pela figura da mulher e problematizado a partir dos anos de 1980 pelo feminismo negro e lésbico, principalmente. As tensões deste debate permanecem até hoje como um eixo central em torno do qual são pensadas as teorias feministas contemporâneas, e estão longe de atingirem um consenso a respeito das melhores diretrizes a serem adotadas pelos feminismos acerca dos critérios identitários adotados na delimitação dos direitos ou não de militância, e para quem eles deveriam ser concedidos. Estabelece-se assim duas perspectivas polarizadas, uma representante daquelas que assumem e defendem o desafio de lidar com as disposições e demandas de diversas vertentes feministas, e aquela que rejeita estas divisões internas, como Sara argumenta em seu comentário as 17:45, na mesma data:

As vezes me pergunto qual objetivo dessas "feministas" que insistem em classificar, segregar, outras mulheres e pessoas que desejam a igualdade para todos, determinando rótulos e formas que achem mais apropriados para si como os únicos dignos de crédito e respeito, a quem interessa esse tipo de atitude??? certamente não é a causa do feminismo com certeza. Dividir para conquistar, é uma máxima tao velha quanto o próprio patriarcado. Me da um cansaço imenso ver esse discurso furado ser repetido a exaustão sabe...

Além da crítica à segmentação feminista, Sara mobiliza outros marcadores recorrentes em sua fala que já se tonaram costumazes nos discursos sobre o feminismo, como a questão da igualdade e a utilização do termo patriarcado para aludir às estruturas de dominação masculinas às quais às mulheres estão subordinadas. Mesmo seu uso sendo considerado datado pela teoria política feminista, é nítida a reapropriação da categoria nos últimos anos como sinônimo de dominação masculina e

do discurso machista. Nos contextos aqui explanados, ele é mais utilizado pelo Escreva Lola Escreva, no que pode ser considerado, por parte do Blogueiras Feministas, como indício da preocupação deste com o alinhamento de seu conteúdo à premissas acadêmicas e dos estudos de gênero em geral.

A relação entre militância e produção teórica feminista também se configura como um dos desdobramentos possíveis da questão dos feminismos múltiplos sobre os quais Lola discorre, uma vez que a inserção acadêmica e os feminismos gestados dentro desse contexto estão ligados à uma identidade feminista particular que sofre ressignificações dentro dos blogs. No caso de Lola, professora acadêmica, esta identidade é questionada como canalizadora de um outro tipo de feminismo considerado excludente no comentário de B. em 17/12/2013, às 10:58:

Para o anônimo das 9:31...não concordo com vc sobre o neofeminismo ser bacana e tal, mas uma coisa que vc falou eu concordo muito: o fato do feminismo academico não atingir as camadas mais pobres. Muitas das feministas que conheço são universitarias, algumas fazem mestrado, doutorado; vejo na internet artigos feministas escritos por pesquisadoras norte-americanas, etc...e como isso vai chegar na mulher pobre, pobre mesmo, que precisa trabalhar o dia inteiro, sustentar filhos, ralar e tal, como, sem poder ir aos encontros e debates feministas que acontecem por ai.

Fui no encontro do MML e lá vi uma grande quantidade de mulher pobres e/ou negras. Mas, no feminismo acadêmico, nenhuma; é um feminismo completamente classe média, branco, limpinho, trancado em gabinetes de pesquisa nas universidades, que escreve artigos de não sei quantas paginas com linguagem acadêmica, etc.

Dia desses, o blogueiras feministas publicou um texto falando sobre a lei da regulamentação das prostitutas. legal, mas ele tava num juridiquês brabo, eu mal entendi no final. E as prostitutas pobres, da esquina (pq, ao contrario do que algumas feministas "na bolha" acreditam, nem toda prostituta é Bruna Surfistinha ou a Monique que escreveu pra

cá), estas prostitutas vão se sentir representadas num texto daquele?
beijos

O recorte operado aqui assemelha-se ao de raça na medida em que busca denunciar possíveis exclusões do feminismo de sujeitos que não partilhem de determinadas características, neste caso àquelas ligadas à formação acadêmica. A menção às limitações imputadas às mulheres através da raça e classe social também não são recursos novos explanados aqui, ao contrário da crítica à linguagem como instrumento dessa exclusão, ao que Lola responde à B. em 17/12/2013, às 11:22:

Hello? Só queria lembrar, B., que este blog aqui é feito por uma dessas feministas acadêmicas que vc critica. E o blog não tem linguagem acadêmica. E ele é porta de entrada pro feminismo pra muitas meninas, meninas mesmo, meninas de 12, 13 anos, que ainda estão bem longe da universidade. Eu duvido muito que o blog tivesse média de 260 mil visitas mensais se fosse um blog acadêmico. E só porque uma pessoa dá aula numa universidade federal e faz pesquisa (algo que parece ser pecado!) não quer dizer que ela esteja presa num gabinete. Por exemplo, um dos tripés da universidade é justamente a extensão. Eu (e tantxs outrxs) oferecemos cursos de extensão abertos à comunidade. Eu considero o meu blog e a maior parte das palestras que dou como uma forma de extensão.

E outra: estudos de gênero é uma área que vem crescendo muito. E várias alunas já vem de camadas mais pobres da população. E as universidades estão começando a deixar de ser exclusividade da classe média branca. Eu também fui no encontro do MML. Muitas das meninas negras e pobres que vc viu lá cursam ou ainda cursarão universidade (vc fala como se isso fosse ruim!). E muitas fazem cursos técnicos e são operárias (uma das maiores delegações que tinha lá era a de mulheres da construção civil, vindas majoritariamente do Ceará). Todas estavam num encontro feminista.

O tom irônico da saudação com a qual ela inicia sua réplica à B. se transforma em uma série de argumentos de autoridade e legitimidade comprovados por alguns dados que nos apontam muito sobre a percepção que a autora tem de seu papel como escritora feminista de um blog, sobre a função deste e os significados atribuídos à uma das variáveis de sua identidade feminista: ser acadêmica. A pronta negação de que o blog não faz uso de uma linguagem acadêmica e a relação que ela estabelece com o alto número de visitas à ele (260 mil) nos leva a inferir que Lola concorda com B. quando este afirma que a linguagem é um fator de exclusão. O fato do blog ser “porta de entrada pro feminismo pra muitas meninas de 12, 13 anos” não atua somente como argumento em prol das razões pelas quais ela se furta ao uso de uma linguagem acadêmica, mas também, e não interessa se consciente ou inconscientemente, como argumento da autoridade que emana do blog e dela, conseqüentemente. Essa ideia é reforçada na assertiva “Eu considero o meu blog e a maior parte das palestras que dou como uma forma de extensão”, como se as ideias circuladas nele fossem extensões da figura da autora.

O fenômeno no qual os discursos proferidos são tomados como extensões de seus enunciadores é explicado por Bourdieu (1988) a partir dos processos de nomeação ligados à responsabilidade que sujeitos instituídos socialmente de características e posições sociais carregam. Isso quer dizer que a maneira como operacionalizam o poder de nomear o mundo social busca corresponder às expectativas da ou das comunidades nas quais eles estão inseridos, de modo que suas performances linguísticas têm o intuito de não somente informar seus interlocutores a respeito dos limites dessas comunidades, mas de apresentar-lhes os valores intrínsecos a elas e pelos quais vale a pena viver em conformidade. Neste sentido, os embates provocados por essas imposições de visões de mundo, segundo o autor

[...] encerram uma certa pretensão a autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social. Em meio a luta para a imposição da visão legítima, os agentes detêm um poder proporcional ao seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo. (1998, p. 82).

No caso de Lola, esta autoridade e capital simbólico são comprovados pelo número de visitas do blog, pelas muitas meninas às

quais o feminismo chega por meio dele, e pelas palestras e cursos de extensão que ela oferece à comunidade.

Assim como nas teorias feministas propostas pela chamada terceira onda, o pertencimento feminista e suas possibilidades de militância não são discutidos nos blogs apenas nos termos legítimos ou não do estabelecimento de nomenclaturas e vertentes dentro do movimento. O aval para tal participação passa pelo crivo do gênero como categoria analítica, em geral oposta à noção de sexo como determinante biológico. A partir daí, precede à discussão da mulher como sujeito feminista legítimo o problema das construções identitárias centradas nesta categoria, mas que desafiam critérios normalizadores segundo os quais ser mulher significa enquadrar-se em critérios de ordem biológica que, conseqüentemente, imputam restrições à participação em certos circuitos feministas e à validação da auto referência feminista.

Em sua maioria, estas questões são abordadas nos blogs a partir das possíveis interferências biológicas e sociais determinantes das diferenças entre homens e mulheres, e como estas são percebidas e utilizadas pela sociedade na imputação de modelos comportamentais para ambos. Parece haver um consenso nos discursos do ELE e do BF no que diz respeito a encará-las como traços não necessariamente exclusivos dos universos masculino e feminino, ainda que a extensão da influência de fatores genéticos seja objeto de posicionamentos mais divergentes. Enquanto Lola não os considera dignos de atenção no *post* “E essas diferenças genéticas entre homens e mulheres?”²⁸, de 10/03/2014, tanto Aline, comentarista deste, quanto Daniela Andrade, autora do texto “A construção da identidade de gênero e da orientação sexual”²⁹ postado no Blogueiras Feministas em 30/06/2015, concordam que outras pontuações de ordem não social devem ser consideradas, mesmo que secundariamente:

Em “E essas diferenças genéticas entre homens e mulheres?”, Lola afirma:

Eu pessoalmente acho incrível como aceitamos o senso comum que divide em dois (masculino e feminino) todas as capacidades, experiências,

²⁸ ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/03/e-essas-diferencas-geneticas-entre.html>> Acesso em 29 de janeiro de 2017.

²⁹ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2015/06/a-construcao-da-identidade-de-genero-e-da-orientacao-sexual/>> Acesso em 30 de janeiro de 2017.

conhecimentos, interesses humanos de todos os lugares e épocas - e juramos basear essa divisão no que vemos no dia a dia, ao mesmo tempo que vemos que homens são super diferentes entre si, assim como mulheres são super diferentes. Ou existe mesmo um homem, uma mulher, um “homem de verdade”, uma “mulher padrão?” [...]. Hoje, falar sobre diferenças genéticas entre negros e brancos recebe um nome: racismo. Mas essas “diferenças” foram exaltadas (não preciso dizer a favor de quem) durante séculos, tudo em nome da ciência. Vai chegar um dia em que falar das diferenças genéticas entre mulheres e homens receberá a alcunha de machismo. E, portanto, estará reservada apenas aos ignorantes.

Ao que Aline responde:

Concordo com o posicionamento geral do texto. Mas sempre fico incomodada com pessoas (não estou dizendo que é o caso aqui, mas isso é muito corriqueiro) que descartam o argumento da genética sem ter o menor conhecimento dessa ciência. [...] é insistir em que diferenças genéticas não devem ser o cerne da questão em uma sociedade não igualitária, como o fez o citado astrofísico.

Por fim, Daniela Andrade para o Blogueiras Feministas escreve que:

No meu entendimento, a construção tanto da identidade de gênero quanto da orientação sexual perpassam um constructo biopsicosocial, de forma que não há de se secundarizar nem as contribuições hormonais, genéticas, cerebrais, psicológicas e sociais para entender a construção da sua identidade de gênero e do seu afeto e desejo, o que não se dá quando falamos de etnia [...]. Se eu for acreditar que a identidade de gênero é meramente uma construção anatômica e genética, então, por exemplo, pessoas que se reconhecem mulheres mas nascem sem útero, ovário e canal vaginal, porém com combinação cromossômica XX, como se dá com algumas pessoas com agenesia vaginal, nesse caso ela seria menos mulher que as outras? Uma

mulher de segunda categoria? [...]. Se gênero fosse meramente uma construção anatômica, assim que eu extirpasse o aparelho reprodutor de uma pessoa, ela imediatamente se identificaria como alguém de outro gênero.

As considerações de Daniela sobre o que definiria a mulher transpõe o terreno das classificações subjetivas para explorar as articulações entre gênero, sexualidade e orientação sexual, em uma iniciativa reflexiva que insere a mulher trans nos debates feministas e questiona, assim como o feminismo negro e lésbico, as dificuldades do movimento em validar “novos membros” e a cumplicidade daqueles que já o são ou que gozam de privilégios sociais, como acusa o *post*, também de Daniela, “Representatividade trans importa”³⁰, postado em 03/02/2015.

Sonho com o dia que eu irei ver um filme no cinema, uma peça no teatro ou uma produção da teledramaturgia e poderei enxergar mulheres trans em qualquer papel, não apenas naqueles de sempre, quando raramente há uma mulher trans: a prostituta, a sem família, a desajustada ou a criminosa [...]. Representatividade importa. É muito importante que as mulheres transexuais e travestis saibam que podem ocupar qualquer profissão, desempenharem qualquer papel, mas isso não acontecerá enquanto pessoas cis estiverem nos dizendo que infelizmente não há ninguém transexual ou travesti qualificada, então, inclusive para interpretar a nós, chamarão pessoas cis [...]. Por que essas pessoas não estão nesses espaços? O que a sociedade está fazendo para mudar isso? O que os atores cis estão fazendo para mudar isso? Ou a culpa é toda nossa e nós é que nos viremos com o fato de que moramos numa sociedade transfóbica e cissexista que age com bastante naturalidade quando nossas vozes estão sendo caladas e nossas existências estão sendo apagadas. As existências de fato, não as existências que duram os 45 minutos da novela, do filme ou da peça teatral.

³⁰ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/02/representatividade-trans-importa/> Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

A autora demarca aqui, a partir da categoria experiência, uma oposição aos sujeitos que o feminismo e o movimento LGBT tem classificado como cisgêneros, ou seja, aqueles cuja identidade de gênero é homóloga ao seu sexo biologicamente definido. A oposição entre mulheres transexuais e travestis e as pessoas cisgênero são um exemplo dos embates travados pelos diversos grupos dentro do feminismo na luta pela legitimidade de suas posições, que para tanto mobilizam princípios classificatórios com a finalidade de delinear categorias segundo as quais esses grupos representam sua realidade e suas lutas.

Estes princípios classificatórios devem não só produzir e delimitar os elementos e propriedades distintivas que instituem os grupos sociais, mas anular e excluir todos aqueles que porventura estejam presentes em partes ou até mesmo na totalidade de seus membros, segundo Bourdieu (1998). Portanto, ainda que certos marcadores feministas sejam postos, deve-se demarcar também fronteiras para aqueles que divirjam destes e possam ameaçar de alguma maneira a coesão grupal. Deste modo, a construção de grupos sociais depende, invariavelmente, do desmantelamento ou do enfraquecimento de outros, mas todos lutam pela imposição de princípios legítimos de construção dos seus. As tensões entre grupos dominados e dominantes são um elemento dado das lutas sociais. Neste caso, o esvaziamento e a anulação política do discurso funcionam como uma estratégia dos grupos dominantes para restabelecer o consenso dos grupos dominados e reestabelecer a ordem social favorável a eles.

Não se pretende aqui afirmar que a intenção flagrante dos feminismos não simpáticos às mulheres trans seja o desmantelamento destas e dos grupos dos quais fazem parte, mas salientar que elas permanecem em posições subalternas na maioria dos discursos e problematizações feministas, a ponto de Thayz Athayde empregar uma impactante metáfora no título do *post* “Quem crucificamos”³¹, datado 15/06/2015, para aludir às violências, simbólicas ou não, dirigidas as pessoas trans:

Uma das manifestações que acontecem nas Paradas LGBT e outras Marchas são os atos artísticos. Esse ano, um desses atos parece ter chamado mais atenção e criado uma grande polêmica ao mostrar uma mulher trans crucificada como nas imagens

³¹ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2015/06/quem-crucificamos/>> Acesso em 03 de fevereiro de 2017.

clássicas de Cristo [...]. A grande questão envolvida em relação aos ataques feitos a Viviany gira em torno da transfobia. Não é possível uma mulher trans aproximar-se de algo sagrado como a cruz. O corpo de uma mulher trans é um corpo que não é aceito, é um corpo estigmatizado. É um corpo que não é importante para uma sociedade que tem como base a cisnormatividade. A meu ver, o que teria ofendido e causado polêmica, na verdade, não é a cruz em si, mas o corpo de uma mulher trans que para muitos não deveria existir.

Evocando novamente marcadores discursivos a partir de uma linguagem própria, Thays assinala outro tipo de marcador indissociável às questões de gênero: o corpo como campo de disputas não só afetivas, mas políticas. O “corpo estigmatizado” de uma mulher trans, na medida em que afronta a relação naturalizada entre um modelo corporal, uma identidade social e o exercício da sexualidade, deve ser restrito aos grupos considerados igualmente dissidentes. A indagação dirigida por Anderson em seu comentário no *post* de Thays e a afirmação “Eu respeito esse movimento, sei até que há uma igreja específica para o público”, evidencia a conveniência de que estes grupos se mantenham socialmente à margem nas suas expressões de militância e até mesmo na profissão de sua fé.

Anderson em 15/06/2015, às 23:07 comenta:

Você escreveu um texto quase no caminho certo. Realmente a polêmica é tola, mas não quer dizer que devo justificar meus atos apoiando-me no fato de que há pessoas que agem errado. Tem muita gente – mesmo no campo da política partidária – que se importa, verdadeiramente, com as questões sociais que você levantou. Você é ligado ao movimento LGBT? Eu respeito esse movimento, sei até que há uma igreja específica para o público, mas acho que a ideologia de Cristo e seus símbolos não devem ser reduzidas à condição de simples objeto. Abraço, Deus abençoe a todo.

Ao contrário do que se possa imaginar, o desejo de que mulheres trans sejam excluídas do feminismo não é uma exclusividade de pessoas que rejeitam qualquer expressão do movimento. O feminismo radical, por exemplo, tem se consolidado como uma das vozes coletivas que mais se opõe, dentro do feminismo, à inclusão destas mulheres nos debates e

projetos que contemplem as mulheres (no sentido clássico do termo) como grupo socialmente vulnerável. Assim como as variáveis de raça e classe, a orientação sexual e as complexidades oriundas do gênero como alternativa ao sexo reavivam neste debate o caráter flexível das definições de identidades masculinas, femininas ou não adeptas às classificações, tal qual àquelas relativas ao estabelecimento de um possível ponto de equilíbrio capaz de comportar abordagens feministas tão diversas. Lola sinaliza uma esperança no *post* “Excluir mulheres trans do feminismo não é só transfóbico”³², publicado em 05/08/2015, à qual não é compartilhada por muitos dos comentários no *post*, a exemplo do Anônimo reproduzido logo abaixo:

Uma mulher trans tem tanto espaço no meu feminismo quanto qualquer outra mulher. Mas eu sou suspeita para falar, porque no meu feminismo, que eu considero inclusivo, homens também tem espaço. Nunca pensei em fazer um blog só para mulheres.

Muitas (não todas, que eu saiba) feministas radicais pensam que o feminismo deve ser um espaço só para mulheres cis. Elas excluem não só os homens, mas também pessoas trans. Uma mulher trans, para muitas radfems, segue sendo homem porque nasceu com o par de cromossomos XY. Não interessa se esse ser com cromossomo XY se identifica como mulher: para muitas radfems, ela não tem lugar no feminismo dela.

Pois é, feminismos. No plural. Somos um movimento plural. Gostaria que feministas nos centrássemos no que nos une, não no que nos separa. Gostaria que não houvesse ódio entre os feminismos. Mas sei que estou falando de uma posição privilegiada e cômoda de feminismo mainstream, que já é bastante aceito na sociedade. E olha só, se a reação a este feminismo já é tão virulenta, imagina o que os feminismos minoritários não têm que enfrentar...Pior ainda é quando essa virulência vem de nos mesmxxs, feministas.

³² ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2015/08/excluir-mulheres-trans-do-feminismo-nao.html>> Acesso em 29 de janeiro de 2017.

Em 30/07/2015, às 00:51, Anônimo comentou:

As pessoas têm mania de achar que pq somos mulheres, devemos acolher todas as minorias, e isso tá errado. Esse pensamento faz parte da socialização patriarcal que nos ensina a colocar os problemas dos outros acima dos nossos.

Feminismo é para mulheres. Gente que nasce com vagina, que sofre misoginia. Muito homem sai falando por aí que é feminista só pq é gay. Muita gente diz que devemos aceitar mulheres trans, pq “ah mas feminismo que não acolhe as minorias mimimi”.

Isso não existe.

Militamos pelas mulheres. Se a mulher for lesbica ou bissexual, os recortes necessários serão feitos sim.

Mas feminismo é politica, não é bagunca. Já existe o transativismo, já existe o movimento LGBT.

Salientando sua opinião pessoal e a as possíveis limitações que ela teria por ser enunciada por uma pessoa ligada ao feminismo “*mainstream*”, Lola recruta, assim como as autoras do BF, termos como “mulheres cis”, “transfóbico”, “radfems” para especificar os significados atrelados aos grupos sobre os quais ela fala e demarcar conhecimentos sobre o feminismo, tomando sempre o cuidado de não incorrer em generalizações, mesmo ao tratar contextos mais reduzidos, por exemplo, quando fala das feministas radicais: “Muitas (não todas, que eu saiba)...”. Ela também não isenta o feminismo das consequências que sua própria “virulência” provoca nos “feminismos minoritários”.

Já o comentador Anônimo de 00:51 não apresenta essa preocupação, reforçando o direcionamento do feminismo à mulher “que nasce com vagina”, em um comentário multifacetado em termos de sobreposições categóricas. Seu recorte contempla articulações entre sexo, gênero e orientação sexual; problematiza pressupostos considerados óbvios no que diz respeito às maneiras como o feminismo e as mulheres lidam com expectativas de acolhimento social, assim como delineia fronteiras para diferentes tipos de ativismo e o que sejam eles. Contudo, ao atribuir à “socialização patriarcal” os motivos pelos quais as mulheres priorizam os problemas alheios em detrimentos dos seus próprios, Anônimo foge, mesmo que parcialmente, da temida essencialização combatida pelo feminismo.

Termos como socialização, estruturas, sistemas e outros correlatos são frequentes nos textos dos blogs no sentido de frisar o pressuposto feminista amplamente aceito de que não há um embasamento científico e biológico que justifique as vulnerabilidades as quais às mulheres estão sujeitas na sociedade pela condição em si de serem mulheres. Infelizmente, esta é uma concepção que perpassa quase todas as principais ramificações temáticas que o feminismo se propõe a escrutinar e combater, embora suas correlações mais evidentes sejam observadas quando se trata de temas como os direitos reprodutivos, a saúde e o corpo da mulher. Sua centralidade para a teoria e militância feminista tem sido ressignificada desde a segunda onda do feminismo, época em que se politiza a esfera privada, e as discussões sobre métodos contraceptivos e o aborto emergem como vias de libertação para as mulheres do que então era chamado patriarcalismo. De lá pra cá, pautas como violência obstétrica, maternidade compulsória, cultura do estupro e outros relacionados à objetificação do corpo feminino nomearam problemas antes invisibilizados. Mas nenhum deles provoca tantas reações divergentes e mobiliza tantos outros espaços e ideologias externas ao feminismo quanto o aborto. De qualquer maneira, importa que ele também é um dos grandes eixos sobre os quais os discursos dos blogs se debruçam e que mobiliza tanto marcadores inéditos quanto outros já esboçados aqui.

Nos dois trechos abaixo, retirado dos textos “Da necessidade de militar (e do direito de abortar)”³³, de Simone da Silva Ribeiro postado em 17/09/2014, e “Precisamos falar sobre aborto. E sobre discursos midiáticos acerca dele”³⁴, texto de Lola de 19/11/2014, são fontes profícuas destes discursos, respectivamente:

Em que pese às opiniões pessoais: “*eu pessoalmente, sou contra o aborto, nunca faria*”, ou “*apesar da minha religião condenar, eu sou a favor do aborto*”, é chegada a hora de encarmos o aborto de forma mais ampla. É necessário o trabalho por uma mudança legislativa. [...]. É preciso que o debate do aborto esteja na ordem do

³³ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/09/da-necessidade-de-militar-e-do-direito-de-abortar/>> Acesso em 03 de fevereiro de 2017.

³⁴ ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <<http://escrevalolaescrava.blogspot.com.br/2014/11/precisamos-falar-sobre-aborto-e-sobre.html>> Acesso em 25 de fevereiro de 2017.

dia. Para isso, vale debater e militar para o convencimento de estruturas mais amplas, de forma que consensos sobre a saúde das brasileiras, seus corpos e suas vidas não sejam somente o objeto de escrutínio e interesses moralistas de diferentes classes (política, religiosa, médica).

Mesmo assim, o jornalismo continua trabalhando na lógica punitivista e de encarceramento que opera nas polícias, ao invés e se propor a ser um instrumento de reflexão e análise da situação no país. Em uma rápida pesquisa no Google ao se procurar apenas por notícias, a maior parte delas são de desmantelamento de “quadrilhas” de aborto, relatos policiais casuais sobre o fechamento de clínicas clandestinas [...].

Em ambos fica clara a dificuldade de se tratar do aborto a partir de abordagens que ignorem juízos de valores pessoais e institucionais, dando a figura da mulher e a sua saúde a centralidade que mereceriam. A exortação de Simone pelas orações: “é chegada a hora de encararmos o aborto de forma mais ampla” e “é preciso que o embate esteja na ordem do dia”, ainda que não especifique quem seria o sujeito do verbo “encaramos”, pressupõe o feminismo como depositário destas expectativas somente pelo fato de que suas reflexões foram elaboradas para uma plataforma feminista. Ao feminismo também fica delegado, implicitamente, a tarefa de “convencimento de estruturas mais amplas” em classes como a política, a religiosa e a médica, exemplos não aleatórios das principais arenas externas ao feminismo que disputam entre si o que Simone chama de “consensos” sobre o tema.

Já Lola desloca as reflexões sobre o aborto para a dimensão de criminalização sempre atrelada à prática, e enfatiza também o apagamento da figura da mulher, em detrimento do feto ou do bebê que gesta, como principal sujeito das discussões sobre o aborto, em um movimento contrário àquele observado nas discussões sobre a legitimidade da categoria mulher no feminismo.

Ainda que as duas postagens sugiram uma homogeneidade de pensamento, os comentários na postagem de Lola, abaixo reproduzidos, são sintomáticos das divergências sobre o tema e dos marcadores recorrentes desta.

Em 19/11/2014, às 20:35, Anônimo comentou:

Eu sou contra o aborto mas defendo a liberdade da mulher quanto a decisão do aborto. Acho que isso

é um crime contra a vida, no entanto, se para Deus é pecado ou não, isso é entre Ele e a mulher. O mundo é repleto de ideologias e crenças que apoiam ou não o aborto, cabe a mulher escolher o que ela acha que é melhor para ela, ninguém mais é responsável pelas consequências disso se não a própria. E qual a única vítima?

Em 20/11/2014, às 09:54, Anônimo comentou:

Deixa eu ver se entendi a lógica feminista;
Até a decima segunda semana – monte de células insignificante. Na decima segunda semana e um dia, vem uma fada madrinha, com uma varinha mágica e PÁ, vida!

As referências à liberdade e a autonomia da mulher e o reconhecimento dela como vítima da situação, mesmo em um posicionamento contrário a prática do aborto, ressaltam marcadores bastante recorrentes neste tipo de defesa, bem como a referência a Deus mostra como, especialmente quando se fala de aborto, inclinações religiosas são mais recrutadas nestas reflexões. Isso se explica em grande parte pelos debates em torno da delimitação do início da vida travados a partir dos embates sobre a descriminalização e a legalização do aborto no Brasil. Os desdobramentos dessas tensões são explicitados por Lola no *post* “Como fazer um aborto legal”³⁵, publicado em 08/07/2013

Há uma ameaça no ar. Uma ameaça pesada que atende pelo nome de Estatuto do Nasciturno, que pouca gente conhece. O projeto de lei foi proposto em 2005, e arquivado dois anos depois. Mas há um projeto semelhante, o PL 478/2007, prestes a ser votado. A ideia é a mesma: considerar um embrião uma pessoa já nascida, digna de todos os direitos jurídicos. E criminalizar ainda mais a mulher que aborta.

Os privilégios gozados pelo embrião quando considerado “uma pessoa já nascida, digna de todos os direitos jurídicos” pontuam novamente o deslocamento da mulher e da vida como direito, mas são nos diálogos travados entre o autor Anônimo do comentário das 11:52 e Lola

³⁵ ESCREVA LOLA ESCREVA. Disponível em: <<http://escrevalolaescrava.blogspot.com.br/2013/07/como-fazer-um-aborto-legal.html>> Acesso em 29 de janeiro de 2017.

que a adoção de termos irônicos e o jogo de palavras rouba a cena no que pode ser considerado representativo de certos estereótipos delegados a homens e mulheres neste contexto de discussão:

Em 08/07/2013, às 11:52, Anônimo comentou:

Abortistas farão a festa, é só dizer q foi violentada q pode abortar, já q só a palavra basta, sem prova nenhuma.

Em 08/07/2013, às 11:52, Lola Aronovich replicou:

Pois é, né, mascu anônimo...”Fazer a festa” é realmente a primeira coisa que passa na cabeça da mulher ao estar grávida sem o desejar.

E onde já se viu a palavra da mulher bastar pra alguma coisa?! Logo MULHER, argh, esse bicho traiçoeiro, mentiroso!

E ainda por cima ela vai inventar que foi estuprada, porque a gente sabe que estupro nem existe mesmo!

Sem falar que é super fácil realizar um aborto legal!

É só ir a um dos 65 hospitais que a gente nem sabe quais são!

A vida das “abortistas” (quem são abortistas? Mulher que abortou uma vez? Mulher que apoia a legalização do aborto? Homem que pede pra companhia abortar?) está feita mesmo!

O termo “abortistas” se tornou uma referência pejorativa as mulheres que praticaram e ou defendem a descriminalização e ou a legalização do aborto, enquanto o termo “mascus”, abreviação de “masculinistas”, é uma designação tomada de empréstimo por Lola para designar homens que combatem o feminismo de maneira agressiva, organizada e direcionada principalmente através da rede.

Em “O Masculinismo como ele é”, texto de Lola publicado em 10/05/2012:

Mas não. O que fazem os mascus? Inventam que o patriarcado acabou, e que agora vivemos num matriarcado (ou, como dizem alguns mais graciosamente, numa “sociedade b*cetista”). Negam que mulheres, gays, negros, sejam grupos historicamente discriminados. Juram que a verdadeira vítima hoje em dia é o homem branco e hétero. E elegem as feministas como suas inimigas número 1. Ou as mulheres (eles consideram que

toda mulher é feminista) [...]. Uma das centenas de diferenças entre feministas e masculinistas é de cunho ideológico. Enquanto feministas somos em grande parte de esquerda e lutamos para transformar o mundo, 99% dos masculinistas são de (extrema) direita. E não querem mudar o mundo — querem voltar atrás. Querem voltar à década de 1950, quando eles não competiam com as mulheres (que, segundo eles, não trabalhavam fora. Mulheres pobres sempre trabalharam fora, mas para mascus, pobres não existem), quando eram os únicos provedores da casa, quando as mulheres “prestavam”, quando não existia essa porcaria de divórcio, que, junto com o feminismo, chegou para destruir as famílias de bem.

Outra diferença é que nós feministas temos orgulho de lutar pelas nossas causas. A maior parte de nós têm nome e rosto. Já os mascus... Como levar a sério um movimento que se esconde por trás de pseudônimos como Arlindão Viril, Puscifer Casey, Enigmático e Realístico, Barão Kageyama e Lobo Sagrado? Não é só no Brasil que eles usam nomes fake ou são anônimos. Nos outros países também.

Em 10/05/2012, às 11:25, Abobrinho comentou:

O que está ocorrendo aqui é típico: Para desautorizar todo o movimento escolhe-se a dedo a quem criticar e aponta-se para o extremista como se fosse um tipo de porta voz

Um cara que incentiva o estupro não é masculinista, um cara que agride a esposa não é masculinista, um tarado de metrô não é masculinista. Como eu disse, tem mais homens no mundo do que nessa caixa de comentários, mas se tem gente aí que prefere viver numa redoma a enxergar o mundo todo, paciência...

A extensa descrição de Lola demarca os mascus como uma das categorias discursivas mais famosas de seu blog, e que opera como a personificação da antítese do feminismo. Sua fala aponta na perspectiva de demarcação em comunidades operada pelos muitos marcadores feministas dos discursivos aqui descritos, embora apresente a particularidade de ser expresso linguisticamente por uma categoria, um nome dado, reconhecível aos leitores frequentes de seu blog como

referência à sujeitos pré-estabelecidos. Neste sentido, a linguagem atua é o elemento unificador do grupo, responsável pela sua coesão. Toda linguagem veiculada por um grupo obedece a lógica paradoxal na qual, ao mesmo tempo em que o agente detentor do poder de enunciação é legitimado por seu grupo, o processo que ele leva a cabo de nomear, fazer crer, exteriorizar as disposições verbais e as experiências sociais é responsável pela produção dos fundamentos coletivos que sustentam o grupo e permitem ao agente enunciatador de firmar como uma autoridade perante eles (BOURDIEU, 1988).

No entanto, essa legitimação não pode ser tomada apenas pelas propriedades linguísticas dos discursos, mas devem considerar seus agentes enunciatadores como decisivos neste processo. Assim sendo, as reflexões aqui propostas seriam carentes de seus sentidos mais relevantes se não se detivessem às autoras feministas do *Escreva Lola Escreva* e do *Blogueiras Feministas* em suas especificidades mais nominalmente explícitas e menos aparentes simbolicamente: elas são autoras, e autoras *feministas*.

5 O QUE BLOGAR QUER DIZER: A AUTORIA FEMINISTA E O RECONHECIMENTO DE SEUS MARCADORES

Até aqui, a análise dos marcadores presentes nos discursos do *Escreva Lola Escreva* e do *Blogueiras Feministas* nos mostrou como eles se tornam condicionantes sociais capazes de outorgar a estes discursos a alcunha de feministas, a despeito das discrepâncias e conflitos que eles apresentem quando mobilizados pelas autoras e por aqueles que interagem com suas produções no âmbito desses *blogs*. Contudo, a conclusão de que sejam os responsáveis por conferir esse valor social às narrativas não é suficiente para esgotar, e tão pouco é esta a nossa pretensão, os problemas sociológicos que se apresentam nas operações nelas engendradas, embora um deles tenha se mostrado central a partir das articulações teóricas propostas neste trabalho: a questão da autoria individual e da autoria coletiva subjacente às operacionalizações discursivas dos *blogs*.

A própria operação da escrita denota um esforço talvez menos aparente, a saber, o de autoria, mas não de qualquer ordem: nos casos aqui explanados, ela deve ser feminista, independentemente das percepções que este adjetivo possa ter para outras pessoas. Por isso o esforço na utilização de certos marcadores em determinados temas, porque eles sugerem maneiras como estas mulheres podem pensar e construir esse “lugar de autoria feminista”, além de indicarem traços condicionadores de algumas formas de pertencimento, reconhecidas ou não, pelas comunidades feministas imaginadas que se formam no âmbito dos *blogs*.

Todos esses elementos comprovadores, excludentes e pressupostos dos feminismos estão presentes, entre outros contextos, nas estruturas de linguagem próprias das postagens dos *blogs*, o que nos permitem encontrar os nexos existentes entre a experiência, a narrativa e a autoria feministas. Contudo, tanto do ponto de vista metodológico quanto sociológico, esta não é uma tarefa simples, porque corre-se o risco da análise resvalar na mera exposição dos reflexos mais facilmente visíveis a partir das avaliações que o sociólogo tende a fazer entre a obra literária e seu condicionamento social, para nos utilizarmos dos termos de Antônio Cândido quando o autor, em *Literatura e Sociedade* (2006), critica nossa tendência de priorizar certos elementos em detrimento de outros. Para ele, a compreensão de qualquer obra não pode dissociar os fatores externos condicionantes do texto de suas estruturas virtualmente independentes, de modo que, se bem-sucedidos nesta empreitada interpretativa, o que é considerado externo à obra ou da ordem do social importará não como causa ou significado, mas “como elemento que desempenha um certo

papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CÂNDIDO, 2006, p. 13). Por essa razão, apontar certas dimensões sociais evidentes não basta para definir o caráter sociológico de um estudo, porque isso apenas apontaria os reflexos externos, sem que a dinâmica interna das relações estabelecidas em determinados espaços fosse decifrada.

Entretanto, as contribuições metodológicas de Cândido são limitadas na medida em que sua crítica à Sociologia é dirigida no sentido de demarcar a importância de sua não centralidade quando recrutada na crítica literária, objetivo bastante divergente do nosso. Para ele (2006), a dimensão social deve ser apenas um dos vários elementos que interferem na economia da produção literária, embora reconheça que, considerados os componentes como sendo partes estruturantes da obra, nada impede que cada crítico e, no caso, cada socióloga, ressalte seus elementos de preferência e os mais cabíveis a cada processo interpretativo. Nesse sentido, objetivamos ponderar essas três dimensões mobilizadas nos discursos feministas das blogueiras – a identidade, a narrativa e a autoria feministas – no intuito de deslindar, ao menos em parte, os nexos e significados implícitos presentes tanto no ato de suas escritas quanto nas formas que elas tomam. Por essa razão, interessa-nos compreender não apenas as variedades e o desenvolvimento dos discursos feministas ao longo de determinado período no espaço dos *blogs*, mas também como as mulheres conciliam suas identidades com a elaboração destes, uma vez que é nelas que reside a subjetividade necessária para sua compreensão, de acordo com a perspectiva metodológica de Erich Auerbach (1958), tal como explicada por Leopoldo Waizbort (2004, p. 62): “Compreender a obra significa ser capaz de captar essa tensão de forças que se configura entre uma subjetividade e a objetividade do mundo na qual ela existe e que em alguma medida também a modela”. No projeto de Auerbach para explicitar o nexo entre as estruturas de linguagem e as formas de dominação social, o indivíduo vive vinculado à sua história e existe em sua unidade e completude, de modo que a obra literária por ele composta também obedece a lógica de dependência para com o contexto social em que é produzida e seus efeitos naqueles que dentro dela a produzem. Assim, a constituição de categorias sociais que a produção literária demanda implica, além das dimensões histórica e social, um complexo processo identitário que se funda na relação de mútua interdependência entre o escritor e o público. A importância da categoria público, eminentemente sociológica, desempenha um papel determinante na produção literária e pode ser entendida a partir da formação de um público específico que se caracteriza pelo que Waizbort (2004) chama de

“semântica histórica”, que define não só os contornos da obra literária, mas traços importantes da camada social que a consome. Ainda sobre o papel que a historicidade desempenha na compreensão das variadas dimensões da obra literária, o autor enfatiza:

Se, por um lado, o conhecimento histórico precisa estar atento aos critérios, às concepções e às categorias do próprio momento histórico que pretende compreender, para não lhe impor categorias exógenas, por outro lado o intérprete também está atado a uma historicidade particular, sua situação concreta de vida. (AUERBACH, 1958, p. 14-15 apud WAIBORT, 2004, p. 81).

Ainda que tais reflexões se deem no âmbito de uma cultura de produção e consumo literário específico, servem-nos para refletir sobre como um fenômeno social que parte de uma situação histórica de diferenciação e estruturação complexa é decisivo na caracterização de um tipo de literatura e da formação de um público, dando vez a uma espécie de “democratização” da cultura a partir da transformação da língua literária. Essa necessidade de adequação histórica nos impele à retomada da importância que a especificidade das novas tecnologias de informação e comunicação conferem às produções textuais gestadas na nova ordem do texto eletrônico. Segundo Chartier (2003), além de romper com o binômio materialidade e obra, ela nos coloca o desafio de repensar a equivalência da ordem dos discursos e da ordem dos objetos, modificadas a partir da redefinição e do deslocamento de categorias estéticas, jurídicas e administrativas nesse novo modo de produção textual. Primeiro, porque não existe o quase monopólio de apenas um objeto que porta os textos, no caso o computador; segundo, porque a textualidade eletrônica permite que o leitor intervenha diretamente no texto, “deslocando-o, fragmentando-o, reescrevendo-o ao se sobrepor a sua primeira literalidade” (p.86). Portanto, a fim de que não se negligencie a historicidade das obras, Chartier considera que qualquer perspectiva intelectual interessada nestas novas configurações deve contemplar tanto aspectos textuais em termos de estrutura, semântica e significação teórica quanto a análise das formas nas quais eles se inscrevem e como diferentes leitores e comunidades de leitores se apropriam dos sentidos possíveis expressos nestas construções.

As considerações do autor, a princípio centradas na composição literária entendida como texto estético, reflexão filosófica ou obra de ficção, podem parecer inadequadas aos objetos aqui analisados, mas

Chartier (2003) não se furta a reconhecer que as transformações advindas dos novos suportes de leitura operaram transformações também em seus leitores e na percepção do caráter das produções literárias. Por isso, ele chama a atenção para o fato de que a desmaterialização das obras não é suficiente para explicar a emergência da autoria como critério de validação da obra. É importante ressaltar que Chartier não está se referindo aqui, quando mobiliza o termo desmaterialização, ao surgimento dos novos suportes de leitura eletrônicos da contemporaneidade, mas à perspectiva de análise que escolhe considerar a obra desvinculada da forma material na qual ela é expressa.

A particularidade representada pelos *blogs* como canal de comunicação estabelece uma das primeiras condições sociais para que os discursos proferidos tanto no *Escreva Lola Escreva* quanto no *Blogueiras Feministas* sejam reconhecidos como feministas: eles são espaços que permitem às mulheres que escrevem seu material o exercício de sua própria autoria, já que podem controlar, censurar e decidir suas pautas e quem será ou não responsável por elas. Essa possibilidade é uma consequência não só do direito de propriedade que quem administra ou escreve no *blog* têm sobre ele, mas também do fato de que a estrutura de poder neste contexto é diferente. No caso do *Escreva Lola Escreva*, essa estrutura depende exclusivamente de Lola, enquanto no *Blogueiras Feministas* ela está difusa, submetida a uma série de agentes, como aludem as regras de envio para a publicação de textos neste mesmo *blog*:

Se quiser apenas publicar em nosso *blog*, envie um texto inédito junto com uma mini biografia (no máximo 3 linhas) para o endereço: asblogueirasfeministas@gmail.com

- O texto deve ter ligação com o tema feminismo;
 - Se o texto tiver citações ou dados estatísticos, tudo tem que estar referenciado;
 - O texto passará pela avaliação de um grupo de pessoas que fazem parte da administração do *blog*, que decidirá pela publicação ou não;
 - Textos muito curtos ou que fujam do formato que costumamos publicar (como depoimentos e desabafos), talvez sejam publicados em nossa [página do Facebook](#) ou em nosso [Tumblr](#).
- (COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS, [201-]).

No *Escreva Lola Escreva*, Lola³⁶ é a responsável pela autoria da maioria dos posts publicados no blog, e, no caso dos chamados *guest posts*, quem avalia e decide quais textos serão publicados, bem como sua periodicidade. Sobre estes últimos e a interação com seu público, Lola afirma em um post de 23/08/2013:

Também descreveria meu blog como uma excelente caixa de comentários. Quase todo post gera um debate imenso, é quase um fórum, com pessoas muito inteligentes comentando. Considero meu blog privilegiado em matéria dxs comentaristas que atraí. E também atraí gente ótima interessada em compartilhar suas histórias, suas experiências, suas visões, suas especialidades, sobre diversos assuntos. São os *guest posts*. Publico dois *guest posts* por semana. Eles ampliam muito o alcance do blog, porque nessas horas deixa de ser apenas a minha visão e o meu conhecimento. É gratificante. Já publiquei 235 *guest posts* nesses cinco anos de blog, e sei que meu blog não seria o mesmo sem eles. [*Vocês devem ter notado que hoje publico cerca de quatro guest posts por semana*]. Os primeiros dois ou três anos do meu blog foram uma total calma em matéria de trolls. Hoje é ridículo e, desde junho deste ano passei a moderar os comentários, porque não dava mais. Tinha muita ofensa, muito comentário repetido de propósito, muito lixo. (ARONOVICH, 2013).

Ainda que ambos os *blogs* sujeitem suas publicações de autoria externa a critérios e revisões, é flagrante que no *Blogueiras Feministas* não há espaço para o dissenso, no sentido de que seus textos, mesmo guardando entre si e entre suas autoras diferenças no que tange à sua abordagem, devem estar sempre alinhados à autoridade representada “pela avaliação de um grupo de pessoas que fazem parte da administração do blog” (COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS, [201-a]). Além disso, a ênfase no tipo de formato do texto a ser enviado demarca indiretamente o esforço que suas autoras fazem para desvincular a autoria

³⁶ Prof.^a Dr.^a Lola Aronovich, Doutora em Literatura Inglesa pela UFSC. Adotaremos a informalidade do tratamento pelo prenome para manter a espontaneidade da linguagem utilizada no *blog*.

dos enunciados ligados a ela, conferindo maior importância à coletividade subjacente aos textos encontrados no *blog*.

Adotando uma postura bastante diferente, a fala de Lola ressalta não somente o caráter mais interativo do *Escreva Lola Escreva*, mas também a dupla funcionalidade que os *guest posts* desempenham nele. Ao dizer que “Eles ampliam muito o alcance do blog, porque nessas horas deixa de ser apenas a minha visão e o meu conhecimento” (ARONOVICH, 2013), Lola não imputa ao seu público quaisquer identidades desejáveis, mesmo deixando clara a sua. Entretanto, isso não significa que ela não disponha da autoridade que sua posição como dona do *blog* lhe confere, ratificando desse modo que seu espaço, assim como o *Blogueiras Feministas*, engendra relações de poder nas quais autores e público se encontram em posições bastante desiguais.

No entanto, as manifestações de poder observadas nestas esferas passam por um crivo maior, representado pelo próprio movimento feminista, considerado aqui, para além de um discurso, uma estrutura de poder para a qual o discurso desatrelado não faz sentido, tornando-se mera apropriação individual. Essa análise é necessária para que não se recaia na tentação essencializante do próprio feminismo, uma vez que a identidade atrelada a ele, que as autoras reclamam tanto para si quanto para seus *blogs*, pressupõe a utilização de marcadores feministas em seus textos e até mesmo na própria apresentação visual dos *blogs*. Por exemplo, é interessante notar que a nomeação do *blog* com o nome próprio da blogueira, ou com alguma referência direta a ela, expressa uma concepção de identidade que muitas vezes compreende *blog* e blogueiro como uma pessoa só. Em sua maioria, o *Escreva Lola Escreva* é referido apenas como o “blog da Lola”, numa correlação quase automática, na qual é impossível dissociar discurso e pessoa. A nomeação do *blog* se configura como a primeira estratégia do blogueiro em comunicar, utilizando poucas palavras, os aspectos que identificam o *blog* e o singularizam, talvez situando-o em alguma categoria e contexto em que seja possível identificar os propósitos e o posicionamento do *blog*. No caso do ELE, devemos nos recordar de que sua criação não contemplava qualquer intuito de tangenciar temas especificamente feministas, mas sim discorrer sobre os interesses cinematográficos de sua autora. A nomeação e o leiaute com uma foto de Lola, bem como a frequente exposição de sua vida e imagem no *blog*, exprimem bem sua intenção de uma marca autorial. Já o *Blogueiras Feministas* sublinha, sem rodeios, sua identidade: estamos diante de um conteúdo feminista, a princípio escrito por mulheres, cujos nomes próprios são secundários diante do que elas têm a dizer.

Figura 3 – Exemplo de *post* assinado por uma autora em nome de um coletivo ou organização



FemMaterna
25/01/2013
Comportamento e
Relacionamentos
infância, maternidade

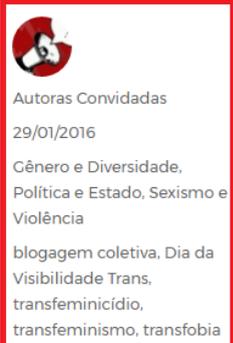


Texto de Ludmila Pizarro.

Nos corredores dos shoppings elas correm com de cada dia mais novas, com esvoaçantes fantasias d roupa, tiaras, bolsas, toalhas, mochilas, maquiage o figurino que em sua infinita enumeração de iter um fenômeno social, a princesa-mania tal qual já

Fonte: Pizarro (2013).

Figura 4 – Exemplo de *post* assinado por uma autora convidada (leia-se: cujo texto deve ser submetido à avaliação).



Autoras Convidadas
29/01/2016
Gênero e Diversidade,
Política e Estado, Sexismo e
Violência
blogagem coletiva, Dia da
Visibilidade Trans,
transfeminicídio,
transfeminismo, transfobia

Texto de Sophia Starosta para as Blogueiras Feministas.

A visibilidade trans está em situação emergencial. da comunidade trans pode ser recente, mas esta ar vida de mulheres trans e travestis está acentuadame 2016. Com apenas 19 dias de 2016, mais de 50 mull foram assassinadas. Pense nesse número: quase trê dia, apesar da população relativamente pequena. Ao a sociedade por um lado se volta para as questõ visível esta população também torna visível o núme

Fonte: Starosta (2016).

Figura 5 – Exemplo de *post* assinado coletivamente, em nome da equipe fixa do Blogueiras Feministas



Blogueiras Feministas
25/01/2012
Gênero e Diversidade
blogagem coletiva,
campanha, internet, saúde,
transexualidade
17 comentários

Dia 29 de janeiro é Dia da Visibilidade Trans.

Em 29 de janeiro de 2004, ativistas transexuais Congresso Nacional, do lançamento da primeir transfobia no país. A campanha “Travesti e Re DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da S campanha nacional idealizada e pensada por at promoção do respeito e da cidadania. O Dia da objetivo de ressaltar a importância da diversida

Fonte: Coletivo Blogueiras Feministas (2012).

Figura 6 – Exemplo de *post* alocado na *tag* “Living La Vida Lola” do *blog* *Escreva Lola Escreva*, destinada a *posts* mais íntimos de Lola

DOMINGO, 5 DE MARÇO DE 2017

AMOR A BUENOS AIRES



Como já falei muitas vezes, nasci em Buenos Aires, mas vim pro Brasil cedo, com menos de quatro anos de idade.

Sou naturalizada brasileira, moro aqui há 45 anos, e não tenho mais laços familiares na Argentina há varias décadas. No entanto, sempre que visito aquela cidade magnífica eu me lembro do meu amado papi, portenho



Meu papi e eu, década de 70

Fonte: Aronovich (2017).

Essa variável autoral representa outro importante eixo em torno do qual nossas análises orbitam: o problema da voz autoral e coletiva, dicotomia responsável pelas duas maneiras bem distintas de mobilizar os marcadores dos discursos feministas adotados pelo *Escreva Lola Escreva* e pelo *Blogueiras Feministas*. Embora os *blogs* apresentem a questão central da autoria, no sentido de que buscam legitimar uma voz feminista a partir destes marcadores, mobilizados de diferentes maneiras, a

singularidade que a autoria única do *Escreva Lola Escreva* confere ao *blog* ressalta a importância que a função da autoria tem para ele, ao passo que o caráter coletivo do *Blogueiras Feministas* opera na chave de uma voz coletiva. Ainda que neste último a maioria dos textos seja escrita em primeira pessoa e referenciado com o nome de suas autoras, seguido de uma breve descrição sobre elas, predomina o tom de que esta autoria tem um caráter simbólico, cuja subordinação à missão maior de difundir o feminismo por meio da coletividade pode ser observada através de alguns elementos de ordem figurativa e textual. À parte as questões relativas ao leiaute dos blogs e de como estes exprimem algumas das pretensões autorais de Lola e das autoras do *Blogueiras Feministas*, essas marcas distintivas estão presentes principalmente na estrutura dos textos publicados.

O marcante tom pessoal de Lola Aronovich é evidenciado desde a sua apresentação no *blog*, em uma breve descrição em destaque à direita da tela:

Sou professora da UFC, doutora em Literatura em Língua Inglesa pela UFSC, e, na definição de um troll, ingrata com o patriarcado. Nesse bloguinho não acadêmico falo de feminismo, cinema, literatura, política, mídia, bichinhos de estimação, maridão, combate a preconceitos, chocolate e o que mais me der na telha. Apareça sempre e sinta-se em casa. (ARONOVICH, [201-]).

O uso da linguagem pouco formal e o desenvolvimento da narrativa sempre na primeira pessoa do singular convence o leitor de que o conteúdo lido no *blog* é, na maioria das vezes, a expressão de uma opinião particular, na medida em que os enunciados observados no *blog* exprimem o ponto de vista de uma única pessoa, como por exemplo nas falas: "Acho que quando a gente se torna mais consciente, se torna também um ser humano melhor. Fico toda boba que eu posso ter participado um pouquinho do autodescobrimento de alguém! Obrigada Maria Ângela, que permitiu que eu publicasse o e-mail com seu nome[...]" ou em "Faz muitos anos que não uso salto e nem tenho mais sapato alto. Mas sei que todas as vezes que usei salto alto em algum evento com pessoas conhecidas, sem exceção, fui elogiada por estar usando salto alto.", e por fim "Sou ameaçada por ter um blog feminista. Só isso. Tipo: qual foi seu crime pra ter sido jurada de morte por um bando de misóginos? Ter um blog feminista."

Ainda no que tange ao estilo das linguagens de cada *blog* abordado, de modo distinto dos textos publicados no *Escreva Lola Escreva*, o *Blogueiras Feministas* reflete opiniões coletivas na maioria das suas postagens, cujas narrativas são mais objetivas e diretas. Também é notável a impessoalidade dessas publicações, caracterizada pela utilização dos verbos na terceira pessoa do singular e na primeira pessoa do plural, elementos observáveis em: "A rede social de benefícios existente atualmente ajuda a mulher, mas ajuda porque socialmente aceitamos que é a mãe a principal responsável pela criança, logo ela precisa desse apoio pra poder dar conta de outras coisas."; "Pesquisas revelam que as mulheres vivem mais que os homens porque cuidam melhor da saúde, fazem mais consultas e exames preventivos. Porém, a atenção à saúde da mulher, na história das políticas de saúde no Brasil e no mundo, tem sido reduzida, em grande parte, aos parâmetros da atenção materno-infantil e, mesmo assim, frequentemente, relegada a segundo plano" e "No dia 07 de agosto, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, completa 5 anos. Para marcamos essa data de luta pelo fim da violência contra a mulher, convidamos você a participar da Blogagem Coletiva – Lei Maria da Penha no dia 08 de agosto."

Enquanto Lola tenta se impor como autora, ao mesmo tempo que toma o cuidado de demarcar em seu discurso certos marcadores feministas, as autoras do BF suprimem estas marcas autorais em prol da ênfase numa agenda feminista vocalizada por meio de construções textuais que muito se assemelham àquelas dos textos jornalísticos, ainda que mantidos certos marcadores discursivos feministas, como mostra o post "Vandalize o discurso de ódio nas eleições", publicado no *Blogueiras Feministas* em 30/09/2014 e assinado pelas coordenações deste e do *blog Biscate Social Club*³⁷

No último domingo (28/09), foi realizado um debate ao vivo entre os principais candidatos à presidência do Brasil, transmitido pela Rede Record. Ao longo do debate, o candidato Levy Fidelix (PRTB) proferiu diversas ideias preconceituosas. Em relação a usuários de drogas, disse que: "o País tem mais de 1 milhão de drogados apenas nas grandes capitais. Esse pessoal todo não trabalha, não produz nada, além

³⁷ Disponível em: <<http://biscatesocialclub.com.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

de serem, honestamente, peso para qualquer governo". Em outro momento, ao elaborar uma pergunta ao candidato Pastor Everaldo (PSC)[Partido Social Cristão], ofendeu presidentes da América do Sul dizendo que "*Evo Morales vai trazer mais cocaína pra cá*", além de chamar Cristina Kirchner de louca.

[...]

O discurso de ódio será vandalizado

O discurso de Levy Fidelix é homofóbico e também carrega muitos outros discursos de ódio. Porém, é preciso lembrar que não devemos desumanizar Levy Fidelix, como ele faz quando se refere a gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans*. Esse discurso não é coisa de um monstro horroroso que mora em um lugar distante, ou de apenas um candidato nanico isolado. Não. Esses discursos estão no cotidiano dos corpos marginalizados. (COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS; COLETIVO BISCATE SOCIAL CLUB, 2004, destaques no original).

Essa semelhança não é fruto do acaso se lembramos que o texto jornalístico também é permeado pelas tensões entre autorias individuais e coletivas a partir do apagamento da autoria de textos noticiosos, bem como a Literatura (BERGAMO, 2014; LEAL, 2008). Por essas e outras razões, a construção da figura do autor tem sido objeto de estudo dos mais variados campos do conhecimento. A construção pública do autor tangencia, quase sempre, a dicotomia estabelecida entre a necessidade de desindividualização do autor e o desejo deste de deixar sua marca autoral. Ao mesmo tempo que ele não pode escapar do domínio da função autor, uma vez que esta rege o gênero em que sua produção se inscreve, é latente a intenção de permitir que a subjetividade do eu se manifeste em sua obra, ignorando assim as tradições e convenções sociais e o poder impositivo da linguagem naquilo que escreve. É importante ressaltar que isso não significa a total passividade do autor diante da sua produção e do seu público, mas que suas disposições criativas não estão imunes às exigências sociais que permeiam as operações de escrita e determinam quais delas são ou não válidas, razão pela qual, durante muito tempo, a própria definição de autoria foi questionada.

No que concerne à questão da autoria, as considerações de Roger Chartier (2012) são profícuas, na medida em que sua retomada do interesse voltado às operações e interpretações de leitura, às formas de

inscrição e transmissão dos textos e às ordens e condicionamentos que influenciam a composição e circulação das obras justifica-se pelo fato de que elas são esforços necessários para que, na análise dos discursos e marcadores feministas presentes nos *blogs*, tanto a dimensão conceitual que compete à compreensão da escrita como operação cultural atrelada, invariavelmente, à autoria como pressuposto, quanto o papel que a materialidade desempenha nas operações e recepções dessa escrita sejam contempladas.

Em conferência proferida no ano 2000, Roger Chartier (2012) debate as teses que Michael Foucault (2006) apresentou na conferência de mesmo nome que proferiu em 1969 em Paris para a Sociedade Francesa de Filosofia. Nela, Foucault pondera sobre os dispositivos que legitimaram, em determinados contextos históricos, a atribuição da alcunha de autor aos indivíduos que produziram obras. Chartier propõe uma revisão das origens da figura do autor e dos dispositivos históricos e culturais que o promoveram, analisando, para tanto, as diferentes percepções que a figura do autor e da obra tiveram a partir do século XVI.

Para Foucault (2006), a função autor é a atribuição, a partir de mecanismos condicionados historicamente, de um nome próprio, particular e intransferível a certas textualidades, com ênfase na especificidade do “certas”, pois ela não é atemporal ou universal. Chartier (2012), por sua vez, propõe-se a analisar a função autor a partir da atribuição a obras consideradas vulgares de características antes atribuídas somente às obras de autoridade, considerando-a como uma função variável e complexa do discurso, sobre a qual a individualidade da pessoa do autor não desempenha um papel decisivo. Desse modo, Chartier desloca a incumbência do autor da pessoa deste para os discursos que ele enuncia, bem como para as particularidades que condicionam sua composição, circulação, recepção e sucesso.

Com isso, o autor não pretende descartar a importância que a dimensão particular do autor tem na designação da autoria, mas frisar que ela é um processo multifacetado, no qual estão amalgamadas duas grandes operações. A primeira, que diz respeito aos enunciados do discurso, é caracterizada pelo que Foucault (2006) e Chartier (2012) chamam de seleção e triagem desses enunciados atribuíveis à função autor, no sentido de especificar quais caberiam a ela. A segunda operação diz respeito à construção da figura do autor, através da importância investida em seu nome, para que ele se adeque, na qualidade de portavoz, a estes enunciados.

Esta operação com vistas à construção da figura do autor pressupõe que tanto ele quanto os discursos que enuncia apresentem coerência. Para

tanto, é imperativo que entre todos os traços e variáveis que compõe sua existência individual, sejam selecionados apenas aqueles apropriados à sua função e à sua produção. Nas palavras de Chartier:

Essa “função autor” marcada pelo nome próprio é, de início, uma função de classificação dos discursos que permite as exclusões ou as inclusões em um corpus, atribuível à uma identidade única. Ela é, nesse sentido, fundadora da própria noção de obra e caracteriza certo modo de existência em comum de alguns discursos que são atribuídos a um único lugar de expressão e, por isso, ela própria é a responsável pela noção de escrita. (2012, p. 29).

É por isso que, a despeito das disputas travadas em torno de sua legitimidade ou não, os marcadores feministas estão presentes em ambos os *blogs* como os responsáveis pela constituição de um *corpus* capaz de representar, seja na figura de uma só autora ou na confluência de várias, uma identidade feminista, expressa, neste caso, pela equivalência à obra que seus escritos representam. Estes marcadores delimitam também o senso de comunidade que se instaura nos *blogs* e dotam as relações e postagens nele estabelecidas do senso de pertencimento partilhado por suas autoras e pelo público ali engajado. Tanto Lola quanto a equipe do *Blogueiras Feministas* reconhecem os sentidos aglutinadores que os conteúdos veiculados em seus blogs tem sobre seu público, os quais funcionam de maneira análoga ao papel de coesão grupal desempenhado pela escrita, ao qual Benedict Anderson (2008) aludia em suas concepções sobre as comunidades imaginadas. Nas palavras de Lola no mesmo *post* de 23/08/2013 e da equipe do BF no *post Textos + Lidos de 2013*, do dia 30/12/2013, respectivamente:

Então cria-se uma comunidade de gente idealista como eu, gente que luta pra combater preconceitos, que quer ter voz, que quer mudar o mundo. E não sei se é porque escrevo todo dia em primeira pessoa, e por ser sempre muito sincera, mas cria-se um vínculo. E aí muitas dessas pessoas vêm as minhas palestras, quando eu vou à cidade delas, e várias vem falar comigo depois da palestra. E algumas até trazem chocolate pra me presentear. Então talvez o propósito subconsciente do blog seja esse: ganhar chocolate. (ARONOVICH, 2013).
Continuamos sendo um blog coletivo, que tem a cara de quem mais participa dele. Com os pontos

positivos e negativos que isso acarreta. Ao mesmo tempo que há muita diversidade de opiniões, não conseguimos ter uma unidade em questões importantes como algumas denúncias de racismo, transfobia e lesbofobia. Por mais que a interseccionalidade seja, atualmente, uma palavra-chave para o feminismo, seguimos com tropeços e aprendizados na tentativa de tornar este espaço menos heteronormativo, menos cissexual, menos branco, menos capacitista e mais inclusivo para TODAS as pessoas, especialmente para TODAS as mulheres. (COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 2013).

Demarcados de maneira pontual ou não, os públicos aos quais se dirigem os conteúdos dos *blogs* são uma condição necessária, senão à sua existência, ao menos ao afim com que se dedicam suas autoras, uma vez que essas mulheres, porque escrevem, desejam ser reconhecidas por tal feito e ter seus nomes atrelados a essa operação. Contudo, a designação nominal, no caso da escrita nos *blogs*, não é suficiente para suprir esse desejo, e a própria condição de existência deles, suas características e formas estruturais são prova disso. Não basta que Lola escreva se o que ela enuncia não pode ser relacionável, de uma maneira ou de outra, ao feminismo. Não basta que todas as colaboradoras do *Blogueiras Feministas* se disponham a blogar: elas devem ser feministas, devem ter incorporadas essa identidade na apresentação dos seus “eus”.

Todas essas designações encerram o sentido menos aparente da questão da autoria, relacionado ao papel desempenhado pelo coletivo nas construções e imposições destas identidades, na medida em que ele é, ao contrário do que se possa apregoar em favor da cultura popular, “inerente”; e apesar das influências individuais nela, uma imposição política. É por essa razão que, mesmo consideradas as diferenças discursivas e de apresentação das autoras e de seus textos, ambos os *blogs* são confrontados com o problema de conciliação entre uma voz individual de autoria e uma voz coletiva, capaz de corresponder, mesmo que parcialmente, às expectativas de um público específico. O fato de que o *Escreva Lola Escreva* seja manipulado por uma só pessoa não o isenta, na figura dela mesma, de “prestar contas” sobre a escolha de suas pautas, a frequência de suas postagens, a adequação ou não destas a pressupostos feministas, entre outras demandas. Somadas a todos esses fatores, existe ainda o diferencial de que as postagens devem estar atreladas às percepções individuais de Lola, dado que a autoridade de seu discurso

repousa na fusão, no *Escreva Lola Escreva*, da voz individual de Lola e da voz coletiva de um feminismo anterior a ela. Essas pressões são bastante flagrantes no *blog*, já que Lola não se furta a discorrer abertamente sobre esses fatores e o impacto que têm sobre sua escrita. Em um dos *posts* mais sintomáticos dessas tensões, intitulado *Alguns esclarecimentos da grossa aqui*, publicado em 23/04/2010, ela desabafa:

É o meu blog, então escrevo o que tenho vontade. Não gosto de ser pautada. Inúmeras vezes atendo a pedidos de leitoras, mas eu não sou burra, apenas ingênua. Sei diferenciar quem vem aqui e comenta frequentemente e quem discorda educadamente (e são um monte os que discordam), de quem aparece aqui só de vez em quando, sempre com a mesma agenda (que é discordar de mim em qualquer coisa que eu falo), sempre bem agressivo (e quanto mais anônimo, mais agressivo. Por que será?). Se o assunto me parece relevante, eu escrevo sobre ele. [...]

Desculpe, mas no meu blog, quem é mais importante? Um troll ou eu? Se eu parar de escrever, o blog acaba. Se o Oliveira parar de comentar, o blog só fica mais limpinho e cheiroso (homenagem às “massas cheirosas” da convenção tucana). O que eu quero dizer é que não estamos em pé de igualdade. Mas o Oliveira tem todo o direito de começar um blog próprio, e assim escrever sobre o que quiser, ao invés de simplesmente ofender quem não escreve o que ele quer ouvir. Eu não escrevo pensando no meu troll ou nos vários desafetos que tenho por aí. Escrevo pra quem eu gosto sobre o que eu quero escrever. [...]

Mas volta e meia aparecem leitores exigindo que eu escreva sobre coisas ocorridas quatro, cinco anos atrás. Eu já escrevi sobre o mensalão. O mensalão certamente não é meu assunto preferido. (ARONOVICH, 2010).

Quando Lola dispõe explicitamente do argumento de autoridade que ser a única responsável pelo *blog* lhe confere, ainda que sua intenção seja impor certos limites às demandas de seus leitores, ela está, ao mesmo tempo, validando a centralidade que sua pessoa tem nos arranjos do *blog* e, principalmente, a autonomia da qual ela pode gozar por isso, o que não quer dizer que não esteja disposta a, uma vez ou outra, fazer concessões.

Na contramão dessa possibilidade, o *Blogueiras Feministas* opera na chave de uma supressão muito maior da individualidade de suas autoras em detrimento de uma história e de uma narrativa coletiva, pois ainda que o *blog* reconheça a maioria das mulheres que ali escrevem e oportunize as especificidades de seus pontos de vista e trajetórias de vida, mesmo assim as publicações estão condicionadas aos marcadores feministas que legitimam os discursos adequados ao *blog*. Retirados respectivamente dos *posts* *Chico Buarque: trocando em miúdos*, de 22/04/2015, e *Reflexões de uma mãe feminista sobre a cultura das princesas*, de 25/01/2013, os dois trechos abaixo ilustram a dependência que as narrativas pessoais mantêm com estes marcadores no *Blogueiras Feministas*:

Nós, mulheres, podemos ser ditas, narradas, classificadas mas não dizer, narrar, protagonizar. Talvez (e uso o talvez por generosidade) por isso mesmo as canções do Chico onde o sujeito da enunciação é mulher e diz de si mesma não podem ser elogiadas no que são, precisamos ser recordados de que quem escreveu é um homem que “sabe” de todas e todas são uma, ou umas: tipos.

E tudo isso aí eu acho super injusto com a obra do Chico Buarque (sim, escrevi o texto todo só pra protestar no lugar dele). O que ele faz, muitas vezes, são canções sobre pessoas. Algumas canções sobre elas, outras vezes simulando que as pessoas dizem de si. Estamos tão desacostumados a ver mulheres como gente, como iguais, que precisamos (como sociedade) criar uma delimitação a parte para quando, em uma canção, é evidenciado que é uma mulher o sujeito. (NEPOMUCENO, 2015).

Simone de Beauvoir nos ensinou que não se nasce mulher. Torna-se mulher. Uma construção social, como qualquer outra, é precedida de trabalho, esforço e um objetivo. A princesa-mania com suas regras e padrões faz parte dessa construção. E atenção para o detalhe: apresenta uma proposta de mulher a meninas cada vez mais novas. Outros fenômenos colaboram para isso. Como apontado pela psicóloga Rosely Sayão no texto “Bendita Juventude”, a juventude foi transformada em estilo de vida. Todos querem ser jovens, sejam adultos, velhos ou crianças. Existe uma pressão para que crianças tornem-se “jovens” o quanto antes. [...]

Não é possível, portanto, negar a participação dessa cultura das princesas na formação da mulher que nossas filhas serão. Assim como ela também interfere na formação dos homens que nossos filhos serão e que, muitas vezes, foram impedidos de aproveitar, com liberdade, suas próprias fantasias com castelos e princesas. [...] Não pretendo com essa conclusão sugerir um cenário sombrio para essas futuras mulheres e futuros homens. As construções sociais são dinâmicas e as previsões nessa área quase sempre infrutíferas. Como feminista e mãe de uma menina, prefiro atentar-me ao fenômeno sem negá-lo ou cair em reducionismos. (PIZARRO, 2013).

Paralelamente a afirmações aceitas de modo geral pelo feminismo (“Nós, mulheres, podemos ser ditas, narradas, classificadas mas não dizer, narrar, protagonizar” ou “Uma construção social, como qualquer outra, é precedida de trabalho, esforço e um objetivo”), as autoras recrutam experiências e opiniões pessoais com a cautela necessária de não as sobrepor à autoridade das primeiras, e quando arriscam discursos mais desafiadores neste sentido, como o fez Luciana Pizarro, ainda assim ressaltam o caráter pessoal de suas falas. Dentro desse contexto, se se aceita essa supressão para que o discurso coletivo seja reproduzido, estamos lidando com um embate dentro do próprio feminismo entre uma voz coletiva e outra, individual. No entanto o paradoxo está sempre posto: a voz individual só é legítima se provar que é coletiva.

Este poder de atribuição conferido pelo outro extremo do binômio escritor-público, que Chartier (2012) procura enfatizar pela designação “função autor”, porque, em última instância, a autoria não caracteriza-se somente pela operação da escrita, mas também, entre outros fatores, pelo reconhecimento que lhe é atribuído socialmente. No caso da autoria feminista, a encarnação de seu discurso em uma ou mais pessoas que representem em sua personalidade e em sua escrita certos marcadores socialmente aceitos no feminismo é tão importante quanto o próprio discurso, de maneira que quaisquer análises que busquem compreendê-los em si mesmos estão fadadas ao fracasso ou à incompletude.

Portanto, verifica-se que, de acordo com Bourdieu (1998), a autoridade dos discursos não repousa somente na eficácia das palavras, mas em uma confluência de critérios capazes de tornar a mensagem não só eficaz, mas legítima. Essa legitimidade, no entanto, não pode ser verificada a partir das características das manifestações linguísticas,

porque, em última instância, o poder das palavras é um poder delegado, exterior à sua lógica sintática e morfológica. Embora estas últimas desempenhem funções importantes nestes processos, as características estilísticas da linguagem dependem muito mais das relações estabelecidas entre as propriedades do discurso daquele que o pronuncia e das instituições que o autorizam a fazê-lo. Por isso, não basta dizer que os discursos são marcados pelos agentes que o enunciam, situados em determinados contextos e situações, porque tanto o uso da linguagem quanto seu conteúdo e a maneira como este é manejado estão condicionadas à posição social do seu locutor, responsável pela oficialidade e legitimidade da palavra. Se estas condições não estão postas, a legitimidade do discurso é comprometida na medida em que ele e sua função social não estão à altura da autoridade necessária para que o enunciado seja feito. Esse capital simbólico necessário e sua autoridade implícita são conferidos pela comunidade em que o agente está inserido e que o reconhece como mediador entre ela e a sociedade, que outorga a ele o poder de agir sobre outras coisas e agentes em prol da comunidade.

No *Escreva Lola Escreva*, a legitimação do público é um dado acessível através da grande quantidade de comentários em seus *posts* (são moderados apenas os mais esdrúxulos, segundo Lola) ao passo que no *Blogueiras Feministas* sua mensuração não é confiável devido à rígida política de moderação dos comentários nos *posts*, o que pode explicar a pequena ou nula quantidade deles em relação ao *Blogueiras Feministas*. De acordo com a política de comentários deste último, os comentários e comentadores devem obedecer uma série de critérios:

- O comentarista pode usar pseudônimo, mas não pode ser anônimo;
- A discussão tem que se restringir aos assuntos do texto;
- O comentário não pode conter ameaças, ofensas, insultos ou agressão de qualquer natureza dirigidas às autoras desse blog ou a outros comentaristas;
- O conteúdo do comentário não deve reproduzir qualquer tipo de crime ou prática indecorosa como racismo, xenofobia, sexismo, homofobia, transfobia, misoginia, preconceito de classe, etc;
- O comentário não deve reproduzir artigos, reportagens e/ou textos na íntegra;
- O comentário não deve estar em caixa alta, porque significa estar gritando;
- O comentário não deve caracterizar prática explícita de trollagem: postagens exaustivas,

mensagens polêmicas que pretendam testar a paciência dos interlocutores, a prática do desfile intelectual, repetição de falácias e/ou postagem duvidosa. (COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS, [201-b]).

Assim como os critérios para publicação no *blog*, sua política de comentários é uma prerrogativa através da qual podemos acessar as lógicas de poder que ajudam a estruturar as relações estabelecidas nos *blogs*, seja entre autoras do *blog* e as autoras colaboradoras, seja entre as autoras do *blog* e seus leitores. No caso do *Blogueiras Feministas*, por se tratar de uma esfera de poder difusa na figura de várias autoras, estende-se a elas a responsabilidade maior de reconhecimento e legitimidade dos discursos que ali circulam. Seus rígidos critérios na moderação dos comentários atuam de maneira análoga ao desabafo de Lola, no sentido de deixar claro as posições ocupadas por cada agente nas dinâmicas sociais com as quais os leitores do *blog* podem se deparar.

No que tange estas diferentes maneiras de reconhecimento e legitimação manifestadas nos próprios textos dos *blogs*, o comentário de Laurinha no *post* do *Escreva Lola Escreva* “*Sou feia, como me aceitar*” e a exortação que Liliane Gusmão faz em nome do *Blogueiras Feministas* em *Convocação: Blogagem Coletiva por mais respeito às pessoas no marketing e publicidade brasileiros* respectivamente, são exemplares do que poderíamos chamar de “rituais de investidura” contínuos, para tomar de empréstimo o termo de Bourdieu (1998):

E quem acha que a Lola ou quem escreve na internet não está lutando, é só lembrar que ela tem um dos *blogs* escrito por mulher e feminista mais lido do país, são milhares de pessoas de todos os lugares do país, é um *post* por dia. Pensem no tanto de pessoas que ela já chamou a repensar suas ideias e atitudes.

Não dá pra subestimar o poder atual da internet. A Lola atinge muito mais pessoas com o *blog* dela do que muita *passeata* que tem por aí. (ARONOVICH, 2012).

Convocamos uma *blogagem* coletiva para expor nossa insatisfação com a imagem das minorias divulgadas pelo mercado publicitário. Em especial, contra a banalização e naturalização da opressão, racismo e violência contra as pessoas, sejam elas mulheres cis, *negr@s*, *pessoas trans**, *gays* ou

lésbicas. Publicaremos amanhã (01/08), a partir das 15h, um post com os links deixados aqui nos comentários deste post. (GUSMÃO, 2012).

Quando Bourdieu discorre sobre os ritos de instituição (1990, 1998, 2001), seu foco está voltado para a análise dos sentidos de separação, do estabelecimento de fronteiras simbólicas, tanto da ordem social quanto mental, seja de indivíduos, seja de instituições ou nações. A demarcação dessas fronteiras objetiva reconhecer como legítima e natural uma ordem de coisas ou uma condição pessoal que, se tomada em seu estado real, nada mais é que um produto arbitrário da sociedade. No entanto, interessa-nos aqui não os aspectos formais dos atos de investidura, mas o fato de que eles inscrevem naquilo e naqueles que a eles se submetem uma identidade que atribui, a partir desses atos, responsabilidades e condutas de acordo com os papéis sociais de cada um deles. A partir de então, a comunidade passa a dirigir a eles um tratamento diferente e distintivo, que, por sua vez, atua como o estímulo necessário à resposta positiva por parte dos outros. Nos *blogs*, essa investidura não é um evento específico, marcado temporalmente, mas um processo de reconhecimento construído ao longo dos anos e expresso pelo tom elogioso de uma leitora, pela aprovação de textos linkados em uma blogagem coletiva, entre tantas outras formas de reconhecimento.

Tal qual as articulações necessárias para a compreensão das manifestações linguísticas, os discursos de autoridade devem obedecer a certos critérios para que assim sejam concebidos. Além da necessidade de serem enunciados por pessoas investidas socialmente, eles devem respeitar variáveis como lugares e formas legítimas de enunciação, bem como ser, senão compreendidos, reconhecidos como válidos, pois a autoridade e a legitimidade da linguagem precisam contar com a cumplicidade dos receptores deste discurso, ainda que esta cumplicidade seja fundada no desconhecimento.

A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa alvo reconhece quem a exerce como podendo exercer-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede. (BOUDIEUR, 1998, p.95).

Explica-se, então, a dimensão que o reconhecimento do público tem nos processos pelos quais as mulheres são reconhecidas autoras. Eles

dependem diretamente da presença de marcadores feministas que transformem escritoras em autoras facilmente reconhecidas por seus nomes próprios ou, caso a conjuntura não permita que sua pessoa se sobreponha ou se equipare aos enunciados que profere, que ao menos sejam reconhecidas como autoras feministas, ou seja, no sentido coletivo de suas escritas. Neste último caso, do qual o *Blogueiras Feministas* é exemplo, elas escrevem aquilo que pode ser contemplado como feminismo, embora ainda não gozem do prestígio que o nome próprio confere ao texto. Neste sentido, sua escrita coletiva rompe com a concepção original da função autor como fonte única de coerência, sobre a qual parte Foucault, porque a torna difusa na pluralidade dos indivíduos que escrevem ali. A chave para compreender a força que certos enunciados têm para validar experiências, dar credibilidade a proposições e legitimar discursos não se encontra necessariamente nas competências daqueles que detém o nome próprio pelo qual denominam sua obra, mas na autoridade que lhes é conferida por meio das hierarquias de poder e das posições sociais capazes de imputar credibilidade à palavra. Por isso, muitos autores declinam de uma relação de propriedade com seus enunciados, ou da associação de sua figura a eles, escolhendo conferir a importância de seu discurso ao conteúdo em si, um recurso adotado em certos contextos e que não necessariamente representa um prejuízo para as mulheres que militam através da escrita.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. **Feminismo, pós - colonialismo e novas narrativas sociológicas**. In: Seminário Temático - Pós-colonialismo, pós-nacionalismo, pós-socialismo: a democracia como suspensão e a demanda por uma nova normalidade. Anpocs, 2004.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia da Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia da Letras, 2008.
- ARNOVICH, Lola. **Escreva Lola Escreva**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11 out. 2015.
- ARNOVICH, Lola. Alguns esclarecimentos da grossa aqui. 23 abr. 2010. **Escreva Lola Escreva**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2010/04/alguns-esclarecimentos-da-grossa-aqui.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- ARNOVICH, Lola. Amor a Buenos Aires. 5 mar. 2017. **Escreva Lola Escreva**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/search?updated-max=2017-03-07T13:33:00-03:00&max-results=20&start=10&by-date=false>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ARNOVICH, Lola. Entrevista comigo sobre este bloguinho. 23 ago. 2013. **Escreva Lola Escreva**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2013/08/entrevista-comigo-sobre-este-bloguinho.html>> Acesso em: 12 set. 2016.
- ARNOVICH, Lola. Quem sou eu. [201-]. **Escreva Lola Escreva**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- ARNOVICH, Lola. Sou feia, como me aceitar? 20 fev. 2012. **Escreva Lola Escreva**. Disponível em: Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/02/sou-feia-como-me-aceitar.html>> Acesso em: 21 fev 2016.
- AUERBACH, Erich. **Ensaio de literatura ocidental**: filologia e crítica. ARRIGUCCI JR, Davi; TITAN JR, Samuel. (Org.). 34 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2007.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: um instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERGAMO, Alexandre. A escrita do presente: mudanças no *status* cultural do jornalismo. In MICELI, Sergio e PONTES, Heloisa (Orgs.). **Cultura e Sociedade: Brasil e Argentina**. São Paulo, Edusp, p. 211-239, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. 2. Ed. São Paulo: USP, 1998.

BOYD, M. D.; ELISSON, B. N. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, out. 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/full>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, jan./jun. 2006. p.329-376.

BUTLER, Judith, **Problemas de gênero**: feminismo e subversão identidade. 4. Ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMARGO, L. C; BURGOS, M.; AGUIAR, R. P. Metodologias de pesquisa de blogs de política – análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento “cansei”. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 159-181, out. 2009.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. v. 1. 15ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1ª edição. São Paulo: Zahar, 2012.

CERTEAU, Michael. **A Invenção do Cotidiano**. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Anne-Marie. Os modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo. Da alfabetização a cultura de massa. **Rev. História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, p. 35-49, abr. 2003.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Rev. Estudos Avançados**, São Paulo, n. 6, nov./dez. 1991. p. 173 - 190.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. Tradução: Luzmara Curcino e Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Paulo: EdUFSCAR, 2012.

COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Chamada Blogagem Coletiva: Dia da Visibilidade Trans 25 jan. 2012. **Blogueiras Feminista**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/01/chamada-blogagem-coletiva-visibility-trans/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Como participar. [201-a]. **Blogueiras Feministas**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/como-participar/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Política de comentários. [201-b]. **Blogueiras Feministas**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/sobre-o-blog/politica-de-comentarios/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Textos + Lidos de 2013. 23 dez. 2013. **Blogueiras Feministas**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/textos-lidos-de-2013/>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

COLETIVO BLOGUEIRAS FEMINISTAS; COLETIVO BISCATE SOCIAL CLUB. Vandalize o discurso de ódio nas eleições. **Blogueiras Feministas**. 30 set. 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/09/vandalize-o-discurso-de-odionas-eleicoes/>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

COLETIVO NÃO ME KAHLO. **#MeuAmigoSecreto**. Feminismo além das redes. 1.ed. Rio de Janeiro: Edições Janeiro,2016.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos na web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, n. 44, jan./jun. 2015. p. 199-228.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária,2003. p. 203-222. (Coleção Ditos e Escritos, IV)

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969) In: **Ditos e Escritos** – Estética: literatura e pintura; música e cinema. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2006.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. 1ª edição. São Paulo: Claridade, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 12, n. spe, p. 211-221, dez. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1º mar. 2017.

GUSMÃO, Luciana. Convocação: Blogagem Coletiva por mais respeito às pessoas no marketing e publicidade brasileiros. 31 jul. 2012. **Blogueiras Feministas**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/07/blogagem-coletiva-por-mais-respeito-as-pessoas-no-marketing-e-publicidade-brasileiros/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: Entre facticidade e Validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação

social e democratização política. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL, Aécio; BURITY, Joanildo (ed.) **Inclusão Social, Identidade e Diferença**: perspectivas pósestruturalistas de análise social. São Paulo, Annablume, 2006.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. **As Escritoras Contemporâneas e o Campo Literário Brasileiro**: uma relação de gênero. 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Epistemologia feminista e teorização social desafios, subversões e alianças**. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTREIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). Coletânea Gênero Plural. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós - estruturalismo. **Estudos Feministas**, v.13 n.3, set./dez. 2005. p. 483 - 505.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: Linguagens, Ambientes e Redes. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

MÁXIMO, Maria Elisa. **Blogs: o eu em cena, o eu em rede. Cotidiano, performance e reciprocidade nas redes sócio técnicas**. 2006. 283 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria Política Feminista**: textos centrais. 1ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINELLA, Luzinete Simões et al. Feminismos e publicações: pulsações de teorias e movimentos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 7-13, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1º mar. 2017.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teóricas metodológicas para pesquisa sobre o uso de mídias digitais. **Revista Cronos**, Natal, v. 12, p. 9-22, jul./dez. 2011.

MOUFFE, Chantal. **El retorno de lo político**: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Buenos Aires: Paidós, 1999.

NEGRÃO, Telia. **Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social**. 2006. 127f. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

NEPOMUCENO, Luciana. Chico Buarque: trocando em miúdos. 22 abr. 2015. **Blogueiras Feministas**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2015/04/chico-buarque-trocando-em-miudos/>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PISCITELLI, Adriana; BELELI, Iara; LOPES, Maria Margaret. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 242-246, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1º mar. 2017.

PIZARRO, Ludmila. Reflexões de uma mãe feminista sobre a cultura das princesas. 25 jan. 2013. **Blogueiras Feministas**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/01/reflexoes-de-uma-mae-feminista-sobre-a-cultura-das-princesas/>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

RESENDE, Fernando. Espaços parciais, espaços de resistência: relatos e conflitos no cenário contemporâneo. In: MARGATO, Izabel e GOMES, Renato Cordeiro (Orgs.). **Espécies de Espaço: territorialidades, literatura, mídia**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 141-161.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos**, Novembro, 2007.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva feminista**. [S.l.: S.n], 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Em>

poderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SCHMIDT, Simone. Como e por que somos feministas. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 34, set - dez 2004. p. 17 - 22.

STAROSTA, Sophia. A visibilidade trans em 2016. 29 jan. 2016.

Blogueira Feministas. Disponível em:

<<http://blogueirasfeministas.com/tag/blogagem-coletiva/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VÁRIOS. **Blogueiras Feministas**. Disponível em:

<<http://blogueirasfeministas.com/>>. Acesso em: 11 out. 2015.

WAIZBORT, Leopoldo. Erich Auerbach sociólogo. **Rev. Tempo Social**, São Paulo, n. 6, jun. 2004. p. 61 - 90.

YOUNG, Iris, Representação política, identidade e minorias. **Revista Lua Nova**, n. 67, São Paulo, p. 139-190, 2006.